

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MONIQUE RYBA PORTELA

“ELA TAMBÉM TEM DIREITO AO ORGASMO”: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA
COLUNA SEXYTERAPIA DA REVISTA PETECA (1976-1982)

CURITIBA

2021

MONIQUE RYBA PORTELA

“ELA TAMBÉM TEM DIREITO AO ORGASMO”: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA
COLUNA SEXYTERAPIA DA REVISTA PETECA (1976-1982)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Área de concentração Comunicação e Sociedade, Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Irene Quadros

CURITIBA

2021

Catálogo na publicação
Sistema de Bibliotecas UFPR
Biblioteca de Artes, Comunicação e Design/Cabral
(Elaborado por: Sheila Barreto (CRB 9-1242))

Portela, Monique Ryba

“Ela também tem direito ao orgasmo”: uma análise discursiva da coluna
Sexyterapia da revista Peteca (1976-1982). / Monique Ryba Portela. –
Curitiba, 2021.

179 f: il. color.

Orientadora: Prof^a. Dra. Claudia Irene Quadros.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do
Paraná, Setor de Artes, Comunicação e Design, Programa de Pós-
Graduação em Comunicação, 2021.

1. Comunicação. 2. Jornalismo. 3. Análise do discurso. 4. Sexualidade. 5.
Imprensa Paranaense. I.Título.

CDD 302.2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em COMUNICAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **MONIQUE RYBA PORTELA** intitulada: **"ELA TAMBÉM TEM DIREITO AO ORGASMO": UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA COLUNA SEXYTERAPIA DA REVISTA PETECA (1976-1982)**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 24 de Junho de 2021.

Assinatura Eletrônica

12/07/2021 10:27:18.0

CLAUDIA IRENE DE QUADROS

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

13/07/2021 22:52:26.0

KARINA JANZ WOITOWICZ

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA)

Assinatura Eletrônica

12/07/2021 22:10:59.0

VALQUIRIA MICHELA JOHN

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

AGRADECIMENTOS

Todo esforço científico é coletivo. Esta pesquisa, portanto, não seria possível sem dezenas de pessoas que, em diferentes estágios do processo, criaram as condições materiais, psicológicas e afetivas para que eu conseguisse produzir em meio ao caos político e sanitário que se desenrolou durante o período desta dissertação.

Agradeço, primeiramente, ao Leo. Seu amor e cuidado é muito mais do que eu jamais poderia imaginar. Além do apoio emocional, Leonardo contribuiu ativamente com a construção desta pesquisa. Debateu minhas ideias, revisou meus textos e passou horas a fio fotografando revistas para meu acervo. Amo você — e por tudo, sou grata.

Agradeço a Helô, minha companheira de vida, que deu insights valiosos para esta pesquisa e me guiou nos momentos em que estive mais perdida; Roberta, minha chefe-amiga, que me apoiou durante todo o processo e Flavia, também chefe-amiga que criou condições para que eu ingressasse no mestrado. A Denise, Moisés, Tereza e Simone, minha torcida mais fiel; e também Fernanda, amiga que sempre me acolhe com tanto carinho. Obrigada!

Por fim, agradeço ao Zeca, querido professor e hoje colega de profissão, que me apresentou a revista *Peteca*; Claudia, minha orientadora e parceira, cujo olhar cuidadoso permitiu que esta dissertação tomasse forma; Karina e Valquíria, que indicaram caminhos para que eu pudesse avançar na pesquisa; e Nelson Padrella, que abriu as portas de sua casa em meio à pandemia para nos receber com mel, biscoitos, livros e histórias — além de nos ter confiado seu acervo pessoal de *Petecas*, sem o qual esta pesquisa jamais seria possível. Fico no aguardo da continuação do conto "O metrô de Curitiba", por gentileza!

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como o discurso jornalístico constrói os sentidos do prazer sexual feminino na coluna Sexyterapia, veiculada pela revista Peteca (1976-1982), publicação erótica da editora curitibana Grafipar que ganhou relevância nacional. A coluna buscava trazer conteúdo informativo sobre sexo, respondendo às dúvidas de leitores e leitoras de todo país a partir de um viés científico. Assim, a revista se apresenta como um locus privilegiado para analisar as discussões sobre sexualidade no Brasil dos anos 1970 e 1980, em um espaço discursivo em que convergem ciência e jornalismo. A partir da leitura de 110 edições, entre 119 mapeadas, das quais resultaram um corpus de 14 reportagens que versam diretamente sobre a sexualidade feminina, esta pesquisa se propõe a responder à questão-problema: como operam os discursos sobre o prazer sexual feminino tomado como objeto no dizer jornalístico na coluna Sexyterapia da revista Peteca? Para isso, uso a Análise do Discurso de linha francesa como instrumento teórico-metodológico (PÊCHEUX, 1969, 1975, 1997, 1999, 2006; MAINGUENEAU, 2010, 2015; ORLANDI, 1999, 2009; SCHWAAB, 2007a, 2007b, 2009, 2010), evidenciando de que forma os mecanismos discursivos do jornalismo científico e de revista se materializam para tratar do tema da sexualidade feminina. Já para compreender sua formação ideológica, mobilizo os conceitos de tecnologia de Foucault (1999) atualizada por Preciado (2009; 2014), que nos fornece um instrumento para pensar o roteiro sexual enquanto um dispositivo de dominação heterossocial, além da crítica de Wittig (1992) e Lugones (2000) à heterossexualidade, considerando-a não como uma orientação sexual, mas também um regime político hegemônico que produz corpos e subjetividades. Como resultado, foi possível concluir que, levando em conta o contexto político-cultural em que a revista circulou, a Sexyterapia colaborou para a modernização e subversão dos costumes, favorecendo uma perspectiva engajada com os interesses sexuais femininos. A partir de uma combinação de argumentos fisiológicos e sociológicos, a coluna se associa ao discurso da segunda onda da sexologia brasileira, mas também ao discurso feminista, que reconhece a situação particular da mulher dentro de uma hierarquia de poderes sociais. Isso se dá principalmente a partir da apropriação das pesquisas de Shere Hite (1976), Alfred Kinsey (1948) e Masters & Johnson (1966) pelo discurso jornalístico. A Sexyterapia, assim, reconhece a pauta do prazer sexual feminino não apenas como legítima, mas como central para a relação sexual, e aponta para dois principais problemas para alcançá-lo: o machismo e a educação repressiva historicamente dedicada às mulheres.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Jornalismo. Sexualidade. Imprensa paranaense. Grafipar.

ABSTRACT

This research aims to analyze how the journalistic discourse builds the meanings of female sexual pleasure in the *Sexyterapia* column, found in *Peteca* magazine (1976-1982), an erotic publication by the publishing house Grafipar, from Curitiba, Paraná, Brazil. The column sought to bring informative content about sex, answering the doubts of readers from all over the country from a scientific perspective. Thus, the magazine represents a privileged locus for analyzing the discussions on sexuality in Brazil in the 1970s and 1980s, in a discursive space in which science and journalism converge. From the reading of 110 editions, among 119 mapped, which resulted in a corpus of 14 reports that deal directly with female sexuality, this research proposes to answer the question-problem: how do the discourses about female sexual pleasure taken as object in the journalistic discourse operate in the *Sexyterapia* column of *Peteca* magazine? For this, I use the Discourse Analysis of the French line as a theoretical and methodological tool (PÊCHEUX, 1969, 1975, 1997, 1999, 2006; MAINGUENEAU, 2010, 2015; ORLANDI, 1999, 2009; SCHWAAB, 2007a, 2007b, 2009, 2010), showing how the discursive mechanisms of scientific journalism and magazine are materialized to address the issue of female sexuality. In order to understand its ideological formation, I mobilize the concepts of technology by Foucault (1976) updated by Preciado (2009; 2014), which provides us with an instrument to think about the sexual script as a device of heterosocial domination, in addition to Wittig's criticism (1992) and Lugones (2000) to heterosexuality, considering it not as a sexual orientation, but also a hegemonic political regime that produces bodies and subjectivities. As a result, it was possible to conclude that, taking into account the political-cultural context in which the magazine circulated, *Sexyterapia* collaborated for the modernization and subversion of customs, favoring a perspective engaged with female sexual interests. Based on a combination of physiological and sociological arguments, the column is associated with the discourse of the second wave of Brazilian sexology, but also with the feminist discourse, which recognizes the particular situation of women within a hierarchy of social powers. This is mainly due to the appropriation of research by Shere Hite (1976), Alfred Kinsey (1948) and Masters & Johnson (1966) by journalistic discourse. *Sexyterapia*, therefore, recognizes the agenda of female sexual pleasure not only as legitimate, but as central to the sexual act, and points to two main problems to achieve it: machismo and repressive education historically dedicated to women.

Keywords: Discourse Analysis. Journalism. Sexuality. Grafipar. Brazilian press.

RESUMÉ

Cette recherche vise à analyser comment le discours journalistique construit les significations du plaisir sexuel féminin dans la rubrique Sexyterapia, publiée par le magazine Peteca (1976-1983), une publication érotique de la maison d'édition Grafipar, de Curitiba, Paraná, Brésil. La rubrique cherchait à apporter un contenu informatif sur le sexe, répondant aux doutes des lecteurs de tout le pays d'un point de vue scientifique. Ainsi, le magazine représente un lieu privilégié pour analyser les débats sur la sexualité au Brésil dans les années 70 et 80, dans un espace discursif où convergent la science et le journalisme. A partir de la lecture de 110 éditions, parmi 119 identifiés, qui ont abouti à un corpus de 14 rapports traitant directement de la sexualité féminine, cette recherche vise à répondre à la question-problème: comment fonctionnent les discours sur le plaisir sexuel féminin pris comme objet dans le discours journalistique dans la rubrique Sexyterapia? Pour cela, j'utilise l'Analyse du Discours de la ligne française comme outil théorique et méthodologique (PÊCHEUX, 1969, 1975, 1997, 1999, 2006; MAINGUENEAU, 2010, 2015; ORLANDI, 1999, 2009; SCHWAAB, 2007a, 2007b, 2009, 2010), montrant comment les mécanismes discursifs du journalisme scientifique et du magazine se matérialisent pour aborder la question de la sexualité féminine. Pour comprendre sa formation idéologique, je mobilise les concepts de technologie de Foucault (1976) mis à jour par Preciado (2009; 2018), qui nous fournit un instrument pour penser le sexe comme un dispositif de domination hétérosociale, et aussi la critique de Wittig (1992) et Lugones (2000) à l'hétérosexualité, la considérant non pas comme une orientation sexuelle, mais aussi comme un régime politique hégémonique qui produit des corps et des subjectivités. Parmi les résultats, il a été possible de conclure que, compte tenu du contexte politico-culturel dans lequel le magazine circulait, Sexyterapia collaborait pour la modernisation et la subversion des coutumes, en favorisant une perspective engagée avec les intérêts sexuels féminins. Basée sur une combinaison d'arguments physiologiques et sociologiques, le contenu de la rubrique est associée au discours de la deuxième vague de la sexologie brésilienne, mais aussi au discours féministe, qui reconnaît la situation particulière des femmes au sein d'une hiérarchie de pouvoirs sociaux. Ceci est principalement dû à l'appropriation des recherches de Shere Hite (1976), Alfred Kinsey (1948) et Masters & Johnson (1966) par le discours journalistique. Ainsi, Sexyterapia reconnaît l'agenda du plaisir sexuel féminin non seulement comme légitime, mais comme central pour les rapports sexuels, et souligne deux problèmes principaux pour y parvenir: le machisme et l'éducation répressive historiquement dédiée aux femmes.

Mots clés: Analyse du discours. Journalism. Sexualité. Grafipar. Presse brésilienne.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - CAPA DA REVISTA FAIRPLAY Nº 1 DE 1966	45
FIGURA 2 - TÉCNICA PARA ESMAECER OS MAMILOS, REVISTA PETECA	47
FIGURA 3 - TÉCNICA PARA BLOQUEAR A VISÃO DE NÁDEGAS E MAMILOS ..	48
FIGURA 4 - CAPA DA REVISTA ELE ELA Nº 89 DE 1976	49
FIGURA 5 - CAPA DA REVISTA PETECA Nº 15 DE 1978	50
FIGURA 6 - EDITORIAL DA REVISTA Nº 15.1 DE 1978, VERSÃO SEM CENSURA	51
FIGURA 7 - TRECHO DO EDITORIAL DA REVISTA Nº 15.2 DE 1978, VERSÃO NORMAL	52
FIGURA 8 - CAPA DA REVISTA DO HOMEM Nº 1 DE 1975	54
FIGURA 9 - CAPA DA REVISTA PASSAROLA Nº 3.....	64
FIGURA 10 - CAPA DA PRIMEIRA EDIÇÃO DA PETECA	66
FIGURA 11 - REVISTA ROSE, GRAFIPAR.....	72
FIGURA 12 - COLUNA SEXYTERAPIA.....	83
FIGURA 13 - CLASSIFICAÇÃO KINSEY NA ESCALA DA PREFERÊNCIA SEXUAL	134
FIGURA 14 - CAUSAS DA INSATISFAÇÃO SEXUAL FEMININA NA SEXYTERAPIA	138

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - PESQUISA DA PESQUISA: PORNOGRAFIA E SEXUALIDADE NO BRASIL.....	19
QUADRO 2 - PESQUISA DA PESQUISA: PORNOTOPIAS CONJUGAIS	19
QUADRO 3 - PESQUISA DA PESQUISA: DESNUDANDO A DITADURA MILITAR	20
QUADRO 4 - PESQUISA DA PESQUISA: A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES LÉSBICAS NA LITERATURA E NO JORNALISMO BRASILEIRO.....	21
QUADRO 5 - PESQUISA DA PESQUISA: AS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS DE MARIA ERÓTICA	21
QUADRO 6 - CLASSIFICAÇÃO E ETAPAS DA PESQUISA.....	27
QUADRO 7 - ADEÇÃO TEÓRICA	33
QUADRO 8 - DISTINÇÃO ENTRE ERÓTICO E PORNOGRÁFICO EM GERBASE	60
QUADRO 9 - COLABORADORES DA REVISTA PETECA (1976 - 1982)	67
QUADRO 10 - SEÇÕES DA REVISTA PETECA (1976 - 1982)	69
QUADRO 11 - ANÁLISE TEMÁTICA DA COLUNA SEXYTERAPIA	84
QUADRO 12 - MATRIZ DA TIPIFICAÇÃO DAS FONTES DE NOTÍCIAS SEGUNDO SCHMITZ (2011)	99
QUADRO 13 - FONTES DA COLUNA SEXYTERAPIA.....	103
QUADRO 14 - TEXTOS ANALISADOS	111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 TRILHA METODOLÓGICA	18
1.1 PESQUISA DA PESQUISA.....	18
1.2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	23
2 METODOLOGIA	27
2.1 ANÁLISE DO DISCURSO	27
2.2 FASES DA PESQUISA	32
2.2.1 Pesquisa bibliográfica	32
2.2.2 Coleta de documentos	33
2.2.3 Organização do <i>corpus</i>	34
2.2.3 Análise discursiva e entrevistas complementares.....	35
2.3 A POSIÇÃO DA ANALISTA	36
3 PORNOGRAFIA E DITADURA MILITAR.....	38
3.1 CONTRA A MORAL E OS BONS COSTUMES.....	38
3.2 O QUE É PORNOGRAFIA.....	56
4 GRAFIPAR E A REVISTA PETECA	63
4.1 O FIM DA GRAFIPAR	76
4.2 NO DIVÃ DA SEXYTERAPIA.....	79
5 SEXYTERAPIA E SEUS DISCURSOS	87
5.1 O DISCURSO JORNALÍSTICO	89
5.2 JORNALISMO CIENTÍFICO.....	93
6 O PRAZER SEXUAL FEMININO.....	110
6.1 SEXO	112
6.2 MACHISMO.....	120
6.3 REPRESSÃO	127
6.4 ORIENTAÇÃO SEXUAL	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
REFERÊNCIAS.....	146
APÊNDICES	157
APÊNDICE A - TÍTULOS DE REVISTAS E QUADRINHOS PUBLICADOS PELA GRAFIPAR.....	157
APÊNDICE B - ENTREVISTA COM FARUK EL-KHATIB.....	159

INTRODUÇÃO

No ano de 1976, em plena ditadura militar brasileira, nascia a revista *Peteca* — uma publicação curitibana em sutil confronto com os valores do regime político vigente. Além de instigar o público prioritário — homens jovens, cisgênero, heterossexuais de classes populares — com fotos de mulheres nuas ou seminuas, a *Peteca* buscava trazer conteúdo informativo sobre sexualidade. Por isso, recusava o título de revista pornográfica: autodenominava-se erótico-educativa. Nas palavras de Faruk El-Khatib (apud WINCKLER, 1983, p. 10), empresário à frente da Grafipar, editora responsável pela produção da *Peteca*, "a mulher é o champignon, pra dar molho, mas o cunho dela é educativo".

A época de publicação e veiculação da *Peteca* faz parte da chamada "segunda onda da sexologia"¹, ocorrida nos grandes centros urbanos do Brasil, notadamente Rio de Janeiro e São Paulo. No primeiro, com uma perspectiva clínica; no segundo, com um viés educacional (RUSSO et al., 2009). Alguns marcos editoriais nos ajudam a compreender o contexto: em 1976, por exemplo, o jornalista Delcio Monteiro de Lima lança o livro *Comportamento Sexual do Brasileiro*, intitulando-se a primeira grande pesquisa sobre sexualidade no país, escrito a partir da perspectiva de 783 especialistas no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e Brasília. Dois anos depois, Branca Maria Moreira Alves e Ilana W. Novinski publicaram artigos sobre a sexualidade feminina no livro *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas* (1978) da Fundação Carlos Chagas. Já o primeiro grande estudo que tem como foco a sexualidade da mulher brasileira é de Rose Marie Muraro, em 1983. É nesse contexto de ebulição da produção da *scientia sexualis* brasileira que surge a *Peteca* — mas em um formato muito mais próximo, acessível e interessante aos olhos do público.

Entre palavras-cruzadas, quadrinhos e ensaios fotográficos, estava a coluna *Sexyterapia*, uma alusão ao universo da psicanálise e ao imaginário do divã, lócus ideal para a descoberta das origens e respostas para inquietações sexuais. Escrita

¹ O período é contemporâneo à chamada "segunda onda" do feminismo ocidental, ocorrida entre os anos 1960 e 1980. Se na chamada "primeira onda" a ampliação do direito à cidadania era a principal reivindicação do feminismo hegemônico nos Estados Unidos, Europa e Brasil, a segunda onda é marcada pelo lema "o pessoal é político". À luta política, que continuava a todo vapor no Brasil por conta da ditadura militar, somaram-se reivindicações relacionadas ao corpo, como o direito ao aborto e a denúncia à repressão da sexualidade feminina.

pelo jornalista Nelson Faria sob o pseudônimo de Nina Fock, a coluna era uma das mais extensas da revista. Ocupava entre quatro e seis páginas e tinha como principal característica o uso de fontes científicas somado aos pressupostos do discurso jornalístico, que permitiam à coluna clamar por credibilidade e distanciamento em relação à pornografia. Na contramão de uma suposta degradação dos costumes, a coluna predicava a educação através da informação. Ali, era possível encontrar a voz de especialistas oriundos da tradução de artigos e da reprodução e análise de pesquisas internacionais, especialmente aquelas realizadas por Alfred Kinsey, Shere Hite e a dupla norte-americana William H. Masters e Virginia E. Johnson (M&J), à época, celebridades da sexologia moderna². Tudo para responder às dúvidas dos leitores e leitoras, cujas cartas não paravam de chegar à redação: na *Sexyterapia* da revista número 80, Nina Fock afirma receber uma média de 300 a 500 cartas por mês, somente para as seções de orientação. Já o editorial da mesma edição aponta para a soma total de 2 mil cartas mensais, que eram divididas entre as colunas *Sexyterapia*, *Confissões Íntimas*, *Petecastral*, *Cartas à Redação*, *Concurso de Contos Eróticos* e *Cruzadas*. Já em entrevista à Santos (2020) e em seu livro de memórias (2018), Faruk crava 1.500 cartas semanais. Independentemente do número preciso de cartas, elas eram muitas e serviam de indicativo do sucesso da revista que, sem poder contar com o apoio financeiro da venda de publicidade por conta do teor sexual, contava com as vendas em banca para sobreviver. A proposta deu certo. Como mostra o boletim Intercom (1980, p. 9), a Grafipar era “a única editora até agora bem sucedida na luta contra o verdadeiro monopólio exercido pelas editoras Abril, Bloch, Vecchi, Rio Gráfica e Três, no mercado das revistas eróticas”. E assim se sucedeu do início ao fim da circulação da *Peteca*, entre 1976 e 1982³, período que marcou, também, o início e o fim da “era Grafipar”.

Na coluna *Sexyterapia*, os assuntos eram variados. Abrangiam desde dicas para melhorar o desempenho na “hora H” até discussões sobre aborto e educação

² Alfred Kinsey (1894 - 1956) foi um sexólogo norte-americano, fundador do Instituto de Pesquisa do Sexo na Universidade de Indiana. Shere Hite (1942 - 2020) também foi uma sexóloga norte-americana, declaradamente feminista. Masters e Johnson são, respectivamente, um médico e uma psicóloga norte-americana, que ganharam destaque mundial por conta da publicação de dois relatórios que abordam a sexualidade a partir de testes clínicos, empíricos e controlados. São eles: *A Resposta Sexual Humana*, de 1966 e *A Inadequação Sexual Humana*, de 1970.

³ Oficialmente, a editora Grafipar viria a fechar as portas em 1983, depois de encerrar a produção de todas as demais revistas no ano anterior. Durante este período final, prosseguiu com a revista *Penthouse*, mas ela era produzida em São Paulo. Mais sobre o fim da Grafipar será abordado no Capítulo 4, *Grafipar e a revista Peteca*.

sexual nas escolas. Ainda que a revista fosse voltada para os homens, as reportagens da *Sexyterapia* versavam não apenas sobre os desejos e dúvidas sobre corpos masculinos: havia inquietações, e muitas, também sobre a sexualidade da mulher. O tabu da virgindade, fisiologia feminina e informações sobre lesbianidade e bissexualidade eram destrinchadas por Nina Fock, levando em conta um público muito mais amplo do que aquele visado pela *Peteca* enquanto produto. Na *Sexyterapia*, homens buscavam informações sobre a sexualidade das parceiras, mas também as mulheres buscavam informações sobre a sua própria sexualidade. Essa presença feminina era reconhecida pela revista, que a partir da publicação de cartas também de leitoras mulheres, as levava em conta na hora de criar o conteúdo da coluna.

Assim, pensar a questão do prazer sexual feminino em uma revista pornográfica voltada mais à esquerda do espectro político (AMARAL; FERNANDES, 2019), comprometida com uma proposta pedagógica em relação ao sexo durante os anos 70-80 do século XX, é encontrar um locus privilegiado para analisar a divulgação dos saberes sexuais desta época (FONTOURA JUNIOR, 2015; BRANDÃO, 2016). Como aponta Fontoura Jr. (2015, p. 70), nos anos 1970 as revistas masculinas constituíam “espaços privilegiados de informação e divulgação eróticas, de solução de dúvidas e debates sobre problemas sexuais”, todos em constante debate com os leitores, tanto de forma direta, a partir de espaços para cartas de leitores, quanto indiretamente, na construção dialógica das construções de masculinidade e feminilidade. Foi levando em conta a relevância das revistas para a divulgação de saberes sexuais no Brasil dos anos 1970 que surgiu a pergunta de pesquisa: como operam os discursos sobre o prazer sexual feminino tomado como objeto no dizer jornalístico na coluna *Sexyterapia* da revista *Peteca*?

Para responder à pergunta de pesquisa, parti da análise temática de 110 edições, entre um total de 119 mapeadas, das quais foram selecionadas 14 reportagens que versavam especificamente sobre o prazer sexual feminino para compor o *corpus* discursivo. A coluna *Sexyterapia* foi escolhida por ser o espaço que condensa dois dos principais discursos cujos efeitos de sentido moldam a matriz de inteligibilidade daquilo que compreendemos enquanto sexo na contemporaneidade: o discurso científico e o discurso midiático. Por isso, a pesquisa se debruça sobre estes dois discursos para compreender a contribuição de cada um deles para o projeto da *Sexyterapia* — com foco no jornalismo científico, responsável por promover o diálogo entre as duas áreas. Eles são compreendidos a partir das reflexões teóricas de

Foucault (1976/1999), Maingueneau (2010; 2015), Grosfoguel (2007) e Hissa (1956/2012), que buscam explicar o caráter performativo da ciência, denunciando seu engajamento essencial com a subjetividade; e Scwhaab (2007a; 2007b; 2009; 2014), Charaudeau (2013), Gomes (2000), Grigoletto (2005), Sponholz (2007), Motta (2007), entre outros autores que apresentam o discurso jornalístico como um recontextualizador de discursos outros, colaborando ativamente para a validação e a construção da realidade e dos próprios saberes científicos. Depois de compreendida a posição de enunciação da *Sexyterapia*, que fala a partir do discurso jornalístico, sempre reportando-se ao discurso científico, é analisada a construção da noção de prazer sexual feminino na coluna através de quatro conceitos-análise: sexo, machismo, repressão e orientação sexual. A leitura analítica se baseia na teoria de autores como Wittig (1992), Preciado (2008; 2014) e Lugones (2008), que trabalham com a noção da heterossexualidade enquanto regime político, além de pesquisadores brasileiros, como Winckler (1983), Chauí (1984) e Ribeiro (2016), que nos ajudam a compreender a discussão da sexualidade dentro do contexto nacional entre meados e o fim da ditadura militar.

A descoberta da revista *Peteca* como objeto de estudo se deu por indicação do professor José Carlos Fernandes e sua paixão pela história da Grafipar, editora curitibana considerada como “pasto à espera de pesquisadores” (FERNANDES, 2018, n.p). Já a descoberta do potencial da *Sexyterapia* se deu por conta dos artigos de Amaral e Fernandes (2019) e pela dissertação de Winckler (1983), que discorrem brevemente sobre a necessidade de explorar os artigos científicos internacionais traduzidos e incorporados às revistas da Grafipar. No primeiro, é apontada a carência de análises aprofundadas sobre os “notáveis” artigos estrangeiros. No segundo, Winckler aponta para a necessidade de uma análise específica sobre o caráter das informações científicas veiculadas, posto que, “como já se viu, os médicos, em nome da Ciência, podem estabelecer novas formas de controle social” (WINCKLER, 1983, p. 86). Assim, levando em conta as observações dos pesquisadores supracitados, esta pesquisa reitera o compromisso da ciência enquanto um empreendimento coletivo, que se faz *a partir de e em diálogo com* outras pesquisas.

Como resultados esperados, havia a expectativa de que a *Sexyterapia* construísse a noção de prazer sexual feminino vinculada a um projeto essencialmente machista. Isto é, que levasse em consideração apenas a perspectiva masculina do ato sexual, reforçando a noção de mulher enquanto objeto e colaborando para a

supressão do “erótico em termos femininos” (RICH, 2012). Essa hipótese foi induzida tanto pelo contexto histórico quanto pela proposta da revista, que ao voltar-se ao público masculino cisgênero e heterossexual, poderia agir em defesa dos interesses exclusivos de seu público. A hipótese, porém, não se confirma com a leitura analítica. Ela nos mostra que a coluna exerce uma série de rupturas com o pensamento vigente em sua época, dialogando diretamente com o contexto da segunda onda da sexologia brasileira e também com as reivindicações do movimento feminista, abordando a questão do prazer sempre a partir de dois argumentos: fisiológico e sociológico, como será possível conferir nos próximos capítulos.

Essa dissertação está estruturada em seis capítulos, além desta introdução, na qual abordo brevemente o objeto de estudo, seu contexto, pergunta de pesquisa, operadores teóricos, justificativa e metodologia. No primeiro capítulo (Capítulo 1, *Trilha metodológica*) consta o percurso da pesquisa realizado antes mesmo da questão metodológica, o que passa pela pesquisa da pesquisa e pelos pressupostos sobre os quais este estudo se constrói, tal como propõe Bonin (2006). No segundo capítulo (Capítulo 2, *Metodologia*), explico os processos metodológicos, passando pelos principais conceitos da Análise do Discurso, as fases da pesquisa, além de discorrer sobre a posição que ocupo enquanto analista durante o desenvolvimento da pesquisa, justificando o uso da primeira pessoa neste estudo. Já no terceiro capítulo (Capítulo 3, *Pornografia e ditadura militar*), abordo as condições de produção da revista *Peteca*, marcada principalmente pela ditadura militar brasileira, e um panorama geral das revistas pornográficas nacionais. Abordo também o conceito de pornografia, central para que se possa compreender o espaço ocupado pela *Peteca* durante a ditadura e a importância da *Sexyterapia* tanto como argumento para adentrar o pensamento conservador brasileiro quanto mecanismos para driblar a censura. No quarto capítulo (Capítulo 4, *Grafipar e a revista Peteca*), discorro de forma detalhada sobre a editora Grafipar, a revista *Peteca* e a coluna *Sexyterapia*. Já no quinto capítulo (Capítulo 5, *Sexyterapia e seus discursos*), apresento as especificidades dos discursos científico, jornalístico e sua relação no jornalismo científico, apontando aproximações e distanciamentos; além de analisar a centralidade da escolha das fontes para a construção do discurso da *Sexyterapia*, no sentido de direcionamento da leitura e, também, produção do efeito de verdade. No sexto capítulo (Capítulo 6, *Prazer sexual feminino*), trago a análise discursiva da construção do prazer sexual feminino realizado pela coluna, a partir dos conceitos-análise sexo, machismo,

repressão e orientação sexual. O capítulo conta com o auxílio instrumental das três perguntas heurísticas de Souza (2014, p. 24) — “Qual é o conceito-análise presente no texto? Como o texto constrói o conceito-análise? A que discurso pertence o conceito-análise construído da forma que o texto constrói?” — que colaboram para a organização da escrita da análise. Nas considerações finais, retomo brevemente as principais descobertas desta pesquisa, além de discorrer sobre algumas lacunas encontradas que podem sugerir novos percursos para estudos relacionados à Grafipar e conexões entre mídia e sexualidade.

1 TRILHA METODOLÓGICA

A palavra trilha, além de fazer alusão a um caminho, remete às pistas deixadas por alguém. É com este sentido que trabalho neste capítulo. Apresento minha trilha metodológica, na qual se situa a pesquisa da pesquisa, com uma revisão de estudos que dialogam e abrem caminhos para esta dissertação; e seus pressupostos teóricos, quando apresento algumas ideias a partir das quais esta pesquisa se desenvolve. Lastros, portanto, que me trouxeram até aqui.

1.1 PESQUISA DA PESQUISA

Como aponta Bonin (2006), a pesquisa é o esforço coletivo de um campo científico. Sendo assim, possui uma história e um "reservatório de conhecimentos" que devem ser explorados e revisitados a cada novo estudo. A pesquisa da pesquisa, portanto, é o instrumento que nos permite fazer um panorama geral sobre nosso tema de estudo para, em seguida, fazer avançar o campo.

Ao fazer uma revisão dos estudos realizados sobre a revista *Peteca* nas plataformas Sucupira, Scielo e Google Scholar, percebo que esta pesquisa faz parte de um recente "movimento" de pesquisadores que buscam resgatar a memória da editora Grafipar. Nos últimos anos, tivemos cinco importantes trabalhos⁴ que analisaram a *Peteca* (mas não apenas) enquanto *corpus*. Estudos anteriores a 2014 também podem ter abordado a *Peteca* enquanto objeto, mas seu mapeamento ficou prejudicado pela dificuldade de acesso às pesquisas que precedem a criação da Plataforma Sucupira. O trabalho de Winckler (1983), por exemplo, foge à regra por ter sido publicado em livro, o que facilita o acesso de pesquisadoras e pesquisadores de todo o país.

Abaixo, apresento cinco quadros com o mapeamento destes estudos, nos quais constam título da pesquisa, nome do(a) pesquisador(a), ano em que foi publicada, área e instituição à qual está vinculada, seu objetivo, metodologia e principais contribuições de cada uma delas para o presente estudo. Elas estão

⁴ Trabalhos de Conclusão de Curso, Teses e Dissertações. Excluo aqui os artigos científicos, pois muitos derivam destas pesquisas de mais fôlego que destaco aqui.

apresentadas em ordem cronológica de publicação: das pesquisas mais antigas às mais recentes.

QUADRO 1 - PESQUISA DA PESQUISA: PORNOGRAFIA E SEXUALIDADE NO BRASIL

TÍTULO/PESQUISADOR	ÁREA/ANO	OBJETIVO	METODOLOGIA
<i>Pornografia e sexualidade no Brasil: da repressão à sublimação</i> , de Roberto Winckler.	Dissertação em Sociologia, UFRGS, 1982 (livro publicado em 1983).	Reconstituir a gênese e as transformações da moral sexual burguesa no Brasil a partir da indústria cultural pornográfica.	Análise documental (dentro os objetos de estudo, está a Peteca) e bibliográfica, a partir da perspectiva da hegemonia sócio-sexual burguesa.
<p>Principais contribuições:</p> <p>Como apresentado na justificativa, esse estudo trouxe uma das pistas fundamentais para que eu me propusesse a investigar a <i>Peteca</i> e, mais especificamente, a coluna <i>Sexyterapia</i>. Além disso, a pesquisa de Winckler, ao articular a moral sexual burguesa e a pornografia a partir de Foucault, Reich e Marcuse, explicita a origem da perspectiva pedagógica sobre a sexualidade, trazendo-a para o contexto nacional. A <i>Peteca</i>, então, aparece como um de seus exemplos. Ao caracterizá-la enquanto integrante de um grupo chamado "pornografia branda", aponta que a publicação reproduz elementos da "moral sexual dessublimada vigente" nos anos 1980 (pós-revolução sexual, que clama e admite certa liberdade) ao mesmo tempo em que não rompe com os valores básicos do patriarcalismo capitalista. Os operadores teóricos do trabalho de Winckler também conversam com as escolhas do presente estudo. Ainda que não faça alusão à Análise do Discurso de Pêcheux, encadeia as teorias de Foucault com Marx, o que resulta em uma base teórica semelhante àquela trabalhada nesse estudo (posto que a AD articula tanto a noção de sujeito e formações discursivas de Foucault quanto a leitura althusseriana de Marx). Isso os aproxima e permite a incorporação e apropriação de suas reflexões.</p>			

Fonte: A autora (2021).

QUADRO 2 - PESQUISA DA PESQUISA: PORNOTOPIAS CONJUGAIS

TÍTULO/PESQUISADOR	ÁREA/ANO	OBJETIVO	METODOLOGIA
<i>Pornotopias conjugais: subjetividades e sexualidades no surgimento do swing no Brasil</i> , por Antonio Fontoura Junior.	Dissertação em História, UFPR, 2015.	Analisar as representações de gênero nas revistas <i>Ele Ela</i> , Peteca e <i>Playboy</i> nos debates sobre o swing e analisar como algumas representações foram utilizadas para se opor ou defender a prática.	Análise bibliográfica, análise documental a partir do conceito de "reflexividade" de Anthony Giddens, análise de recepção a partir de cartas de leitores e bibliografia.
<p>Principais contribuições:</p> <p>A pesquisa propõe uma rica discussão sobre a relação entre mídia e sexualidade; a influência dos discursos sobre o erótico; aborda o uso de materiais pornográficos como fontes históricas; a questão da sexualidade normativa e a perspectiva dos especialistas, ainda que focada na prática do <i>swing</i>. A pesquisa tem um recorte cronológico semelhante ao do presente estudo (de</p>			

1969 a 1983), o que colabora para a análise das condições de produção da revista *Peteca*. Por fim, a pesquisa é interessante também porque faz uma análise da *Peteca* a partir dos artigos publicados sobre o *swing*, apontando que a revista possui "uma compreensão conservadora da sexualidade conjugal" (p. 190). A conclusão de Fontoura Jr., portanto, pôde ser ampliada pelo presente estudo, cujos resultados demonstram que, ao considerar a perspectiva feminina, a compreensão da sexualidade conjugal pela revista *Peteca* — ao menos na coluna *Sexyterapia* — é mais progressista do que conservadora.

Fonte: A autora (2021).

QUADRO 3 - PESQUISA DA PESQUISA: DESNUDANDO A DITADURA MILITAR

TÍTULO/PESQUISADOR	ÁREA/ANO	OBJETIVO	METODOLOGIA
<i>Desnudando a Ditadura Militar: As revistas erótico-pornográficas e a construção da(s) identidade(s) do homem moderno (1964-1985)</i> , por Anderson Francisco Ribeiro.	Tese em História, UNESP, 2016.	Indicar que a pornografia enquanto "desordem do discurso" abriu espaço para visões diversas, que são contrárias ao discurso homogeneizante de poder e masculinidade.	Revisão bibliográfica e análise de conteúdo das primeiras edições de várias revistas consideradas <i>soft</i> e <i>hardcore</i> , dentre as quais consta a <i>Peteca</i> .

Principais contribuições:

A pesquisa de Ribeiro contribuiu largamente para compreender as condições de produção das revistas pornográficas brasileiras. O autor traz uma visão aprofundada sobre o lugar da pornografia em nossa sociedade, além de fazer um panorama geral das publicações erótico-pornográficas que surgiram durante a ditadura militar. Se Winkler (1983) apontou para o caráter burguês da perspectiva adotada por várias das revistas pornográficas brasileiras da época, Ribeiro trabalha com a ideia de "modernização conservadora", conceito que pude constatar como estratégia da *Sexyterapia* para colocar argumentos mais progressistas em pauta. No caminho contrário, acredito que o presente estudo possa ajudar a alargar a percepção sobre a *Peteca* trazida pelo estudo de Ribeiro. Sua pesquisa divide as revistas pornográficas brasileiras veiculadas durante o período da ditadura militar em dois grupos: as *softcore*, caracterizadas por ter um discurso normalizador, e as *hardcore*, caracterizada por trazer "publicações de sexo explícito, sexualidades desviantes e toda perversão que o homem poderia desejar" (p. 294). Ribeiro enquadra a revista *Peteca* enquanto *hardcore*, mas o faz porque aborda a Grafipar como um todo. Neste ponto, acredito que o presente estudo — entre outros que abordem a revista *Peteca* a partir de uma análise mais específica — possam elucidar os limites dos discursos acerca dessas sexualidades desviantes e perversões. Se levarmos em conta o trabalho de Fontoura (2015), ao analisar a *Peteca* a partir da perspectiva do *swing* (considerado um desvio), a *Peteca* se enquadra mais enquanto *softcore*, por preconizar uma face conservadora a respeito da sexualidade conjugal. O mesmo acontece a partir deste estudo: a partir da *Sexyterapia*, a revista busca até mesmo certo distanciamento da pornografia, o que colabora para enquadrá-la enquanto *soft*.

Fonte: A autora (2021).

QUADRO 4 - PESQUISA DA PESQUISA: A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES LÉSBICAS NA LITERATURA E NO JORNALISMO BRASILEIRO

TÍTULO/PESQUISADOR	ÁREA/ANO	OBJETIVO	METODOLOGIA
<i>A construção das identidades lésbicas na literatura e no jornalismo brasileiro um mapeamento</i> , por Agnes do Amaral.	Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social - Jornalismo UFPR, 2016.	Identificar os estereótipos sobre a mulher lésbica e averiguar a presença de estereótipos (a lesbianidade como fase, fetiche e a masculinização da lésbica) nas revistas <i>Rose</i> , <i>Personal</i> e <i>Peteca</i> , da Grafipar.	Revisão bibliográfica para identificar a formação de estereótipos sobre a mulher homossexual, seguida de análise temática de 57 edições das revistas citadas.
<p>Principais contribuições:</p> <p>Falar sobre lesbianidade é falar também sobre prazer sexual feminino. Em seu trabalho, além de abordar a produção da revista <i>Peteca</i> e das demais publicações da Grafipar, Amaral também aborda a demonização da sexualidade feminina, faz um histórico da relação do prazer feminino tanto pela perspectiva médica quanto pelas representações midiáticas, tendo como sujeito principal a mulher homossexual. Seu referencial teórico foi muito útil, bem como suas reflexões sobre a forma com que as revistas da Grafipar tratam do tema, reflexões estas que foram incorporadas (e encontraram eco) em meu capítulo de análise. Em 2019, o estudo se desdobrou em um artigo em co-autoria com o orientador de sua pesquisa, o professor José Carlos Fernandes, intitulado <i>Grafipar Edições: Uma Reação Erótica à Ditadura Militar</i>, que apresenta a <i>Peteca</i> e explora sua "resistência jornalística e intelectual disfarçada no conteúdo erótico" (p. 1), que colaborou para a contextualização e análise da coluna <i>Sexyterapia</i>.</p>			

Fonte: A autora (2021).

QUADRO 5 - PESQUISA DA PESQUISA: AS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS DE MARIA ERÓTICA

TÍTULO/PESQUISADOR	ÁREA/ANO	OBJETIVO	METODOLOGIA
<i>As histórias em quadrinhos de Maria Erótica (1979-1981) de Claudio Seto: visões carnavalescas durante a ditadura militar</i> , de Leandro Luiz dos Santos.	Dissertação em Tecnologia e Sociedade, UTFPR, 2020.	Analisar as histórias dos quadrinhos <i>Maria Erótica</i> criadas por Claudio Seto (1944-2008) e publicadas pela editora Grafipar. Secundariamente, documentar o modo de produção de Claudio Seto.	Análise temática seguida de análise semiótica à luz do conceito de "carnavalização" de Bakhtin em 18 histórias da amostra + 8 entrevistas com o objetivo de documentar o modo de produção de Claudio Seto.
<p>Principais contribuições:</p> <p>Apesar de não versar sobre a revista <i>Peteca</i> e sim sobre outra publicação da Grafipar (os quadrinhos <i>Maria Erótica</i>), o estudo de Santos é uma rica fonte documental para os estudos sobre a editora. Isso porque o pesquisador disponibilizou na íntegra as entrevistas que realizou para compreender o modo de produção do quadrinista Claudio Seto — mas, secundariamente, obteve vários registros de episódios envolvendo a censura e outras informações que ajudam a compreender o modo de produção da Grafipar.</p>			

Fonte: A autora (2021).

Nenhum dos trabalhos mencionados se propuseram a tratar o resgate da revista *Peteca* ou da Grafipar enquanto foco principal, mas sim enquanto lócus de enunciados que colaboram para a compreensão de sentidos subjacentes, discussões e perspectivas de uma determinada época. É o caso, também, do presente estudo, com exceção de que, durante o processo metodológico, houve o desejo de construir um acervo digital da revista *Peteca* como forma de tornar a publicação mais acessível a futuros pesquisadores e, dessa forma, contribuir para o fomento da revista enquanto objeto de estudo, o que será melhor explicado no Capítulo 2.

Além destes estudos acadêmicos, destaco três livros lançados fora da academia, mas que contribuíram para a reconstrução da história da Grafipar. O primeiro intitula-se *Grafipar - a editora que saiu do eixo* (2016), lançado pelo escritor, jornalista, professor e quadrinista Ivan Carlo Andrade de Oliveira, sob o pseudônimo de Gian Danton. A partir de entrevistas com ex-colaboradores da Grafipar, Danton busca traçar a história da editora, mas com foco total em sua área de quadrinistas e publicações do gênero. O segundo é *De porta em porta em Nova York* (2018), escrito pelo próprio Faruk El-Khatib, no qual o empresário narra sua história de vida e a da Grafipar, trazendo detalhes e insights dos bastidores da editora. Por fim, destaco também o livro *Os iguais sob o arco-íris* (2002), um relato autobiográfico de Nelson Faria, publicado de forma autônoma e com pequena tiragem, três anos antes da morte do jornalista. Saber mais sobre a vida de Faria colaborou para compreender o impacto de sua subjetividade na escolha das fontes de *Sexyterapia*, o que será abordado no Capítulo 5, além de trazer mais detalhes sobre a Grafipar.

Já em relação à sexualidade feminina, a temática é largamente estudada (ou tangenciada) em diversas áreas, em especial nas ciências biológicas. Na Comunicação, uma tradição de estudos que pesquisa a construção do corpo feminino no discurso de jornais e revistas, tanto iconograficamente quanto de forma textual, surgiu nos anos 1980, utilizando como metodologia principalmente a Análise de Conteúdo e a Análise do Discurso. Entre os pioneiros consta o livro *Mulheres de Papel* (1981), de Dulcília Helena Schroeder Buitoni, resultado de sua tese de Doutorado defendida na Universidade de São Paulo (USP) no ano anterior. A publicação pode ser considerada um marco teórico para a análise das representações femininas e para os estudos sobre a chamada “imprensa feminina” no Brasil.

A partir dos anos 2000, há uma explosão de pesquisas que abordam a construção do ideário feminino em produtos midiáticos, tanto no audiovisual quanto

nas mídias impressas. É o que aponta Ana Carolina D. Escosteguy, responsável por um trabalho de fôlego que busca mapear historicamente as intersecções entre estudos de mídia e de gênero. No livro *Comunicação e Gênero, a aventura da pesquisa* (2008), ela já atenta para impossibilidade de criar um estado da arte fiel às pesquisas de comunicação e gênero, tanto pela extensão que o assunto tomou a partir dos anos 1960 (quando o movimento feminista vinculou-se à teoria feminista), quanto pela dispersão destes estudos, “característica que marca a pesquisa brasileira em comunicação devido à sua recente institucionalização no nosso território, e de inexistência de revisões bibliográficas específicas” (ECOSTEGUY, 2008, p. 7).

1.2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Seguindo a ideia de trilha metodológica, apresento alguns pontos a partir dos quais este trabalho se desenvolve: seus pressupostos teóricos. Começo pela própria noção de sujeito que norteia o tema da pesquisa: a mulher, categoria sobre a qual desejo enfatizar alguns pontos. São eles: 1) o binarismo sexual não é um dado natural, e sim uma das heranças da colonialidade; 2) a categoria, portanto, não constitui um grupo natural.

Quanto ao primeiro ponto, quem nos explica é María Lugones (2008). A socióloga argentina critica o conceito de sexo enquanto um fato biológico, substrato natural sobre o qual se produz o gênero, em uma dicotomia natureza/cultura. Essa crítica também é exposta por diversas outras pesquisadoras, tais como Wittig (1992), Butler (2013) e Preciado (2008; 2014), mas no pensamento de Lugones esse dimorfismo sexual constitui uma das corporizações do pensamento colonial. Se Preciado fala sobre ficção política encarnada⁵, Lugones apresenta as condições a partir das quais se dá essa ficção política: a colonialidade do gênero e da sexualidade. Nessa perspectiva, em crítica ao feminismo hegemônico e em contraponto ao

⁵ O termo é utilizado por Paul B. Preciado em sua apresentação no Hay Festival, em Cartagena em 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4o13sesqsJo>>. Acesso em 10 agosto de 2020.

pressuposto de Quijano (2002) das disputas de controle do sexo⁶, a autora aponta o dimorfismo biológico, a heterossexualidade e o patriarcado como conceitos contidos na categoria gênero. Constituem o que ela chama de “o lado claro/visível da organização colonial/moderna de gênero” (LUGONES, 2008, p. 78), uma visão que está, portanto, nas matrizes da modernidade. Homem e mulher são tidos enquanto ideais morais e civilizatórios, bem como os conceitos de gênero, sexualidade, o ideal de maternidade individual, a parentalidade, os núcleos familiares, entre outros conceitos apresentados como universais, mas que na verdade são heranças de um pensamento colonial com pretensões pacificadoras, hierarquizadoras e homogeneizantes. Enquanto Wittig (1978/1992) cunha o conceito da heterossexualidade compulsória por compreendê-lo enquanto um sistema político, Lugones (2008) dá um passo adiante, ou melhor, um passo para trás, colocando esse sistema político em perspectiva. Compreende, portanto, que a heterossexualidade e o patriarcado não são condições universais, mas frutos da colonialidade. Dessa forma, “o eurocentrismo naturaliza a experiência das pessoas dentro desse padrão de poder” (QUIJANO, 2002), fazendo com que aqueles que estejam sob a colonialidade do poder apreendam o mundo a partir de categorias eurocêtricas.

O segundo ponto também é frisado por estes feminismos subalternos (de cor, lésbico, queer etc.). Ainda em 1851, Sojourner Truth proclamou o discurso *Eu não sou uma mulher?*⁷, no qual explicitou o caráter fictício da constituição da categoria “mulher”, que não abarca a realidade de muitas pessoas incluídas nessa categoria — no caso, mulheres negras. Wittig realiza crítica semelhante em seus artigos *O pensamento heterossexual* (1978) e *One is not born a woman* (1981)⁸, nos quais aponta que a lésbica também não é uma mulher, porque o conceito de mulher é produzido dentro da lógica heterossexual — e, dentro dessa lógica, as lésbicas não se encaixam nem como homens, nem como “mulheres reais” (WITTIG, 1992).

⁶ Lugones (2008) é crítica à ideia de Quijano que considera o sexo, seus recursos e produtos a partir de uma perspectiva que não enxerga a colonialidade imposta pelo próprio conceito. Assim, elabora uma teoria do que chama de “sistema moderno colonial de gênero” na qual mostra que o sexo/gênero carrega a carga da imposição colonial, apontando que “não é necessário que as relações sociais estejam organizadas em termos de gênero, nem sequer nas relações que se consideram sexuais. Mas a organização social em termos de gênero não tem porque ser heterossexual ou patriarcal” (p. 78). Ela o faz a partir de uma série de autoras críticas às categorias universais, como Oyérunké Oyewùmi e Gunn Allen.

⁷ Entre outros lugares, o discurso pode ser encontrado no livro *O que é lugar de fala* (2017) de Djamila Ribeiro.

⁸ Um compilado de todos os seus ensaios pode ser encontrado no livro *The Straight mind and other essays*, de 1992.

Lugones (2000) sintetiza a crítica à mulher enquanto uma categoria que, como tantas outras construídas pela perspectiva colonial, refere-se apenas ao dominante de seu grupo enquanto norma. A categoria “mulher negra”, por exemplo, não seria formada pela intersecção da categoria “mulher” e “negro”, porque na primeira está implicada apenas a fêmea branca burguesa heterossexual, e na segunda, o macho heterossexual negro. Dessa forma, a intersecção nos mostra justamente a ausência deste sujeito que então denomina-se “mulher negra”. Por isso, ao dissociar gênero e raça, a palavra “mulher” acaba sendo racista, por conter em si apenas o seu dominante.

Este trabalho lida, portanto, com o fato de que a “mulher” encontrada enquanto sujeito desse prazer pesquisado nas páginas da *Peteca* designa um sujeito compreendido a partir dessa matriz de inteligibilidade dominante. Reconheço esta mulher, portanto, não com o objetivo de reforçar o mito, mas enquanto categoria histórica, política e econômica (WITTIG, 1992), dentro de uma lógica de dimorfismo fictício e colonial, mas que não escapa, no contexto dos anos 70-80 do século XX, a determinadas relações de poder. Considero também que, no período, o Brasil já estava integrado ao capitalismo internacional e, portanto, a história da sociedade brasileira também reproduzia endogenamente fenômenos já observados em outras sociedades capitalistas, com algumas especificidades (WINCKLER, 1983). Para evidenciar essas especificidades, recorri a autores e autoras que trouxessem a perspectiva nacional sobre a sexualidade brasileira no século XX, especialmente Chauí (1984), Winckler (1983) e Ribeiro (2016). Além dos pesquisadores, busquei usar outras fontes documentais que pudessem servir para compreender os debates e o pensamento vigente na época de produção de *Peteca*, dentre os quais destaco a pesquisa de Delcio Monteiro de Lima (1976) que se autointitula “o primeiro trabalho visando mostrar como o sexo é vivido entre nós”. Na realidade, a pesquisa apresenta a visão de *especialistas* sobre a sexualidade brasileira, a partir de um formulário preenchido por 783 profissionais entre médicos, psicólogos, psiquiatras, sexólogos, ginecologistas, urologistas, entre outros, do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e Brasília. Também foram consultadas as discussões presentes no livro *Macho masculino homem - A sexualidade, o machismo e a crise de identidade do homem brasileiro* (1986), formado por 18 artigos apresentados no Primeiro Simpósio do Homem, realizado em outubro de 1985, e que

reuniu uma série de profissionais, de jornalistas a psicanalistas, para discutir as mudanças no perfil de masculinidade que se desenrolava na época.

Por fim, enfatizo um último pressuposto teórico basilar para este trabalho, que é o reconhecimento da centralidade da mídia na construção das práticas sociais, em especial do discurso jornalístico, que será aprofundado no Capítulo 5. Como aponta Miguel (1999, p. 201), "o jornalismo exerce uma violência simbólica originária que é exatamente o estabelecimento daquilo que há de 'importante' no mundo". Assim, ao analisar a construção discursiva do prazer sexual feminino na *Sexyterapia* — uma coluna informativa inserida dentro de uma revista pornográfica — o que enxergamos é o uso do discurso jornalístico para promover a mediação entre leitor e ciência em busca da legitimação de uma determinada visão de mundo (ideologia), ponto que será analisado e explicitado ao decorrer desta pesquisa.

2 METODOLOGIA

Neste capítulo, apresento o dispositivo teórico-metodológico deste estudo (Análise do Discurso de linha francesa), com base nas teorias Pêcheux (1969; 1975; 1997; 2006) e Dominique Maingueneau (2015), com seus desdobramentos em Eni Orlandi (2009) e Souza (2014). Em seguida, apresento o delineamento metodológico da pesquisa, que está dividida em cinco momentos (levantamento bibliográfico, coleta de dados, organização do *corpus*, análise e entrevista complementar). Depois, discorro sobre a posição da analista a partir da abordagem da Análise do Discurso. Por fim, apresento o viés analítico do presente estudo.

QUADRO 6 - CLASSIFICAÇÃO E ETAPAS DA PESQUISA

ABORDAGEM	Qualitativa				
METODOLOGIA	Análise do Discurso de linha francesa (AD)				
ETAPAS	Levantamento bibliográfico	Coleta de documentos	Organização do <i>corpus</i>	Análise discursiva	Entrevista complementar

Fonte: A autora (2021).

2.1 ANÁLISE DO DISCURSO

A Análise do Discurso de linha francesa, criada pelo filósofo Michel Pêcheux em 1969, é o dispositivo teórico-metodológico que guia este trabalho. Ela não é apenas um instrumento de análise aplicada — sua prática científica está ancorada, principalmente, em uma prática filosófica, de teorização, calcada na leitura althusseriana de Marx, na (crítica à) linguística e nas contribuições da Psicanálise. Por conta dessa elaboração teórica, empírica e conceitual (GADET; HANK, 1997) a AD atravessa este estudo desde as escolhas da fundamentação teórica até as ferramentas para a análise do objeto.

Essa abordagem nos permite pensar o texto não como um conjunto de frases que carregam sentidos em si mesmas, mas a partir da conexão indissociável entre linguagem, história e sociedade. Como explica Orlandi (2009), na AD o texto não é entendido enquanto conteúdo. O texto é *corpora* (MAINGUENEAU, 2015), uma

unidade de análise que produz interpretação, a superfície linguística que permite o acesso ao discurso. O texto se torna uma unidade de sentido apenas quando colocado em relação à história e à *memória discursiva*, que é “a condição do legível em relação ao próprio legível” (PÊCHEUX, 1969, p. 52). A memória discursiva não é uma memória particular, do campo interior ao sujeito, mas sim uma memória coletiva que mistura memória mítica, social e a memória escrita do historiador (PÊCHEUX, 1969). Em outras palavras, nenhum texto é capaz de carregar um sentido em si próprio — ele está, a todo momento, dialogando e repetindo outros discursos, o que Pêcheux (1999, p. 52) chama de “dialética da repetição e da regularização”. E essa repetição não é literal: repetimos os discursos a partir de uma ressignificação, apropriação e reordenação do que foi dito, fenômeno que na linguística denomina-se *paráfrase*. Nos referimos à reinterpretação de um texto, mantendo-se, porém, o mesmo sentido.

Quando surgiu, a AD tinha uma posição teórica mais estruturalista, que buscava compreender sobretudo textos cujas condições de produção eram estáveis (com sentidos menos variantes), a exemplo dos folhetos do Partido Comunista. Com isso, criou a noção de *máquina discursiva*, na qual considerava que o próprio discurso, sozinho, definia suas possibilidades (PÊCHEUX, 1969). O conceito considerava que as condições de produção eram estáveis e homogêneas, resultando em análises que presumiam que a máquina era fechada em si mesma.

Na chamada segunda fase, a AD substituiu o conceito de máquina discursiva pelo conceito foucaultiano *formações discursivas* (FD). Para Foucault (1976/1999), a FD designa:

[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT, 1976/1999, p. 133)

Ao passo em que a máquina discursiva previa uma homogeneidade (fechada em si mesma), a noção de formação discursiva aponta para a diversidade (relação com seu exterior), ao mostrar que discursos são formados em diálogo com vários sujeitos e ideologias dispersas, ideologia que é aqui compreendida pela perspectiva de Althusser, para quem “a ideologia é a relação imaginária (a imagem que temos das coisas), transformada em práticas guiadas por essa relação” (SOUZA, 2014, p. 11). Ou seja, uma mesma FD pode ser atravessada por diversos discursos, mitos,

ideologias e epistemes que, em seu conjunto, determinam o que pode/deve ser dito pelo sujeito em determinada situação. Para Orlandi (2009, p. 43), Formação Discursiva é "aquilo que numa formação ideológica dada — ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada — determina o que pode e deve ser dito". Isso implica dizer que todos os sentidos são ideologicamente determinados.

Em sua terceira fase, a AD abandona completamente a noção de máquina discursiva para falar sobre o interdiscurso. Como visto anteriormente, a noção de FD é fundada na existência de uma rede discursiva que é a condição de produção do próprio discurso. Essa rede é chamada de interdiscurso, conceituada por Pêcheux (1977, p. 146) como o "‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas intrincado no complexo das formações ideológicas". Assim, a memória (aquilo que conseguimos acionar, que é constituinte do discurso, que está na base do dizível e permite que façamos sentido) está contida no interdiscurso (o "todo" que comporta todas as interpretações, inclusive aquelas já esquecidas ou ainda não incorporadas à memória).

Apesar de estarmos a todo tempo operando dentro da dialética da repetição e regularização, não significa que tenhamos consciência disso. Assim, o *esquecimento* é um elemento estruturante do discurso e do sujeito. Pêcheux (1975) nos aponta dois tipos de esquecimento. O "esquecimento número 1" é o esquecimento ideológico no domínio do inconsciente. Significa dizer que, ao falar, estamos sempre recorrendo às coisas já-ditas, porque a memória discursiva é a própria condição do dizer — e o esquecimento, então, produz a ilusão de que somos a origem daquilo que falamos. Já o "esquecimento número 2" é aquele que faz o sujeito acreditar que só é possível dizer uma coisa de uma certa maneira, ideia que, para a AD, é outra ilusão, posto que sempre há outras formas de dizer (na dimensão da linguagem) os mesmos sentidos (na dimensão do discurso). Por este motivo, esse esquecimento é chamado por Orlandi (2009) de "ilusão referencial". Há, ainda, um outro fenômeno, que apesar de parecer da ordem do esquecimento, não o é. É o que Orlandi (1999), chama de *falta*. No lugar da falha, que é constitutiva da memória e permite os deslizos de sentido, temos a falta, que emerge da censura, do silenciamento de discursos. No artigo, a autora faz relação direta com os efeitos da repressão da ditadura militar brasileira. Conclui que, das histórias silenciadas, restam buracos: "não há conhecimento produzido *por* eles, mas *sobre* eles. Fica-se sem memória" (p. 66). A falta apontada por Orlandi é um ponto manifesto na bibliografia-base desta dissertação. Ao pesquisar

sobre sexualidade feminina, por exemplo, é possível encontrar uma explosão de discursos que versam sobre o corpo da mulher, especialmente de ordem religiosa e científica. Mas, historicamente, relatos da sexualidade de mulheres brasileiras elaboradas por elas mesmas são escassos, como apontou Carmo (2019, n.p.). “Se os homens sempre foram pródigos em revelar suas vidas íntimas”, conta o autor, “o contrário ocorria com as mulheres”. Esses discursos silenciados, nos termos de Orlandi, precisaram se ressignificar pelas margens — e, até hoje, estão em processo de reivindicar suas experiências dentro da história e da memória discursiva.

Outro conceito-chave da AD que nos interessa para este estudo é o conceito de formações imaginárias. No discurso, o indivíduo (empírico) é sempre sujeito (interpelado pelas ideologias e assujeitado à linguagem), enquanto a sua situação (empírica) é sempre uma **posição imaginária**. Isso quer dizer que “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1969, p. 82). O que está em jogo não sou eu e meu interlocutor, mas sim o que nosso lugar de fala implica para o outro. O médico, por exemplo, não o é de forma empírica, mas sim a formação imaginária de alguém que exerce autoridade sobre algo (conhecimento) ou sobre alguém (paciente).

Assim como no discurso, o paciente não o é empiricamente, mas sim a formação imaginária que faz de si (subordinado ao especialista) e do outro (autoridade, especialista ao qual se submete). Essa noção é importante para ter uma consciência discursiva sobre as posições de jornalistas, especialistas e leitores no processo da construção dos discursos da *Peteca*. Isso porque as formações imaginárias dialogam com outras duas noções: a de “relação de forças” e a de “mecanismo de antecipação” (ORLANDI, 2009). O primeiro diz respeito justamente ao exemplo do especialista. Em uma sociedade constituída por relações hierarquizadas, os sujeitos falam a partir de lugares (imaginários) diferentes, o que vai interferir na construção do discurso, implicando a relação de forças. Já o “mecanismo de antecipação” refere-se a uma espécie de “prognóstico” que todo locutor faz sobre a recepção de seu discurso. Isto é, o sujeito coloca-se no lugar do interlocutor e projeta o efeito das suas palavras, de forma que escolhe falar de forma “X” e não de forma “Y”. Essa antecipação prevê o sujeito enquanto formação imaginária, já implicando a relação de forças que, atravessada pela memória discursiva, ele incorpora. Esse

conceito nos permite pensar, então, em qual é o sujeito que a *Peteca* prevê como receptor, identificando quais formações imaginárias se constituem a partir do seu discurso. Nas palavras de Schwaab (2007b, p. 19), "há um leitor inscrito no texto".

A partir desses conceitos-base, o discurso pode, finalmente, ser compreendido. Para a AD, o discurso é uma **ação** que se constitui a partir de uma rede coletiva de interlocutores anônimos ao longo da história. Nas palavras de Orlandi (2009, p. 21), o discurso é "o efeito de sentidos entre interlocutores". Ele se opõe radicalmente à noção de "emissor, mensagem, receptor" de Jakobson e à ideia da língua como instrumento neutro da comunicação. Por isso, a AD não busca o significado por trás das palavras: não há verdade atrás do texto, apenas uma construção de sentidos que está sempre relacionada a outros discursos. Nessa perspectiva, a noção de contexto também é desestabilizada. O contexto não está localizado no exterior do texto, porque "o texto é a própria gestão do contexto" (MAINGUENEAU, 2015, p. 77). Por isso, prefere-se o termo *condições de produção*. É, assim, uma abordagem materialista, que entende a língua enquanto a materialidade específica do discurso, e o discurso como a materialidade específica da *ideologia* (ORLANDI, 2009), cravando a noção de que todo texto é ideológico. "Como a ideologia não é acessível diretamente, ela precisa tomar forma de algo que lhe dê vazão. É a língua que funciona como esse elemento carreador da ideologia" (SOUZA, 2014, p. 16). A ênfase da AD, portanto, está nas dimensões sócio-históricas da construção da realidade, o que implica, invariavelmente, no discurso.

Este é o *lócus* sobre o qual essa pesquisa se debruça. Não busco mostrar o *que* a coluna *Sexyterapia* escreve sobre o prazer sexual feminino (ou seja, encontrar o sentido dentro do próprio texto) ou como este prazer é *representado*. O conceito de representação implica que o texto é a expressão de uma realidade que está acima, fora da linguagem, sendo que nosso quadro teórico compreende o texto tanto como produto de um trabalho ideológico, quanto produtor de sentido (MAINGUENEAU, 2015). O aspecto formal do texto é levado em conta apenas em sua "radical e inseparável relação com os conflitos subjetivos e sociais que envolvem os atos de fala" (FISCHER, 1995, p. 22). Busco, então, mostrar *como* se dá esse discurso e quais os *efeitos* criados a partir dele. O texto é uma peça de linguagem: não é o ponto de partida nem de chegada (ORLANDI, 2009). Quando dizemos algo, o fazemos de forma situada, a partir de uma relação histórica de sentido que nos permite fazer uso das palavras. Elas só têm sentido porque estão dentro de relações de sentido. Aponta

Pêcheux (1969, p. 77): “o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima”. Ao analisarmos um texto tendo como base o arsenal de conceitos e teorias da AD, portanto, a análise sempre buscará na base material os indícios que levam o analista ao discurso para, por fim, chegar à ideologia. Neste estudo, portanto, analiso a dimensão discursiva da coluna *Sexyterapia*, buscando colocar os traços dos processos discursivos em evidência. Abaixo, apresento as fases da pesquisa e detalho como farei o uso das ferramentas da AD para produzir a leitura analítica.

2.2 FASES DA PESQUISA

O presente estudo está delineado em cinco etapas principais: pesquisa bibliográfica, coleta de documentos, organização do *corpus*, análise discursiva e entrevista complementare. Apesar de apresentá-las de forma linear, a realidade da pesquisa é dinâmica. Considero que as etapas foram realizadas de forma simultânea, porque cada uma foi, muitas vezes, revisitada ao longo do desenvolvimento da pesquisa. A seguir, discorro sobre cada uma delas.

2.2.1 Pesquisa bibliográfica

Na primeira etapa, fiz um levantamento de livros, artigos, teses e dissertações com temas relacionados ao presente estudo. São pesquisas que versam sobre meu objeto (a revista *Peteca*) ou sobre a editora Grafipar; que estão relacionadas ao eixo central do trabalho, como Análise do Discurso, heterossexualidade e história da sexualidade ocidental/brasileira, com olhos atentos às abordagens sobre o prazer sexual feminino; e, ainda, estudos que abordam as publicações pornográficas brasileiras durante o período da ditadura militar, quando a revista *Peteca* circulou. Abaixo, é possível consultar o quadro de adesão teórica deste estudo. Ela não tem a pretensão de esgotar as produções sobre discurso e sexualidade, mas apontar as principais categorias temáticas e autores que contribuíram com a pesquisa.

QUADRO 7 - ADESÃO TEÓRICA

<i>Análise do Discurso</i>	Foucault (1976), Souza (2014), Maingueneau (2010; 2015), Pêcheux (1969; 1997; 1999; 2006), Orlandi (2009; 1999)
<i>AD e Jornalismo</i>	Charaudeau (2013), Grigoletto (2005), Scwhaab (2007a; 2007b; 2009; 2014)
<i>Jornalismo Científico</i>	Gomes (2000), Motta-Roth e Scherer (2016), Sponholz (2007)
<i>Revista Peteca / Grafipar</i>	Amaral e Fernandes (2019), Amaral (2016), Fernandes (2018, 2019), Danton (2016), Khatib (2018), Winckler (1983)
<i>Pornografia e Ditadura Militar</i>	Fontoura (2015), Ribeiro (2016), Winckler (1983)
<i>Heterossexualidade</i>	Lugones (2008), Preciado (2014; 2018), Rich (1980), Wittig (1992)
<i>História da Sexualidade</i>	Chauí (1984), Foucault (1976), Preciado (2008; 2014), Sena (2007)

Fonte: A autora (2021).

2.2.2 Coleta de documentos

Uma segunda etapa foi a coleta e a organização do *corpus* de pesquisa: um desafio. A dificuldade de acesso aos objetos de estudo é um denominador comum entre os pesquisadores que estudam publicações erótico-pornográficas brasileiras. Foi apenas em 2004 que a Lei nº 10.994 (Lei de Depósito Legal) entrou em vigor, prevendo o envio de um ou mais exemplares de toda publicação editada e/ou distribuída no país para a Biblioteca Nacional. Isso significa que as publicações anteriores a esta data, em especial aquelas de conteúdo erótico-pornográfico, as quais não eram adquiridas pelas bibliotecas por questões morais, são muito difíceis de serem encontradas em acervos públicos, sejam eles regionais ou nacionais.

No caso da *Peteca*, não foram encontrados exemplares na Biblioteca Pública do Paraná ou na Divisão de Periódicos da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Alguns números foram doados para a Gibiteca de Curitiba, mas, até o final de 2019, ainda não estavam disponíveis ao público. Faruk El-Khatib, proprietário da Grafipar, guardou apenas um exemplar da *Peteca*, o primeiro. Essa pesquisa foi possível graças ao professor José Carlos Fernandes, que fez a ponte entre mim e o acervo do

ex-colaborador da Grafipar, Nelson Padrella. Por muitos anos, o escritor, artista visual e jornalista contribuiu com textos (especialmente roteiro de quadrinhos homoeróticos) em diversas publicações da editora. Em seu apartamento, em Curitiba, há um cômodo reservado especialmente para suas obras de arte e para dezenas de caixas com suas coleções de revista, dentre as quais a *Peteca*, cujo acesso me foi gentilmente autorizado. A coleção, porém, está incompleta. Até setembro de 2020, consegui mapear um total de 117 números (que na realidade seriam 119 exemplares únicos, pois há dois números duplicados), dos quais 110 constam no acervo de Padrella e foram digitalizados a partir de fotografias para o presente estudo.

Pensando na dificuldade de acesso às revistas, decidi construir um acervo público e digital que permita que outros pesquisadores possam ter acesso à publicação e, assim, facilitar que a *Peteca* seja usada enquanto objeto de estudo em futuros estudos. Para isso, digitalizei todas as edições do acervo pessoal de Padrella e, em um próximo passo dessa pesquisa, buscarei os meios para disponibilizá-las, tomando todas as medidas legais.

2.2.3 Organização do *corpus*

Em seguida, parti para a organização do *corpus*. Comecei com uma análise temática (categorial) de forma a identificar, entre todas as 110 edições, aquelas cuja coluna *Sexyterapia* versava diretamente sobre a temática do prazer sexual feminino. A análise temática foi baseada na Análise de Conteúdo de Bardin (2016), que define o instrumento metodológico como uma análise descritiva do conteúdo, feita a partir de categorias inicialmente estabelecidas a partir de uma pré-análise, na qual o pesquisador faz uma leitura flutuante pelo material para formular suas hipóteses e primeiras categorias. Os temas, portanto, não emergem “naturalmente”, é preciso que o pesquisador tenha um papel ativo nessa categorização. Para isso, criei um quadro na qual constavam o número da edição, ano de publicação, título da reportagem, subtítulo, intertítulos e enunciações aforizantes secundárias, ou seja, frases destacadas do texto (MAINGUENEAU, 2015). O objetivo era compilar informações que pudessem colaborar na inferência sobre o tema abordado em cada reportagem. Prestei atenção nas palavras que poderiam fazer referência à sexualidade feminina, como mulher, masturbação, bissexualidade, lesbianidade (*lesbianismo*, no caso da *Peteca*), iniciação sexual e casamento, em uma primeira etapa bastante conteudista.

O instrumento metodológico da Análise de Conteúdo, porém, é criticado por Pêcheux e Fuchs (1999), que apontam que a análise temática não pode ser considerada uma sequência de operações objetivas com resultado unívoco, por conta da necessidade de uma “aculturação dos codificadores” para apreender, no texto, o que busca o pesquisador. Para esse estudo, portanto, a análise categorial foi usada apenas enquanto instrumento de organização do *corpus*. O resultado foi um compilado de 14 reportagens que abordam a temática visada, ficando sua análise com base nos critérios da AD. Ainda sobre o *corpus*, é preciso pontuar que, para a AD, a quantidade de textos selecionados para a análise é determinada pela saturação. Nas palavras de Souza (2014, p. 23), “saturação é o momento em que o analista percebe a recorrência das propriedades do discurso a ponto de poder dar por encerrado o acréscimo de textos ao corpus.” O número de textos selecionados se mostrou adequado porque permitiu que se chegasse à saturação em todos os conceitos-análise que colaboram para a compreensão do tema proposto.

2.2.3 Análise discursiva e entrevistas complementares

Como aponta Souza, (2014), a proposta da análise discursiva é investigar “como um texto constrói determinado sentido sobre determinado tema” (p. 21). Para cumprir com este objetivo, uma análise discursiva tem como base os dispositivos teóricos da interpretação, que são os conceitos apresentados neste capítulo, somados aos dispositivos analíticos, que consistem na teoria “individualizada” pelo analista com base na sua pergunta de pesquisa, objeto e finalidade da análise. O conjunto de saberes que formam esse dispositivo precisa ser capaz de descrever a relação do sujeito com a sua memória discursiva, relacionar o dito/a forma com que é dito/o lugar com que é dito com o não dito/o que é dito em outro lugar/o que é dito de outra forma (ORLANDI, 2009).

Na análise, o dispositivo da AD foi articulado com a fundamentação teórica com base nos autores apontados no quadro 7. Para isso, começo explicitando suas condições de produção (Capítulo 3); depois analiso os discursos científico e jornalístico (Capítulo 5), para depois analisar a construção da ideia de prazer sexual feminino na *Peteca* (Capítulo 6) levando em consideração quatro conceitos-análise: sexo, machismo, repressão e orientação sexual. A partir do processo de leitura analítica, identifiquei que estes conceitos eram acionados para a construção de

sentidoa sobre o prazer sexual feminino — são, portanto, conceitos-análise *à posteriori*, de acordo com Souza (2014), que é quando o conceito surge no processo de análise. Para a escrita analítica, foi usada a metodologia apresentada por esse pesquisador, composta por três perguntas heurísticas que ajudam o analista a evidenciar os sentidos do discurso. São elas: “Qual é o conceito-análise presente no texto? Como o texto constrói o conceito-análise? A que discurso pertence o conceito-análise construído da forma que o texto constrói?” (p. 24). A abordagem se deu considerando a reportagem de forma geral, sem enfatizar o conteúdo individual das cartas de leitores que iniciam a maior parte das reportagens, conforme será apresentado no próximo capítulo. As cartas são analisadas enquanto um recurso que compõe o discurso jornalístico da *Peteca*. Seu conteúdo individualizado não constituiu o foco deste estudo.

Por fim, realizei uma entrevista semiestruturada com o empresário Faruk El-Khatib, diretor do núcleo de revistas da Grafipar, que junto a Nelson Faria (1936 - 2005) comandou a revista *Peteca*. A entrevista teve caráter complementar, ou seja, ela foi realizada depois da pesquisa bibliográfica e da análise, com o objetivo de responder questões que ficaram em aberto e confirmar fatos sobre a revista, a história da Grafipar e suas condições de produção. Depois, sigo para as considerações finais, espaço no qual retomo de forma condensada a trajetória da pesquisa, suas contribuições e espaços em aberto para que novos estudos possam surgir a partir das reflexões e lacunas desta análise.

2.3 A POSIÇÃO DA ANALISTA

Ao enfatizar o entrelace essencial entre língua, história e ideologia, a Análise do Discurso não poderia deixar de fora o sujeito que produz a análise — afinal, não há como escapar de suas próprias condições de produção. Mesmo o aparato metodológico não tem a capacidade de colocar o pesquisador em um terreno de neutralidade. Como pontua Hissa (2012, n.p): “não há sujeito do conhecimento do mundo e, tampouco, sujeito do saber que não seja sujeito do mundo”. Se a AD nos mostra que nossa condição de sujeito se dá porque somos, a todo momento, interpelados pela ideologia, não há quem esteja do “lado de fora”. Parto, portanto, da perspectiva de um conhecimento situado, o que não é determinante, mas interfere na produção de todo conhecimento.

O pesquisador, então, também é compreendido enquanto parte da interpretação, atravessado pela língua e pela história. A análise não se presume objetiva, mas não pode ser arbitrária — precisa, portanto, *explicitar* a forma como o objeto em ação produz sentidos (ORLANDI, 2009). Como aponta Archard (1999) não há diferença entre o sujeito histórico e o analista, mas sim um deslocamento. Existe a demanda de um esforço suplementar do analista, que consciente de sua condição, passa a tirar proveito da ideologia, colocando a interpretação em suspenso para contemplá-la a partir da mediação teórica (ORLANDI, 2009). Ancorado nos conceitos propostos pela AD, o analista constrói seu próprio dispositivo de interpretação como forma de evidenciar os processos que produzem o discurso e seus efeitos. Ou seja, é preciso estar, a todo momento, munido das teorias relacionadas ao seu campo de estudo e também das bases de análise da AD. Conforme Mainqueneau (2015, p. 60), é preciso “reconhecer que a análise do discurso também é discurso, e que, ao falar do mundo, os locutores também procuram legitimar a posição de enunciação que constroem”.

Alicerçada neste reconhecimento da presença do pesquisador na construção da pesquisa, esta dissertação está escrita em primeira pessoa, o que (ainda) é um tanto incomum para o campo acadêmico, que busca dissimular sua mediação através da elaboração de um texto impessoal. Este é um pequeno esforço para destravar o mito ocidental da neutralidade desencarnada e não-localizada sobre a qual se funda a ciência (GROSFOGUEL, 2007). Nas análises, pesquisadoras e pesquisadores geralmente estão “escondidos” atrás da terceira pessoa, o que serve a um projeto específico de ciência, cuja denúncia se dá principalmente pelas Teorias Decoloniais⁹.

⁹ Faço uma aproximação com a Teoria Decolonial na sua intersecção com a perspectiva teórico-metodológica da AD: o reconhecimento de uma ideologia/poder que atua através do discurso e do pesquisador dentro da pesquisa. Mas há limites nestas aproximações. O projeto de “descolonizar o cânone e a epistemologia ocidental” (GROSFOGUEL, 2007, p. 4), por exemplo, é central para a Teoria Decolonial, mas não corresponde às bases teóricas do presente estudo.

3 PORNOGRAFIA E DITADURA MILITAR

Neste capítulo, abordo as condições de produção da revista *Peteca*. Para isso, apresento a conjuntura política e cultural das décadas de 1970 e início de 1980, que compreendem parte do período da ditadura militar (1964 - 1985). Faço um breve levantamento da história da pornografia de revista brasileira, do chamado "gênero alegre" do século XX à *Playboy* do século XXI. A seguir, articulo os movimentos da censura em contraponto ao avanço da produção das revistas eróticas. Sem a pretensão de fazer um histórico da censura no Brasil, me ateno, neste capítulo, ao período da ditadura, apesar de reconhecer que a censura opera no Brasil desde seu período colonial¹⁰ a partir de decretos que culminaram na criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), ainda em 1939¹¹ — 25 anos antes da ditadura militar. Em seguida, reflito sobre os conceitos contemporâneos de pornografia e erotismo, noção que, no Brasil, também incorporou sentidos produzidos a partir da ideologia que permeou os discursos de moralidade da ditadura.

3.1 CONTRA A MORAL E OS BONS COSTUMES

A partir dos anos 1950, o Brasil passa por um período de modernização. Investimentos em infraestrutura, como rodovias, hidrelétricas, aeroportos e indústria, aceleram também a expansão das novas tecnologias e do acesso a produtos midiáticos, como música, programas de televisão, filmes e revistas. O país vive a massificação da cultura a partir da consolidação de uma indústria cultural que gera, entre os anos 1960 e 1980, todo um imaginário coletivo de Brasil e de povo brasileiro “que até hoje atua em nossas consciências” (NAPOLITANO, 2004, p. 8). É que a crescente americanização dos produtos culturais, facilitados por esta modernização, provocou respostas nacionais. Em diferentes áreas, artistas e demais agentes culturais buscaram criar produções que conversassem com a realidade brasileira. E para aqueles que se encontravam mais à esquerda do espectro político, essas produções precisariam não apenas retratar, mas também estar engajadas com a (mudança da) realidade nacional. Assim, filmes estrangeiros eram chamados de

¹⁰ Uma síntese da censura no Brasil pode ser conferida em *Censura no Brasil* (GOUVÊA, 2019).

¹¹ Criado por Getúlio Vargas, o DIP foi um instrumento de censura e propaganda do Estado Novo que centralizava as formas de comunicação do país, “objetivando explicitamente combater a difusão de ideias consideradas ‘perniciosas’” (GOUVÊA, 2019, n.p).

"enlatados" (SIMÕES, 1999; NAPOLITANO, 2004); a Jovem Guarda era considerada alienada¹²; o Partido Comunista, grande fomentador da cultura, em manifesto de outubro de 1962, reiterava a necessidade de se produzir uma arte popular revolucionária, cujo objetivo seria conscientizar a população e servir de instrumento de emancipação política¹³.

A proliferação das imagens estrangeiras também trouxe consigo a marcha da modernização dos costumes, embalada pela "revolução sexual" dos anos 1960 e 1970. Essa revolução está diretamente relacionada aos movimentos sociais que colaboraram para uma mudança de cenário definitiva. São exemplos o acesso das mulheres brancas às universidades e sua entrada massiva no mercado de trabalho, que permitiu sua autonomia financeira; e a criação da pílula anticoncepcional nos anos 1960, que permitiu a emancipação sexual das mulheres heterossexuais, dissociando sexo e reprodução. Somada à emergência da psicanálise e seu discurso da democracia sexual, que exaltava o orgasmo mútuo, e o debate feminista em relação à reapropriação do corpo e do prazer, o resultado é também a emergência do "direito ao orgasmo" feminino enquanto tema. "A revolução sexual", afirma a *Peteca*, "está conscientizando as mulheres para o fato de que elas devem se opor à condição de mero objeto sexual, passando a lutar pelo direito ao prazer" (FOCK, 1979b, p. 15).

As pessoas homossexuais também protagonizaram as mudanças no contexto político e cultural — seu movimento ganhou força e, como marco, em 1973 a Associação Americana de Psiquiatria retira a homossexualidade de sua lista de distúrbios, seguida pela Associação Americana de Psicologia, em 1975. O mesmo só viria a acontecer no Brasil mais de 10 anos depois, em 1984, um ano antes da Organização Mundial da Saúde despatologizar a homossexualidade, dando indícios de que, no Brasil, o impacto da revolução sexual foi sentido mais tarde¹⁴.

¹² A Jovem Guarda foi um movimento cultural inspirado no rock norte-americano do final dos anos 1950. Implicava tanto um gênero musical quanto um estilo de vida. O movimento consolidou este nome em agosto de 1965, com a estreia do programa Jovem Guarda, da TV Record, que contava com Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Wanderléia como apresentadores. Contra as guitarras elétricas da Jovem Guarda, influenciados pela cultura pop internacional, Elis Regina e Geraldo Vandré, representantes da música popular brasileira (MPB), encabeçaram uma passeata pelo centro de São Paulo em julho de 1967 (NAPOLITANO, 2004).

¹³ De acordo com Napolitano (2004), o documento serviu mais para instigar o debate do que como uma cartilha que, de fato, seria levada em conta pela classe artística em suas produções.

¹⁴ Em 1984, a Associação Brasileira de Psiquiatria retira a homossexualidade de sua lista de distúrbios. Em 1985, o Conselho Federal de Psicologia deixa de considerar a homossexualidade um desvio sexual e, em 1999, cria diretrizes para a atuação e abordagem dos psicólogos em relação à homossexualidade (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA [CFP], 2013).

Com a sexualidade em pauta em uma época de massificação da mídia, a temática foi rapidamente absorvida pelo capitalismo e pela indústria cultural estrangeira. Seu marco foi a criação da *Playboy*, em 1953, nos Estados Unidos, que influenciou diversos outros segmentos. A partir da *Playboy*, a publicidade, por exemplo, passou a usar o sexo "para movimentar mercadorias mais do que nunca" (SIVULKA, 2008, p. 55)¹⁵. Mas a sexualidade não era produto exclusivo dos Estados Unidos. As revistas pornográficas, aponta Ribeiro (2016), já haviam se proliferado em vários países, como EUA, Inglaterra, Suécia, Holanda, Japão, México, Alemanha e Dinamarca. E tudo isso passou a refletir no mercado brasileiro. Neste contexto, destaca-se a erotização dos produtos culturais aliada à expansão capitalista, através da publicidade e outras mídias estrangeiras, que passam a ser fortemente consumidas pelo público nacional.

Durante a ditadura militar brasileira, o olhar para as revistas pornográficas vai além da questão da moralidade. Sustentado também por uma justificativa política, a pornografia era relacionada à invasão da cultura estrangeira no Brasil pelas mídias (facilitada pela modernização impulsionada pelo próprio governo), tida enquanto uma suposta estratégia comunista cujo objetivo era a tomada do poder.

Não olvidemos jamais, Senhor Ministro, que vivemos numa 'guerra total, global e permanente' e o inimigo se vale do recurso da corrupção dos costumes para desmoralizar a juventude do País e tornar o Brasil um país sem moral e respeito aos olhos dos estrangeiros, no exterior. (REIMÃO apud RIBEIRO¹⁶, 2016, p. 49)¹⁷

¹⁵ Não é que o apelo sexual já não estivesse presente desde o século XVIII — erotizando, de forma sexista, especificamente os corpos lidos enquanto femininos. Mas a partir de 1920, os Estados Unidos presenciaram uma escalada no grau da publicidade erótica, tornando-a mais explícita (SIVULKA, 2008). A psicanálise de Freud dos anos 1950, como aponta Sivulka, vai influenciar também a publicidade, mostrando a importância do inconsciente para as compras e a possibilidade de os consumidores sublimarem seus desejos "escondidos", inclusive os sexuais, em pontos de venda. Os primeiros nus na publicidade norte-americana chegaram na década de 1930. Mas a mudança mais drástica chegou com a criação da *Playboy*, em 1953, nos Estados Unidos.

¹⁶ A dissertação de Ribeiro (2016), principal referência para este capítulo, reuniu dezenas de fontes históricas que relacionam as condições de produção das revistas pornográficas à ditadura militar. Algumas são citadas no presente estudo.

¹⁷ Carta de Maria Helena Marques Dip, endereçada ao governo militar, em 1977, pedindo a censura das revistas *Manchete*, *Gente – Fatos e Fotos*, *Status*, *Homem* e *Ele Ela*. É comum encontrar este tipo de discurso nos movimentos cristãos que apoiaram e incentivaram a ação dos órgãos de censura. O Movimento Mineiro por um Mundo Cristão, por exemplo, divulgou um documento no qual lê-se: "A corrupção no cinema, fazendo parte de um plano organizado para diluir a civilização cristã em seus valores essenciais, como a família, ameaça a sociedade e o próprio Estado, na sua estabilidade, e o próprio regime e o próprio Estado, com esta generalizada subversão de valores, não podem ser tragados pela avalanche da anarquia moral?" (SIMÕES, 1999, p. 171).

Assim, os meios de comunicação estavam na mira: com seu poder de influenciar a opinião pública, poderiam ser usados pelos "movimentos subversivos internacionais" para destruir "de todas as formas possíveis, as bases culturais e morais da nossa civilização". As aspas são do General Breno Borges Fortes, então Chefe do Estado-Maior do Exército Brasileiro, na 10ª Conferência dos Exércitos Americanos, realizada em 1973 em Caracas, Venezuela (apud CARVALHO, 2014, p. 82). A suposta estratégia comunista, alegavam os militares e seus apoiadores, seria destruir a moral vigente e desestabilizar a segurança nacional a partir da mudança de costumes, com foco na perversão dos jovens, que seriam mais passíveis às influências e ludibriações, o que facilitaria a tomada ao poder. Neste cenário, as revistas pornográficas eram encaradas como um dos principais instrumentos que contribuíam para a degradação da moral brasileira.

Em entrevista à Manoel Risério para o site da *Playboy*, Roberto Civita, responsável pelo lançamento da publicação no Brasil, narra um episódio que demonstra a relação entre a pornografia e a preocupação com a ameaça comunista.

O senhor chegou a ser chamado em Brasília para ser repreendido?

Certa vez um general me chamou: "Estamos preocupados. Soubemos por um colega do serviço de inteligência dos Estados Unidos que um navio da Dinamarca está se dirigindo para cá cheio de revistas pornográficas". Enquanto ele falava, eu pensava: "E o que eu tenho a ver com isso?" E ele prosseguiu: "O senhor sabe que isso faz parte de um plano comunista para solapar as instituições brasileiras, os alicerces da família brasileira?" Eu perguntei: "Mas por que a Dinamarca quer solapar as nossas instituições?"

Sim, já que a Dinamarca não era comunista...

Pois é. Ele então explicou que o papel das revistas tinha sido fornecido pelos soviéticos e me disse: "Você percebe o que está acontecendo? A ameaça contra o casamento? Por isso achei melhor chamá-lo para contar essa história em confiança para que o senhor se preocupe com as implicações disso para as nossas instituições". Enfim, eu estava ali por causa da *PLAYBOY*, que ele considerava pornográfica. Eu então respondi: "Sim, general. Muito obrigado, general". E saí dizendo a mim mesmo: "Não é possível que esses caras acreditem nisso. Mas acreditavam" (CIVITA apud RIBEIRO, 2016, p. 142-143).

No Brasil, é preciso apontar, as primeiras revistas pornográficas surgiram muito antes dos anos 1970 — datam dos tempos do Brasil Império, ainda que à época

se falasse em "gênero alegre", e não pornográfico¹⁸. Isso por conta de sua relação direta com o discurso humorístico, carnavalesco, que na virada para o século XIX passa a incorporar o pornográfico: conotações sexuais, humor malicioso e ilustrações de mulheres nuas ou seminuas (PEREIRA, 1997). Elas se valeram da grande popularidade dos chamados "romances para homens", que traziam enredos recheados de cenas picantes e encontros sexuais detalhadamente descritos, para criar revistas de caráter modernizante voltada para os cavalheiros. Entre elas, a mais estudada é a publicação *O rio nu* (1898 - 1916), que se não serviu de modelo, antecipou algumas características que serão centrais em grande parte das revistas pornográficas dos anos 1970. São eles a linguagem (com base no humor, presente sobretudo nas revistas voltadas às classes populares dos anos 1970), a proposta (pedagógica e modernizante), os tipos de conteúdo veiculados (uma mistura de informação e pornografia) e o formato das colunas (conteúdo informativo mesclado com entretenimento, como charges e contos). O modelo parodiava os jornais considerados "sérios" com o tom da sacanagem que caracteriza o gênero, e se propunha a ser um manual de estilo de vida voltado ao homem contemporâneo, de acordo com o novo momento do Brasil: rumo ao "progresso" e à "civilização" da nova república (PEÇANHA, 2013).

Um dos pontos que reforçava o caráter pornográfico do gênero alegre eram as ilustrações. Elas traziam, principalmente, imagens de empregadas domésticas, negras e brancas, mantendo relações sexuais com seus patrões ou iniciando a vida sexual dos filhos da família para a qual trabalhavam (PEÇANHA, 2013). Lançada quase 10 anos após a abolição formal da escravidão no Brasil, suas páginas retratam a visão escravocrata e colonial que se consolidou também no imaginário sexual (mas não apenas) do brasileiro¹⁹. As publicações de gênero alegre circularam no país até

¹⁸ De acordo com o levantamento de Costa (2013) havia, no mínimo, 13 publicações categorizadas enquanto gênero alegre entre 1893 e 1909. São elas "O Badalo (1893), Sal e Pimenta (1899), O Nabo - dedicado ao bello seixo (1900), O Nu (1901), O Arara (1901), O Coió (1901), O Ferrão (1901), Está Bom, Deixa... (1902), Tagarela (1904), O Empata (1906), Gigolette - semanário ilustrado - gênero alegre (1916), Sans dessous (1909)" (p. 3).

¹⁹ O imaginário ecoa. Melo (2016) aponta que, nos anos 1920, o modernismo recuperou a imagem da empregada doméstica negra enquanto um dos símbolos do ideal de país miscigenado — a negra enquanto "mãe preta" ou hipersexualizada. Nos anos 1970, a pornochanchada explorou intensamente a imagem da empregada doméstica também hipersexualizada: "filmes como *Como é Boa a Nossa Empregada* (Ismar Porto e Victor di Mello, 1973), *Empregada para Todo o Serviço* (Geraldo Gonzaga, 1977), *Histórias Que Nossas Babás não Contavam* (Oswaldo de Oliveira, 1979) e *Senta no Meu, Que Eu Entro na Tua* (Ody Fraga, 1985) lograram grande sucesso de público ao promoverem a imagem de uma empregada acessível, sexualmente liberada e disposta a realizar as fantasias dos patrões sem desejarem envolvimento afetivos" (MELO, 2016, p. 11).

que, em 1932, com a criação da Censura Federal, ainda que agisse sobretudo em relação aos filmes, as revistinhas de humor e erotismo começaram a sumir das bancas (MELO, 2016). Foi um dos primeiros passos legais relacionadas à censura da imprensa brasileira²⁰, a qual foi efetivamente regulamentada dois anos depois. Em síntese dos Decretos assinados à época, cito Costa (2006):

Em 14 de julho de 1934, Vargas assinou o Decreto-Lei nº 24.776, regulamentando a imprensa. O artigo 113º afirmava que a publicação de livros e periódicos independia do poder público (Fagundes, 1974: 298). Esse controle foi do Governo Provisório ao Estado Novo (1937-45). Já em 1935, Vargas assinava a Lei nº 38, ou seja, A Lei de Segurança Nacional, com concessões à imprensa. Após outorgar a Constituição de 1937, Vargas baixou o Decreto-Lei nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939, criando o Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP, para centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional - interna ou externa - fazer censura do teatro, cinema, de funções recreativas e esportivas, da radiodifusão, da literatura e da imprensa. Em 07 de dezembro de 1940, entrava em vigor a Lei nº 2.848, o novo Código Penal. (p.3)

Mas o brasileiro não ficaria sem publicações eroticopornográficas. Em seu lugar surgiram os chamados catecismos, palavra que denota às publicações seu sentido de iniciação — no caso, iniciação sexual. Os catecismos eram pequenas revistinhas 10x14 cm, geralmente produzidas de forma artesanal, que traziam histórias em quadrinhos com aventuras sexuais. Cada página apresentava um único quadro/cena, excitando o leitor pelas imagens explícitas e fazendo da revista quase que um manual de sexo. O expoente do gênero fora Carlos Zéfiro, pseudônimo de Alcides Aguiar Caminha (1922-1992), um funcionário do Serviço de Imigração do Ministério do Trabalho que publicou mais de 800 catecismos entre 1950 e 1970 (RIBEIRO, 2016)²¹. Pela circulação restrita destas publicações artesanais, alguns leitores tiravam cópias das revistinhas e faziam circular versões pirateadas, tamanha a popularidade de Zéfiro. O que vemos, portanto, é que o Brasil já tinha um público consumidor de pornografia antes mesmo de as revistas pornográficas no modelo mais

²⁰ Podemos identificar outros movimentos de censura antes desta data, mas eles são pontuais. É o exemplo da proibição da postagem dos periódicos de "gênero alegre" em 1910, imposta pelo diretor dos correios Joaquim Inácio Tosta, que fazia parte da organização Círculo Católico. O *rio nu*, por exemplo, tinha venda avulsa, mas também por correio, para outros estados (COSTA, 2006).

²¹ A identidade de Carlos Zéfiro foi revelada pela *Playboy* em reportagem de 1991 escrita por Juca Kfuri, depois de muita resistência por parte de Alcides. Após a entrevista, Zéfiro foi paraninfo de uma turma de comunicação da UFRJ, homenageado na Bienal de Quadrinhos e entrevistado em cadeia nacional por Jô Soares. Em vida, teve reconhecimento – e sete meses depois, faleceu. (COSTA *et al*, 2016).

recente chegarem às bancas, sendo relacionadas, então, à uma suposta estratégia comunista de tomada do poder.

Assim, chegamos ao surgimento, no Brasil, das revistas pornográficas tais como as conhecemos hoje. Em um primeiro momento, eram estrangeiras, muitas vezes, contrabandeadas (RIBEIRO, 2016). O idioma não impedia o consumo, posto que o chamariz eram as fotos, coloridas ou em preto e branco, de mulheres nuas e seminuas. Não demorou para que as publicações inspirassem a imprensa nacional a criar suas próprias revistas, tornando-se um elo entre a revolução sexual estrangeira e o cenário nacional²². Em suas páginas, a revolução sexual estrangeira era articulada à ideia de um "atraso" na modernização dos costumes brasileiros — e a revista, a partir da tradução de reportagens internacionais, estaria pronta para colaborar com esta modernização em âmbito nacional (BRANDÃO, 2016). Lê-se na *Peteca* (FOCK, 1980b, p. 15): "No Brasil, no entanto, o chamado movimento de liberação sexual está sempre 'acontecendo' com 10 anos de atraso, como aliás em toda e qualquer outra manifestação cultural."

Moraes e Lapeiz (1984) apontam que em 1980 havia cerca de 160 revistas pornográficas registradas, que somavam por volta de 7 milhões de exemplares em circulação. O título de primeira revista pornográfica²³ brasileira é atribuído à *Fairplay*, lançada em 1966 pela editora Efecê, do Rio de Janeiro:

A revista *Fairplay*, da editora Efecê, foi pioneira. Lançada em 1966, como uma revista de pin-ups, transforma-se em uma revista de boa qualidade que consegue reunir articulistas consagrados, como Carlos Drummond de Andrade, Vinicius de Moraes, Manoel Bandeira e Nelson Rodrigues. Com isso, atrizes em começo de carreira disputavam o privilégio de aparecer em suas páginas. Entretanto, o preconceito com relação à nudez era forte. Assim, sem anunciantes,

²² Mas não apenas revistas. O cinema brasileiro também viveu uma onda pornográfica, com as chamadas pornochanchadas — termo que denomina a união da pornografia com a chanchada, gênero de comédia popular urbana. Apesar das críticas à qualidade das produções, Napolitano (2004) aponta que "o gênero foi responsável por levar aos cinemas milhões de pessoas que nunca viam filmes brasileiros" (p. 99). A pornochanchada triunfou durante a década de 1970, produzida principalmente pela chamada "Boca do Lixo". Localizada no bairro da Luz, em São Paulo, era o reduto das produções cinematográficas independentes (e pornográficas). Em 1972, dos 25 filmes nacionais de maior bilheteria, 19 eram comédias ou exploravam a temática sexual (SIMÕES, 1998). O ciclo erótico do cinema brasileiro, aponta Simões, não surgiu espontaneamente: "ao contrário, acompanha uma onda cinematográfica internacional e se beneficia do fechamento do regime político que desestimula o tratamento de temas 'sérios'." (p. 165).

²³ Primeira revista pornográfica no formato contemporâneo, ou seja, revistas cujo apelo são as fotografias de mulheres nuas/seminuas, e não as ilustrações de Zéfiro ou da imprensa de gênero alegre.

pois estes temiam identificar seus produtos a esse tipo de circulação, deixou de circular em 1971. (RIBEIRO, 2016, p. 120)

FIGURA 1 - CAPA DA REVISTA FAIRPLAY Nº 1



Fonte: Revista Fairplay (1966)

Foi neste contexto de proliferação de imagens cada vez mais ousadas que o governo passou a acionar de forma mais ferrenha o instrumento jurídico. Sob o pretexto da degradação moral do país, os militares se muniram de novos órgãos e leis que amparavam a censura moral e política às publicações e demais produções culturais. Foram criadas a Lei da Censura (1968) e seu Conselho, que sistematizaram o controle sobre o teatro e o cinema; o Decreto-Lei n. 1.077 (1970), que instaurou a censura prévia sobre materiais impressos²⁴ e a Divisão de Censura de Diversões Públicas (1972), órgão de controle social responsável pela aprovação dos materiais²⁵.

²⁴ O Decreto-Lei n. 1.077, de janeiro de 1970, ficou conhecido como "Decreto Leila Diniz" ou "Lei Leila Diniz". Isso porque acredita-se que o decreto foi motivado por uma entrevista concedida pela atriz ao jornal *O Pasquim*, em novembro de 1969, no qual falava abertamente sobre sexo e sexualidade de forma natural e liberal, além de fazer uso de palavrões, o que, à época, não era bem-visto quando na boca de uma mulher. No lugar de cada palavrão proferido por Leila, usou-se um asterisco, o que resultou em uma reportagem com 71 destes sinais gráficos, dando asas à imaginação do leitor (GOODWIN, sem data).

²⁵ Além do cerceamento à liberdade, a censura também significou o enfraquecimento de produtos culturais pelo viés econômico. Em 1973, Roberto Farias, presidente do Sindicato Nacional da Indústria

E mesmo assim, as revistas pornográficas se multiplicaram. No início de 1977, alegando que a DCDP recebia demasiadas reclamações sobre as revistas de apelo erótico, Rogério Nunes, do Departamento de Polícia Federal, enviou a mais emblemática circular às redações destas revistas. Nela, estabelecia que não seriam permitidas fotografias que fixassem:

a) Atos sexuais; b) Nádegas completamente nuas; c) Região pública descoberta e desprovida de sunga, tanga, biquíni ou qualquer peça do vestuário; d) Modelos em poses lascivas; e) Relacionamentos homossexuais; f) Indumentárias transparentes, permitindo visualizar partes íntimas do corpo. (COSTA, 2006, p. 7)

Trazia, ainda, especificações quanto à presença de seios e nádegas. Seios, apenas um por página, "estando o outro visível ou não, mediante qualquer recurso técnico (tecido, espuma de sabão, flanco, corte, escurecimento etc.)" (COSTA, 2006., p. 8). A medida, aponta o pesquisador, virou chacota nas redações, sendo chamada de "cota de um seio só". Já a imagem de nádegas deveria ser "diluída através dos recursos técnicos supracitados ou outros equivalentes" (p. 8). Em uma breve análise das oito primeiras edições da *Peteca*, entre novembro de 1976 e junho de 1977, é possível visualizar essas estratégias sendo utilizadas mesmo antes do decreto²⁶. Entre os números 1 e 4 (novembro a fevereiro), há muitas nádegas e peitos femininos à vista. A maior parte dos mamilos está esmaecida, retocada à caneta para passar pela censura. "Tive que colocar na *Peteca* toda minha imaginação, inclusive com Rogério na censura prévia das fotos. Ele tinha que retocar os mamilos dos seios", relembra Nelson Faria em sua autobiografia (2002, p. 52). (Figura 2)

Cinematográfica, tenta argumentar, em reunião, que "as atitudes da Censura podem significar um grande prejuízo, pois estão todos inseguros para investir em novos projetos" (SIMÕES, 1998, p. 180). O mesmo repercutia no teatro, a exemplo da peça *Calabar*, de Chico Buarque, em 1973; e na mídia impressa. Por conta da censura prévia, muitos jornais diários não conseguiam fechar suas edições a tempo de chegar às bancas no dia seguinte (NAPOLITANO, 2004, p. 82). No caso das publicações com periodicidade maior, uma tática era produzir mais material do que o necessário, para compensar as perdas decorrentes dos materiais censurados — o que gerava mais trabalho (e custos) para os jornalistas, além da ida obrigatória à Brasília para a aprovação dos materiais.

²⁶ Como será apresentado no Capítulo 4, Faruk tinha uma boa relação com censor designado a fiscalizar a *Peteca*, que dava dicas de como a revista poderia passar pela censura. Essa antecipação, por exemplo, pode ser uma evidência desta relação.

FIGURA 2 - TÉCNICA PARA ESMAECER OS MAMILOS



Fonte: Revista Peteca, 1976. Acervo de Nelson Padrella.

Nota: Com uma caneta especial, os mamilos eram total ou parcialmente apagados das imagens pelo diretor de arte, Rogério Dias.

Já nos números 5 e 6 (março e abril), a edição traz blocos de texto em cima de todas as nádegas e peitos aparentes. Vale notar que essa medida se deu justamente no mês em que o DCDP recebeu uma carta endereçada ao ministro da Justiça, na qual um padre pedia sanções especificamente à *Peteca*. Em resposta, Fico (2002) aponta que o órgão inclui a publicação no rol daquelas que deveriam ser previamente censuradas, dando a entender que a publicação não passava pela censura prévia. Em seu livro de memórias, porém, Faruk (2018) aponta que logo após o lançamento da primeira edição, a Polícia Federal determinou a necessidade de censura prévia e o uso da embalagem plástica inviolável com os dizeres "Proibida para menores de 18 anos". De toda forma, os blocos de texto duraram pouco. Em junho, a revista já voltava a exibir seios e nádegas — fora da cota, com nádegas e mamilos expostos, sem nenhum tipo de diluição, exceto nas capas, como observado na figura 3.

FIGURA 3 - TÉCNICA PARA BLOQUEAR A VISÃO DE NÁDEGAS E MAMILLOS



Fonte: Revista Peteca nº 5 (1977). Acervo de Nelson Padrella.

Nota: Blocos de texto serviam para obstruir a visão de nádegas e seios femininos aparentes.

Entre afrontas e recatos, até 1978, quando da queda do AI-5 e o início do projeto de redemocratização do país, a prática cotidiana demandava táticas para driblar a censura. E elas eram variadas, como aponta Ribeiro (2016). São exemplos: levar ao censor o boneco de uma edição, mas publicar outro²⁷; levar o boneco com imagens muito mais ousadas do que aquelas que se pretendia publicar, pois assim, por contraste, as imagens reais poderiam ser consideradas publicáveis ou, ainda, tentar criar um bom relacionamento pessoal com os censores. Esta última era a tática empregada por Faruk para liberar a *Peteca* e demais publicações da Grafipar, como será narrado no próximo capítulo.

As revistas publicadas por editoras mais consolidadas buscavam trazer um diferencial para forjar sua identidade, fosse na linguagem, na proposta editorial ou na qualidade das imagens. Outras, não traziam nenhum fator passível de identificação

²⁷ Essa prática fez com que, em 11 de dezembro de 1970, fosse publicada uma Instrução que obrigava que a verificação prévia dos periódicos fosse feita em um exemplar impresso idêntico àquele a ser vendido.

na capa, como nome da editora ou número da edição, com foco provavelmente em despistar o governo e resguardar-se de qualquer responsabilidade quanto ao material publicado. Entre as publicações do primeiro tipo, destaco a revista *Ele Ela*, lançada em 1969²⁸ pela da Bloch Editores, do Rio de Janeiro. Seu diferencial estava no público principal: não se endereçava nem ao homem, nem à mulher, mas sim ao casal heterossexual moderno, isto é, aquele casal que estava interessado nas tendências de comportamento do Norte Global (MONTEIRO, 2017). Mas a partir de 1976, mesmo ano do nascimento da *Peteca*, a revista assume o foco no público masculino, minimizando o "ela" do título e enfatizando o "ele", conforme a Figura 4.

FIGURA 4 - CAPA DA REVISTA ELE ELA Nº 89



Fonte: Revista Ele Ela (1976)

A análise de Ribeiro (2016) sobre a publicação permite apontar que *Ele Ela* e *Peteca* seguiam uma fórmula semelhante. Ambas adotaram uma postura científica baseada na psicologia e na psicanálise e tinham na interação com o leitor uma de suas principais marcas. A coluna *Confissões Íntimas*, da *Peteca*, tinha exatamente a mesma proposta da famosa coluna *Fórum*, da *Ele Ela* — ambas fizeram sucesso a

²⁸ Um estudo completo e detalhado, que sintetiza a proposta editorial de várias revistas pornográficas das décadas de 1970 e início dos anos 1980 pode ser encontrado na tese de Ribeiro (2016).

ponto de tornarem-se publicações à parte. No caso da primeira, um suplemento que circulava junto à revista; no caso da segunda, uma revista que entrou no cronograma de publicações da Grafipar. Como *Ele Ela* surgiu em 1969 e a coluna *Fórum*, em 1973, três anos antes da primeira *Peteca* ser publicada, é possível inferir que *Peteca* seguiu os passos já trilhados com sucesso pela concorrente que, por sua vez, fora inspirada pela revista alemã *Jasmin*²⁹ (RIBEIRO, 2016).

À *Ele Ela*, Mira [s/d] Moraes e Lapeiz (1984), Ribeiro (2016) e outros atribuem o título de primeira revista a veicular um nu frontal feminino, em 1980. Mas dois anos antes³⁰, na edição número 15 da *Peteca*, a revistinha da Grafipar já fazia a chamada: "Edição Especial - Sem Censura. Tudo que você não viu nas fotos proibidas agora em **nu frontal!** Além das fotos censuradas outros novos nus liberados!" (PETECA, 1978, capa. Grifos meus). (Figura 5)

FIGURA 5 - CAPA DA REVISTA PETECA Nº 15



Fonte: Revista Peteca (1978). Acervo de Nelson Padrella.

²⁹ Não foram encontradas informações em português ou inglês a respeito da publicação, exceto algumas imagens nas quais figuram personalidades como Claudia Littmann e Magrit Ramme.

³⁰ Chamada de "edição especial", o número não contou com o ano na capa. Pela cronologia e com base no editorial da edição 14, que traz votos para o ano vindouro, é possível inferir que esta foi a primeira publicação de 1978.

A *Peteca* cumpriu a promessa. A edição especial contou com 67 páginas, ao invés das habituais 43, que somaram 19 fotografias diferentes de mulheres em nu frontal, com muitos pelos pubianos, proibidíssimos, à mostra. Nesta edição histórica, inclusive, não houve espaço para a *Sexyterapia*, sua coluna mais bem-comportada. Ela foi substituída por uma reportagem de página dupla sobre o decréscimo da indústria dos filmes pornográficos nos Estados Unidos. É impossível atribuir à *Peteca* o título de primeira revista a exibir um nu frontal feminino sem fazer uma pesquisa exaustiva com as demais publicações pornográficas da época, mas é possível apontar para uma lacuna de registros e estudos das revistas populares, fora do circuito "classe A", no que tange a pornografia.

Importante notar, também, que houve duas edições número 15 da *Peteca* — uma repleta de nus frontais e outra mais recatada, aos moldes tradicionais da revista, com 45 páginas intercalando conteúdo editorial e fotografias de mulheres com a vulva devidamente escondida. No editorial da primeira, uma celebração às fotografias. (Figura 6)

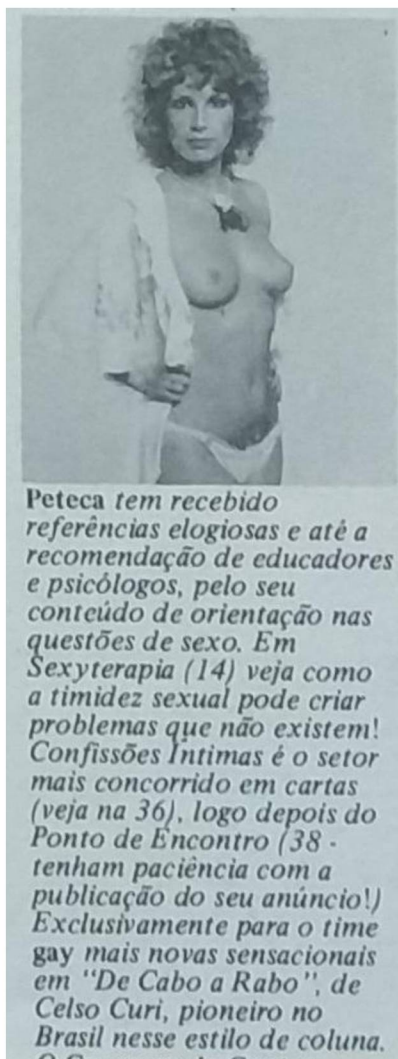
FIGURA 6 - EDITORIAL DA REVISTA Nº 15.1, VERSÃO SEM CENSURA



Fonte: Revista Peteca (1978). Acervo de Nelson Padrella.

Já no editorial da "outra" publicação número 15, a ênfase é na *Sexyterapia*, sua função pedagógica e no reconhecimento deste papel pelos especialistas. (Figura 7)

FIGURA 7 - TRECHO DO EDITORIAL DA REVISTA Nº 15.2, VERSÃO REGULAR



Fonte: Revista Peteca (1978). Acervo de Nelson Padrella.

Faruk (2021) afirma não lembrar o motivo que desencadeou a duplicidade, mas propõe uma hipótese com base na história da Grafipar.

Na verdade, assim, eu não me recordo. Mas o que poderá ter acontecido é que, por exemplo, foi essa edição, aí os caras chiaram e nós tivemos que fazer uma outra, mais recatada. E algumas passaram desse jeito... E outras não. Porque assim, isso a gente teve muito. Então tinha que recolher e fazer uma nova, né, etc. e tal. Mas até

recolher, quem comprou, comprou. Então, o que pode ter acontecido foi isso. (...) Aquele negócio: você ia empurrando um pouquinho mais, ia passando do limite... Então de vez em quando um juiz lá pegava o troço e embananava. Tinha esse negócio da censura etc. então dava essas diferenças aí. Então provavelmente deve ter sido algo nesse sentido. (FARUK, 2021, APÊNDICE B).

Faruk conta que mesmo depois de passar pela censura prévia, os exemplares poderiam ser recolhidos pela Polícia Federal por conta do entendimento de juízes de comarcas específicas ao redor do Brasil. De acordo com o empresário, a Grafipar dispunha de um advogado especificamente para lidar com essas situações, que tentava comprovar que a revista já havia passado pela censura e estava dentro dos limites propostos. "Problemas mesmo não surgiram com a censura, mas com as lideranças de algumas cidadezinhas no interior", conta Faruk em entrevista ao boletim da Intercom de 1980.

Por fim, destaco a revista *Playboy*, que chegou ao Brasil em 1975 sob o nome de *Revista do Homem*. Quando apresentada a proposta da nova publicação ao então Ministro da Justiça Armando Falcão, o editor Roberto Civita conta que recebeu a ligação de um coronel que lhe disse que ele não poderia fazer nenhuma revista com o nome *Playboy* no Brasil, não importava o conteúdo. "Não explicou por quê, mas tinha aberto uma brecha. A revista podia, o nome não. Assim, fizemos uma revista igualzinha àquela que havíamos deixado com o ministro, só que com outro nome" (RIBEIRO, 2016, p. 142). A revista se consolidou enquanto uma publicação voltada às classes mais ricas, com uma proposta editorial que buscava ser o manual do "homem moderno". Se no tempo do gênero alegre *O Rio Nu* cultivava um modelo de masculinidade modernizante rumo ao Brasil República, a *Playboy* o faria na direção da sociedade de consumo. Assim, vendia um estilo de vida pautado em viagens e posses, como carros e casas, emprestando a mesma visão à mulher, uma das "posses" almejada pelo *playboy*.

[...] o mesmo rigor de seleção valia para os artigos, as reportagens, a ficção e o que as revistas chamam de 'matérias de serviço': comidas e bebidas, roupas, os esportes mais sofisticados, os destaques das temporadas artísticas, tudo para ajudar o leitor a ser um homem invejado, um playboy internacional, rei nas conversas no escritório e nas rodas de bar. O sedutor pronto para a conquista. (COSTA et al., 2016, p. 19)

A revista contava com artigos de opinião e conteúdo jornalístico, com destaque para uma coluna de entrevistas, famosa por trazer grandes nomes da cultura e política brasileira. Entre as personalidades entrevistadas estão Gilberto Gil, Luís Inácio Lula da Silva, Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Freyre, Bruna Lombardi e mais. Ao contrário das demais revistas pornográficas, a *Playboy* contava com pouca quantidade relativa de nus: nos primeiros números, apenas 20% da revista era composta por nudez, enquanto nas demais publicações este número variava entre 70% e 80% (RIBEIRO, 2016). Na *Peteca*, este número varia entre 30% e 45%, em média³¹.

Quando a *Peteca* surgiu, Faruk foi chamado de "Hugh Hefner dos pobres", justamente por oferecer, também, conteúdo jornalístico, mas por menos da metade do valor (e do número de páginas³²) das revistas "classe A". Para se ter noção, em 1976, ano de surgimento da *Peteca*, as revistas *Ele Ela* e *Playboy* custavam Cr\$ 20, ao passo em que a *Peteca* custava Cr\$ 7³³. (Figura 8)

FIGURA 8 - CAPA DA REVISTA DO HOMEM Nº 1 DE 1975



Fonte: Revista Homem (1975)

³¹ A *Fairplay*, depois de seu décimo número, também apostava em 40% de fotografia de mulheres e 60% de artigos, como aponta Mira [s/d].

³² A *Peteca* possuía, em média, 40 páginas; enquanto a *Playboy* tinha cerca de 140 páginas.

³³ Em 1976, Cr\$ 20 e Cr\$ 7 correspondiam, respectivamente, a 2,60% e 0,91% do salário mínimo da época, que era de Cr\$ 768. Com base no salário mínimo de 2021, os valores proporcionais seriam, respectivamente, R\$ 28,60, no caso da *Playboy*, e R\$ 10,67, no caso da *Peteca*.

Em 1978, a *Revista do Homem* assume o nome *Playboy*. Em depoimento à coletânea *Histórias Secretas* (2016), Carlos Costa³⁴ aponta que a mudança de nome foi motivada por questões jurídicas. Em 1972, três executivos saíram da Abril e criaram a Editora Três, levando consigo "muitos segredos estratégicos da Abril" (COSTA et al. 2016, p. 51). Dentre eles, a proposta de criação de uma revista masculina. A Editora Três, então, lançou a *Status* (1974 – 1987; relançada em 2011 – 2015), e visando prejudicar o lançamento da revista concorrente, a publicação foi registrada em cartório com o nome *Revista Homem*. Quando a Abril lançou a *Revista do Homem*, em 1975, a Editora Três a processou e, em junho de 1978, ganhou a causa. No mês seguinte, nascia a *Playboy*.

Assim, o ritmo da revolução sexual brasileira se deu a partir do que Ribeiro (2016) e Brandão (2016) denominam *modernização conservadora*. A revolução sexual à brasileira, a um só tempo, negociava com o governo, guardião da moral da burguesia, mas também dialogava com os crescentes movimentos sociais que incorporavam em suas pautas a questão da liberdade sexual, colocando mulheres e homossexuais enquanto sujeitos políticos. Não poderia ser diferente. Durante os cinco primeiros anos da década de 1970, o número de mulheres nas universidades se multiplicou por cinco — em 1969 havia 100 mil mulheres e 200 mil homens; em 1975, 500 mil mulheres e 508 mil homens. O mercado de trabalho também sentiu o impacto: em 1970, a força de trabalho feminina somava 6 milhões; em 1976, eram 12 milhões (MURARO, 1983; 1990). Assim, o ano em que a *Revista do Homem* é lançada é também aquele em que surgem os primeiros movimentos feministas organizados³⁵ — e o ano em que dois livros de Muraro, *A mulher na construção do futuro* (1966) e *Libertação Sexual da Mulher* (1970), figuram em uma lista de “duzentos e cinco livros de cunho subversivo ou pornográfico, proibidos por determinação do Sr. Ministro da Justiça, com base na legislação em vigor” (ACERVO VLADIMIR HERZOG, [s/d]). Poucas vezes foram dadas explicações específicas e individuais sobre o motivo da censura aplicada a cada obra. O que se sabe é que, ao analisar os títulos dos livros proibidos no Brasil durante o governo de Ernesto Geisel (1974 - 1979), o pesquisador

³⁴ Carlos Costa iniciou na *Playboy* como secretário de redação em seu ano de lançamento e ocupou o cargo de diretor entre 1986 e 1989.

³⁵ Entre seus marcos estão a inauguração do Centro da Mulher Brasileira, no Rio de Janeiro, e o Centro de Desenvolvimento da Mulher Paulista, de acordo com Muraro (1983).

Deonísio da Silva (2010) aponta uma "obsessão censória com os temas vinculados à *sexualidade*, mas às vezes apenas os nomes dos perseguidos indicam, ainda que rapidamente, e ao mais ligeiro olhar, os sintomas da perseguição" (p. 19). No caso de Muraro, vê-se ambos³⁶.

Entre avanços e retrocessos, a abertura acontecia a conta-gotas, movida, também, por "pressões cada vez maiores de políticos e donos de empresas, assim como da Igreja Católica que mudara seu posicionamento em relação à ditadura, a condenar a tortura e o arbítrio" (RIBEIRO, 2016, p. 136). Ainda que aos poucos a censura tenha se enfraquecido (o fato de a *Playboy* poder assumir, em 1978, um nome outrora proibido é uma evidência do efeito sobre as revistas pornográficas), foi apenas em 1988, com a promulgação da nova Constituição, a sétima da história do país, que a censura oficialmente chegou ao fim (COSTA, 2006; GOUVÊA, 2019).

Ao recapitular brevemente o histórico das revistas pornográficas e sua relação com o governo, uma questão se manteve em aberto: afinal, o que é considerado pornografia? Os exemplos parecem traçar uma imagem comum que permite inferir seu significado — um produto midiático pornográfico seria aquele que traz o sexo de forma explícita, levando em consideração o momento histórico em que se insere. A inferência, porém, não se concretiza ao analisar de forma mais ampla o que o governo, a população e as próprias revistas tidas enquanto pornográficas consideravam ser pornográfico. Este conceito, portanto, será abordado no próximo tópico.

3.2 O QUE É PORNOGRAFIA

Na etimologia da palavra, encontramos seus primeiros sentidos. Em grego antigo, *porné* significa prostituta; *pornographos*, o autor que versa sobre a prostituição; e *pornographia*, a representação pictórica ou textual das prostitutas (MORAES, LAPEIZ, 1984; MAINGUENEAU, 2015). Em uma breve digressão, temos que o termo "pornográfico" foi usado pela primeira vez em 1769, no título de um livro do escritor francês N. Restif de la Bretonne: *O pornográfico ou a prostituição reformada*, que fala

³⁶ *A mulher na construção do futuro* (1966) ganhou uma observação particular. Foi considerado "um incitamento à subversão da ordem político-social do país", sobre o qual deveriam ser tomadas "medidas que evitem a proliferação de tais ideias" (ACERVO VLADIMIR HERZOG, [s/d]). A censura ao livro, que segundo Muraro já era adotado por escolas de segundo grau, dentre as quais muitas religiosas, é interpretada pela pesquisadora como uma resposta dos militares aos avanços do movimento das mulheres no Brasil (MURARO, 1983; 1991). Inclusive, Silva (2010) aponta que o maior número de livros proibidos no Brasil por uma suposta obscenidade do texto foram escritos por mulheres.

sobre o controle da pornografia pelo Estado (HUNT, 1999; MAINGUENEAU, 2015). Em 1857, o *Oxford English Dictionary* acata o verbete (HUNT, 1999). Já no Brasil, a primeira menção aparece seis anos depois, em uma crônica publicada no *Diário de Pernambuco*, em 1863 (MENDES, 2019)³⁷. Ao mencionar um museu francês que reunia os "primores da pornografia", o artigo explica: "'pornografia' é a arte da prostituição". A necessidade de elucidar o significado do termo demonstra que ele não era, até então, familiar ao público brasileiro.

No desenrolar do século XIX, a pornografia enquanto conceito não apenas se popularizou, como ampliou seus sentidos e se institucionalizou. E é este o período em que Foucault (1999) identifica "uma incitação política, econômica, técnica, a falar do sexo" (p. 26). O autor aponta que o sexo enquanto tema distinto, passível de controle e regulamentações, faz parte de um processo iniciado no século XVII, quando da passagem do poder soberano, sintetizado pela gestão da morte (fazer morrer), para a biopolítica, pautada na gestão da vida (fazer viver). Neste contexto, o controle da população surge como uma questão política e econômica, colocando o sexo enquanto uma preocupação do estado. Mas é na burguesia que a sexualidade passa a ser um dispositivo que produz certos efeitos nos corpos, nos comportamentos e nas relações sociais. Assim como o sangue (linhagem) era o distintivo da nobreza, a burguesia olhou para seu próprio corpo: seu distintivo enquanto classe passava pela descendência e saúde do seu organismo. "O 'sangue' da burguesia foi o seu próprio sexo" (FOUCAULT, 1999, p. 117). Assim, apesar de sempre ter havido produções culturais que versassem sobre sexo, o conceito de pornografia só pôde emergir a partir de três principais condições de produção: 1) o intenso processo de moralização burguesa; 2) a mudança dos padrões de privacidade, que encerraram o sexo ao espaço doméstico e 3) a democratização da cultura impressa, que fez com que mais pessoas pudessem ter acesso a escritos e ilustrações que traziam a temática sexual (HUNT, 1999). Foi a possibilidade de ampliação do acesso a estes materiais que fez com que a pornografia passasse a ser delineada enquanto um gênero distinto.

³⁷ O autor aponta que os trabalhos etimológicos "dependem de uma pesquisa exaustiva em diversas fontes originais; ocasionalmente, devido ao desconhecimento ou à inacessibilidade de algumas delas, podem ocorrer certas imprecisões" (MENDES, 2019, p. 2). Ele cita autores que haviam atribuído a primeira aparição do termo ao ano de 1899, depois 1890, até que Mendes (2019) encontra uma crônica publicada em 1863 no *Diário de Pernambuco* em que o termo aparece. Trabalho, aqui, com a hipótese de Mendes, que até agora pontua a aparição mais antiga encontrada em livros e periódicos brasileiros. Enfatizo, porém, a necessidade de buscar novos dados a medida em que outras pesquisas surjam a respeito.

Mas o que seria, então, o pornográfico? Ao mesmo tempo em que aparenta ser uma categoria, um conceito concreto e objetivo, a partir do qual é possível classificar as mais diversas produções culturais, seu sentido parece sempre escapar. A cada época, diferentes produções são consideradas pornográficas, de acordo com a moralidade vigente. Por isso, Moraes e Lapeiz (1985) afirmam que a pornografia é um ponto de vista, que só pode ser definida fora de si mesma, a partir daquilo que lhe é exterior. Sentido semelhante é usado por Cardoso (2019) com base em Kendrick (apud HUNT, 1999): a pornografia é um argumento, afirma. Esta ideia enfatiza a importância da interdiscursividade e da análise das condições de produção dos usos da pornografia enquanto categoria. Além disso, delimita a impossibilidade de cravar definições minuciosas sobre o que seria um conteúdo ou material pornográfico: ele é um ponto de vista atravessado pela moralidade que aponta para o proibido, o não-dizível, o censurado, o que varia conforme cada época e configuração de poder. Assim, a pornografia se define "como o discurso por excelência veiculador do obsceno: daquilo que se mostra e deveria ser escondido" (LAPEIZ, MORAES, 1985, p. 110). É argumento, ponto de vista. É, portanto, adjetivo que, para ganhar autoridade, é substantivado pela classe dominante.

Durante o período da ditadura militar, o sexo em si é um tema que está circunscrito na seara "daquilo que não poderia aparecer". Por isso, quando o Decreto-Lei n. 1.077 (1970) entrou em vigor, estabelecendo a censura prévia sobre materiais impressos, o ministro da Justiça Alfredo Buzaid (1914-1991) expediu uma instrução para esclarecer quais tipos de publicações seriam submetidas à censura e quais não seriam. Aqueles que envolvessem sexo, independentemente da forma, teriam de passar pelo crivo da censura:

Art 1º - Para os fins da Portaria 11-B, de 6 de fevereiro de 1970, estão isentas de verificação prévia as publicações e exteriorizações de caráter estritamente filosófico, científico, técnico e didático, bem como as que **não versarem sobre temas referentes ao sexo, moralidade pública e bons costumes**. (BRASIL, 1970, n.p. Grifos meus)

Neste contexto, resgata-se o debate que busca distinguir pornografia de erotismo como uma tentativa de criar os limites dentro dos quais os discursos sobre o sexo de forma recreativa/artística se tornam aceitáveis. E a fala publicitário Roberto Duailibi, em entrevista à revista *Realidade* em 1968, resume bem o que se presume desta distinção: para o publicitário, as revistas eróticas mostrariam "a beleza, a nudez

e a sensualidade num contexto de sofisticação e cultura", enquanto as pornográficas "exploram o erotismo sem inteligência nem bom gosto" (RIBEIRO, 2016, p. 35). Enquanto a palavra pornografia está etimologicamente ligada à prostituição, o erotismo deriva de Eros, deus grego do amor. De um lado evoca-se o ato sexual, do outro, o sensual, o lúdico, o sugestivo. E desta alegoria derivam os sentidos populares que distinguem a pornografia (agressiva, explícita, chocante) do erotismo (suave, sugestivo, aceitável).

Essa distinção, porém, é questionada por autores que analisam criticamente a delimitação dessas categorias. É o caso de Carlos Gerbase (2006), que o faz no âmbito do cinema. A partir de uma análise de narrativas fílmicas, o autor coloca em evidência oito critérios usados para diferenciar filmes categorizados enquanto eróticos daqueles considerados pornográficos, explicitando o problema dos argumentos que sustentam tal distinção, conforme se observa no Quadro 8.

QUADRO 8 - DISTINÇÃO ENTRE ERÓTICO E PORNOGRÁFICO EM GERBASE

DISTINÇÃO	PORNOGRÁFICO	ERÓTICO	PROBLEMA
PLÁSTICA	As genitálias são mostradas em ação	As genitálias são escondidas ou mostradas em repouso	Muitos filmes contemporâneos mostram as genitálias em ação e são considerados "obras de arte erótica"
PSICOLÓGICA	Considera apenas a ação mecânica	Considera também as questões emocionais	Não há como separar a questão psicológica da mecânica
INTUITIVA	O sentido se dá pela intuição	O sentido se dá pela intuição	É uma simplificação grosseira, sem argumentos teóricos que a embasem
ESTÉTICA	É de bom gosto	É de mau gosto	Os critérios de valoração estética são históricos, culturais e ideológicos
FUNCIONAL	Tem como objetivo a excitação	Tem como objetivo a apreciação estética	A recepção da obra não está relacionada à intenção do autor
NARRATIVA	Desperdiça tempo narrativo	Não desperdiça tempo narrativo	Filmes pornográficos podem ter narrativas ágeis tanto quanto os filmes considerados eróticos
PELA DISTÂNCIA	Não é artístico, o corpo faz promessas	É artístico, o corpo não faz promessas	Afirmar a promessa ou não do corpo é subestimar a possibilidade de interpretação do espectador
COMERCIAL	Enquanto produto (DVD, revista, programa de TV), está separado dos demais	Enquanto produto (DVD, revista, programa de TV), não está separado dos outros gêneros de produto	A distinção pragmática é arbitrária e depende do contexto histórico e geográfico em que foi estabelecida

FONTE: Adaptado de Gerbase (2006)

Para Gerbase (2006), portanto, não seria possível falar em termos de pornografia e erotismo enquanto categorias distintas, porque as distinções não se baseiam em critérios objetivos. Os critérios e argumentos levantados por Gerbase ultrapassam o gênero fílmico e podem ser aplicados, também, a outras narrativas que versem sobre o sexo. De forma geral, o que está de acordo com a moral burguesa é taxada de erótico, em contraponto àquilo que é consumido pelas classes populares,

chamado então de pornografia (RIBEIRO, 2016). O primeiro está dentro dos limites da moralidade; o segundo, não. Por não se basear em critérios objetivos, há uma diversidade de considerações sobre o que seria pornográfico, de acordo com o critério de análise.

A pornografia criou uma série de confusões nos discursos, a ponto de termos padres considerados comunistas por ensinarem Pornografia na faculdade (na verdade, era Educação Sexual), escritores eróticos contra a pornografia (caso, por exemplo, de Cassandra Rios), a Censura a favor da pornografia (favor ao nu artístico no teatro). (RIBEIRO, 2016, p. 93)

A pornografia, enquanto coisa, não existe — ela é um argumento. É neste sentido que é possível que a própria *Peteca* se negue enquanto pornográfica. Enfatizada tanto por meio de entrevistas de Khatib³⁸ quanto em enunciados dentro de reportagens e editoriais da própria revista, ela clama seu propósito enquanto erótico-educativo, palavra que abriga dois conceitos que passam distantes da pornografia e da subversão, e próximos dos limites morais da sociedade brasileira. Na edição de número 80 da *Peteca*, a coluna *Sexyterapia*, alerta: "Não confundir informação com pornografia":

A média de 300/500 cartas por mês, somente para as seções de orientação, constituem uma verdadeira força na demonstração de que esta não é uma publicação pornográfica, como muitos pretendem. O apelo erótico é meramente ilustrativo, por assim dizer. Um complemento ao principal contexto, que são as matérias de informação. (FOCK, 1980, p. 15)

No discurso da *Peteca*, não seria o pornográfico, negado, nem o erótico, assumido, que constituiria seu principal objetivo. Do erotismo, a *Peteca* quer aval enquanto discurso circunscrito dentro dos limites (ainda que muito próximo das bordas) do que é considerado moral e civilizado; do pedagógico, quer acentuar ainda mais sua distinção do pornográfico e obsceno, assumir o comprometimento com um

³⁸ "Ninguém acredita, mas a nossa linha não é pornográfica e sim erótico-educativa. Noventa e cinco por cento da população brasileira não tem nenhuma educação sexual. A mulher é o champignon, pra dar molho, mas o cunho dela é educativo", disse Faruk em entrevista reproduzida na pesquisa de Winckler (1986, p. 10). Na reportagem de Ben-Hur Demeneck, Faruk repete a afirmação: "Eu considerava a *Peteca* um produto erótico-educativo, porque, mais que oferecer material para a masturbação, ela também fazia uma orientação sexual para adolescentes" (2012, n.p.). Em seu livro de memórias, Faruk afirma que as publicações da Grafipar apresentavam "uma temática erótica, sem ser pornográfica, apesar do limite entre o erótico e o pornográfico ser uma linha bem tênue" (2018, n.p.).

projeto burguês de sexualidade (WINCKLER, 1983). Ao mesmo tempo, com a *Sexyterapia*, a revista busca também contribuir com um projeto de promoção e modernização da sexualidade enquanto interesse público, o que Fernandes (2017) chama de uma "pequena revolução".

A seguir, será apresentado um breve histórico da Grafipar, bem como a revista *Peteca* com mais detalhes.

4 GRAFIPAR E A REVISTA PETECA

Em alusão à obra de Gian Danton (2016), podemos descrever a Grafipar como a "editora que saiu do eixo". Saiu do eixo porque curitibana, logo, distante dos principais núcleos editoriais do Brasil, localizados no Rio de Janeiro e em São Paulo. Mas também porque passou por uma transformação — além dos livros de História, que no início da editora eram vendidos de porta em porta, a Grafipar passou a investir em revistas e quadrinhos pornográficos, o que seria a sua marca registrada até os últimos dias da empresa, em 1983.

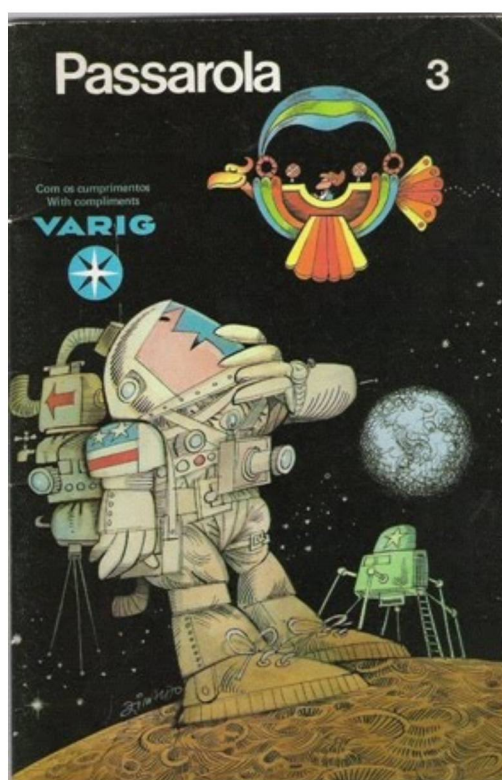
Comandada por Said Mohamad El-Khatib e seus filhos Faissal e Faruk, a Grafipar nasceu sob o nome de Paraná Editora *Ltda.*, em 1960. Anos depois, a pequena editora dos El-Khatib comprou parte de uma gráfica e, assim, assumiu o novo nome, e cada sócio, uma nova função. Said ficou no comando, Faissal na administração e Faruk, protagonista dessa história, nas vendas (KHATIB, 2018). Nos primeiros anos, publicaram principalmente livros de história e um minidicionário da língua portuguesa, grande sucesso que pagou as dívidas contraídas na modernização do parque gráfico. Depois, Faruk decidiu entrar no mercado das revistas, criando um projeto ambicioso chamado *Passarola*. Lançada em 1975, em formato de bolso, ela foi a primeira revista brasileira de bordo, distribuída nos voos da empresa Varig. A revista era o sonho de qualquer editor: além da projeção internacional, não dependia de anunciantes ou venda em banca, pois era custeada integralmente pela Varig. No início da publicação, a equipe era composta pelo jornalista Nelson Faria³⁹, como diretor de redação, que depois assumiria a redação revista *Peteca*; e Rogério Dias⁴⁰ na direção de arte, que também assumiria o mesmo cargo na *Peteca*. A ideia da publicação era entreter o passageiro durante o voo, trazendo um misto de passatempos e informações — o que inspirou o projeto editorial de *Peteca*. Além

³⁹ Nelson Faria (1936-2005) foi um jornalista curitibano que atuou sobretudo com jornalismo cultural e de colonismo social, área a qual foi designado não por um desejo genuíno, mas por conta de sua sexualidade. Lê-se em sua autobiografia: "discriminado pela homofobia reinante nas redações, foi empurrado para o chamado colonismo social, mais 'adequado ao comportamento efeminado do jovem redator', na visão machista da província" (BARROS, 2002, n.p.). Além de redator da *Peteca* e outras revistas da Grafipar, Faria foi um dos primeiros jornalistas culturais d'O *Estado do Paraná*; assessor de imprensa do Teatro Guaíra durante quase 15 anos, colunista no jornal *Última Hora* e co-fundador da revista *Quatro Estações*, criada em 1968 em parceria com Dino Almeida (GAZETA DO POVO, 2015; MILLARCH, 1988).

⁴⁰ Rogério Dias, natural de Jacarezinho, no Paraná, é um pintor, desenhista, gravador, escultor, designer gráfico, cartunista, ator, decorador, ilustrador, cenógrafo e publicitário.

disso, contava com uma capa produzida por artistas plásticos exclusivamente para a *Passarola*, que depois eram exibidas em uma exposição promovida pela Varig. Em 1981, a empresa encerrou o contrato com a Grafipar para produzir a revista internamente, que ressurgiu com o nome de *Ícaro*, lançada por Carlos Ivan Siqueira, então Superintendente de Propaganda da companhia⁴¹.

FIGURA 9 - CAPA DA REVISTA PASSAROLA Nº 3



Fonte: Revista Passarola (1975)

NOTA: A revista *Passarola* acompanhou os voos da Varig entre 1975 e 1981.

Depois da experiência com a *Passarola*, Faruk criou a *Colorindo*, uma revista infantil que, como sugere o nome, trazia desenhos para colorir. Em preto e branco e com apenas 16 páginas, a revistinha era produzida a baixo custo e foi a aposta de Khatib para entender o mercado das revistas com venda em banca. Aprendeu que a venda girava em torno de 30% da tiragem, porcentagem que precisaria, então, pagar todos os custos das publicações.

Tudo isso preparou o terreno para o seu grande lançamento: *Peteca*, a primeira das publicações erótico-pornográficas que viriam a compor o legado da

⁴¹ Ver em: <<https://www.varig-airlines.com/pt/icarobrasil.html>>.

Grafipar. A escolha do nicho, aponta Khatib, se deu a partir de pesquisas de mercado e conversas com jornalheiros e consumidores.

Percebi que havia um nicho de mercado não explorado pelas editoras. Esse nicho era uma revista de conteúdo erótico-educativo, já que sexo era tabu e a revista traria informações. Quando eu falava, as pessoas riam. Esse era o conceito, pois nenhum produto editorial se sustenta sem ter um conceito bem definido, seja como for. (KHATIB, 2018, n.p.)

Em formato de bolso, como a *Passarola*, e com 34 páginas majoritariamente em preto e branco, como a *Colorindo*, chegou às bancas com uma tiragem de 100 mil cópias, das quais foram vendidas "exatamente 31.500", os 30% que Khatib previra (KHATIB, 2018, n.p.). E a partir de seu lançamento, a *Peteca* começou a crescer. Os números divergem, mas o sucesso se confirma — a partir da vigésima edição, a revista passou a ser quinzenal. Em seu livro de memórias, Faruk crava uma média de 80 mil exemplares por mês; Aramis Millarch, em reportagem publicada no Estado do Paraná em 1979, aponta para 100 mil exemplares; o boletim Intercom de 1980 aposta nos 65 mil exemplares por quinzena, somando 130 mil exemplares mensais; já uma reportagem da revista Trip (KAISER, 2010), bem mais ambiciosa, aponta para 4 milhões de exemplares mensais apenas da *Peteca*⁴².

Na capa da primeira edição de *Peteca*, de outubro de 1976 (Figura 10), figura uma modelo em vestes e poses mais contidas, o que mudaria radicalmente a partir do número seguinte. Abaixo do slogan "segure a sua Peteca" consta a frase "revista mensal de entretenimento", que na sétima edição seria substituída por outra: "para você ler na cama". No interior, as imagens de mulheres em poses sensuais — todas oriundas de agências internacionais⁴³ — figuram ao lado de muitos passatempos, charges e a chamada para o envio de cartas que, nas próximas edições, garantiriam o material das colunas *Confissões Íntimas*, dedicada às fantasias e dúvidas dos

⁴² Quando nos referimos ao conjunto das publicações da Grafipar, Faruk (2018) menciona uma soma total de 48 revistas lançadas por mês, que juntas totalizavam a venda de um milhão e meio de exemplares durante o auge da Grafipar, entre 1976 e 1980 (SANTOS, 2020). Já Millarch (1979) fala em 750 mil exemplares totais.

⁴³ Em seu livro de memórias, Faruk afirma que "a única produção verdadeiramente nossa era uma fotonovela escrita por José Augusto Iwersen" (FARUK, 2018, n.p.). Faria (2002), em sua autobiografia, afirma que as fotos da revista *Rose*, voltada ao público homossexual, também eram produzidas a pedido da Grafipar, porque "as agências noticiosas não tinham fotos masculinas (muito poucas e distanciadas do nosso tipo brasileiro" (p. 54). Mas havia dificuldades em achar fotógrafos que topassem fazer nus masculinos. Três fotógrafos que participaram de *Rose* foram Dimas Schettini, Nélida Kutz e o próprio Nelson Faria.

leitores, e *Ponto de Encontro*, última seção da revista, que se propunha a ser um "catálogo" de homens e mulheres em busca de companhia de toda sorte — uma espécie de aplicativo de relacionamento em versão analógica. A primeira edição foi lançada sem passar pela censura, o que fez com que, logo na segunda edição, Faruk recebesse uma carta da Polícia Federal obrigando as demais edições a serem submetidas à censura prévia.

FIGURA 10 - CAPA DA PRIMEIRA EDIÇÃO DA PETECA



Fonte: Revista Peteca nº 1 (1976). Acervo Nelson Padrella.

Quando a revista surgiu, ela contava com três profissionais fixos: Faruk, na direção geral, e a dupla de *Passarola* — Nelson Faria na redação e Rogério Dias na direção de arte, que fora substituído no 14º número por Luis A. Stinghen. Mas apareceu já na edição seguinte como colaborador sob o pseudônimo Elliot Pynus, e depois assinando tanto com o pseudônimo quanto com seu nome verdadeiro. Nelson foi o único colaborador que permaneceu do início ao fim da publicação. Em setembro de 1978, o jornalista Aramis Millarch assim dizia em sua coluna para o jornal *Estado do Paraná*:

Nelson Faria de Barros, veterano jornalista, ex-colunista social e crítico de teatro, ligado a mais de uma dezena de experiências editoriais feitas em Curitiba nas décadas de 50/60 ("Planalto", "Clube" etc.) é um dos responsáveis pelo sucesso desta fase de erotismo editorial da Grafipar, junto com um grupo de jovens desenhistas. Entendendo que o leitor classe A já é disputado por caras publicações ("Status", "Vogue Senhor", "Ele & Ela", "Play boy" etc.), procurou dar a "Peteca" e "Personal" uma linguagem descontraída, simples - voltada ao leitor de menor poder aquisitivo. E a fórmula está funcionando de forma acima do que esperava o editor Faruk El Khatib, vários cursos de marketing, experiência internacional - e que conseguiu, através de muito esforço, dar uma dimensão nacional às suas publicações. (MILLARCH, 1978, n.p).

Graças a um acervo online que se propõe a digitalizar os textos redigidos pelo jornalista⁴⁴ é possível encontrar várias notas que se referem à Grafipar. E o gosto de Millarch pelo tema não é à toa — desde a *Peteca* número 15 ele passou a colaborar com a revista, acompanhando de perto a rotina da Grafipar, além de ter sido amigo pessoal de Nelson Faria (2002).

Ao documentar e sistematizar os nomes presentes nos expedientes de todas as 110 edições consultadas, é possível concluir que, ao longo dos quase sete anos que a *Peteca* circulou, mais de 50 pessoas contribuíram com a revista, conforme mostra o Quadro 9:

QUADRO 9 - COLABORADORES DA REVISTA PETECA (1976 - 1982)

CARGO/SETOR	NOME
Diretores Responsáveis	Faissal El-Khatib / Faruk El-Khatib
Diretor Geral	Faruk El-Khatib
Diretor de Redação	Nelson Faria
Coordenação editorial	Dorides Cuin / Rosângela Pereira / Iara Regina
Serviços editoriais	Rosângela Pereira / Sandra Regina Gonçalves
Redação	Aramis Millarch / Camila De Conti* / Celso Curi / Nina Fock* / Wilson Bueno
Colaboradores (texto)	Gustavo / Itamar Gonçalves / João Cezar Belloni / Mohamed.Ali El Assal / Vera S. Keppen
Direção de Arte	Rogério Dias / Luis A. Stingham
Colaboradores (arte)	Cláudio Seto / Eduardo Prügner / Elliot Pynus* / Gustavo / Itamar Gonçalves / Jefferson Sanches Mion / José Victor Citt / L. Rettamozo / Luiz F. Garcia / Márcio Calesco / Marília Guasque / Nerivaldo Pereira / Ney G. Vaz / Rogério Dias / Saulo Kozel / Waldimir José Waldir

⁴⁴ Refiro-me ao portal *Tabloide Digital*, disponível no endereço eletrônico www.millarch.org.

Revisão	Denise C. J. Oliveira / I. de Agrade / Irene P. Bettega / João Oracy Marques / Lígia A. Cardieri Mendonça / Ubiratan de Matto / Verônica A. da Silveira Toledo / Wilmar C. Klein
Produção	Airton L. Coutinho / Antonio Braznick / Aroldo T. Ceskin / Carlos Bordignon / Iara Regina de Oliveira / Ismael Rodrigues / João José dos Reis / José Laerte Weissheimer / Juvenal Nunes Barbosa / Orlando Prieto / Paulo C. Bielski / Radamés Della Giacomina
Expedição	Juvenal N. Barbosa
Comercial	Eduardo Prügner / Djair G. Tavares / Luiz Carlos Batista / Pedro Boralli / Repress - Representações e Serviços LTDA
Documentação/pesquisa	Wilmar C. Klein

*Pseudônimos identificados. Elliot Pynus era Rogério Dias⁴⁵; Nina Fock era Nelson Faria e Camila De Conti era Alzeli Sardenberg Bassetti.

Fonte: A autora, 2021.

Durante o levantamento, foram identificados apenas dois pseudônimos no expediente. É o caso de Rogério Dias com Elliot Pynus e Nelson Faria com Nina Fock. Mas o uso de pseudônimos dentro da revista, sem apontamentos no expediente, era comum. Em uma coluna publicada em 1998 na Folha de Londrina por Wilmar Klein, que já havia trabalhado tanto na pesquisa quanto na revisão da *Peteca*, o jornalista afirma:

Pois bem...este assunto me faz recordar do tempo em que eu mesmo "descolava" uns trocados escrevendo sob pseudônimo contos eróticos para revistas ordinárias. Não que esse tipo de literatura me atraísse (muito pelo contrário), porém, como na época eu trabalhava como revisor numa editora que publicava essas revistas - refiro-me à extinta Grafipar - tinha garantia de ser publicado caso a produzisse. E foi o que fiz, usando vários pseudônimos (não consigo lembrar, hoje em dia, de nenhum deles). (KLEIN, 1998, n.p).

Entre todos os colaboradores que constam nos expedientes, encontramos apenas nove nomes que possivelmente são de mulheres (sem levar em conta Nina Fock). A maior parte trabalhou na área de revisão, com quatro mulheres: Denise C. J. Oliveira, Irene P. Bettega, Lígia A. Cardieri Mendonça, Verônica A. da Silveira Toledo. A segunda área com mais mulheres é coordenação, serviços editoriais e produção, com a passagem de Rosângela Pereira, Iara Regina e Sandra Regina Gonçalves. Colaborando com a redação, houve duas mulheres: Vera S. Keppen, presente do primeiro ao 19º número da revista, e Camila De Conti, presente a partir do 69º número.

⁴⁵ A informação consta em um artigo de Nelson Padrella, publicado no Blog do Zé Beto (2021).

No setor de artes, havia apenas Marília Guasque, que começou a colaborar no 20º número e se manteve até o fim. A ilustradora também produziu quadrinhos para as revistas *Rose* e *Horóscopo de Rose*⁴⁶.

Ao longo de sua publicação, *Peteca* passou por transformações com a criação de novas seções, compondo um conteúdo editorial conforme mostra o Quadro 10. Nele são apresentados o nome da coluna, descrição e o número em que passou a fazer parte da *Peteca*. As 30 colunas foram divididas em seis categorias, com base na prioridade de conteúdo de cada uma. São elas Fotografia, Informação, Concursos, Charges/Quadrinhos, Passatempos e Outros:

QUADRO 10 - SEÇÕES DA REVISTA PETECA (1976 - 1982)

COLUNA	DESCRIÇÃO	INÍCIO
FOTOGRAFIA		
Invente Moda	Sob o pretexto de falar sobre moda, traz fotos de mulheres seminuas	1
Petecateca/Peteca-tecas	No primeiro e segundo número, denomina uma seção de charges. A partir do terceiro número, remete a uma seção com fotos de mulheres seminuas que acompanham descrições narrativas das imagens	1 - 3
Garota Peteca	Até o número 10 chamava-se "Peteca-peça". Traz ensaios sensuais	2
As gatas da noite	Idem	111
Playteca	Idem	81
Garota da Quinzena	Ensaio enviado para o concurso "Garota Peteca"	36
Fotonovela	Fotonovela erótica	111
INFORMAÇÃO		
Sexyterapia	Na primeira edição, chamava-se <i>Psicoterapia</i> . Coluna destinada à informação sexual	1
Confissões Íntimas	Publica e responde cartas de leitores com dúvidas ou confissões sexuais	2
Cozinha Afrodisíaca	Traz dicas de alimentos afrodisíacos ou receitas no geral. Acompanha fotos de mulheres seminuas com os alimentos indicados	2

⁴⁶ O pesquisador Leandro Luiz dos Santos, responsável pela dissertação "As histórias em quadrinhos de Maria Erótica (1979-1981) de Claudio Seto: visões carnavalizantes durante a ditadura militar", atualmente desenvolve sua tese de doutorado sobre os quadrinhos de Marília Guasque.

Jogando Peteca	Seção de variedades. Informações, dicas e curiosidades relacionadas à vida sexual	4
De cabo à rabo	Variedades com foco no público gay, assinada por Celso Curi	12
Saúde	Respostas às dúvidas de leitores sobre saúde	80
Entrevista	Entrevista com alguma personalidade sobre temas sexuais	102
Porno-interview	Entrevista com alguma personalidade do universo da pornografia	102
CONCURSOS		
Concurso de Contos	A cada edição, um conto publicado	1
Concurso de Cruzadas Eróticas	Publicava cruzadinhas criadas pelos leitores	34
Concurso Garota Peteca	Ensaaios reais de mulheres nuas e seminuas enviados pelos leitores da <i>Peteca</i> por correspondência	34
Concurso Permanente de Poesia Erótica / Poemateca	Publicava poemas eróticos dos leitores junto a imagens de mulheres nuas/seminuas	80
CHARGES/QUADRINHOS		
Humor Petecal	Charges de autores diversos	2
Oh... Afrodite!	Quadrinhos traduzidos do quadrinista espanhol Leon	2
Quadrinhos Eróticos	Quadrinhos escritos pelo núcleo Grafipar	102
O humor de Jaguar	Charge do autor Jaguar	102
Piadataca	Eram publicadas piadas enviadas por leitores	112
PASSATEMPOS		
Passatempos	Sete erros, cruzadinhas, ligue os pontos, entre outros, com temática erótica	1
Sexyhoróscopo	Horóscopo unissex com previsões para cada signo	1
Petecastral	Resposta a cartas de leitores com perguntas relacionadas à sexo, conquista e signos	1
OUTROS		
Soluções Petecais	Respostas dos passatempos da revista	1
Ponto de Encontro	Eram publicados os anúncios de pessoas de todo o país que buscavam relacionamentos diversos	2
Cartas à redação/Petecartas	Cartas à redação	5

Fonte: A autora (2021).

As novas colunas surgiam de acordo com as demandas dos leitores. E a evidência de um público diverso resultou em espaços abertamente voltados a pessoas que, a priori, não eram o alvo da publicação: os homens gays. Assim surge o *Gay Corner* na coluna *Ponto de encontro*, bem como a coluna *De cabo a rabo*, em outubro de 1977, comandada por Celso Curi. O nome do jornalista trazia relevância para a *Peteca*: Curi fora responsável pela primeira coluna voltada ao público homossexual a circular diariamente em um grande veículo de comunicação. Era a *Coluna do Meio*, lançada em 5 de fevereiro de 1976 no jornal *Última Hora*, de São Paulo. Em outubro do mesmo ano, Curi foi denunciado pelo Ministério Público de São Paulo como incurso no artigo 17 (ofender a moral e os bons costumes) da Lei no 5.250 (Lei de Imprensa), conforme foi noticiado na capa da edição zero da revista *Lampião da Esquina*, lançada em 1978⁴⁷. Mesmo com o processo correndo, a coluna continuou por quase três anos, até 1979⁴⁸ — mas em 1977, Curi estava de casa nova, nas páginas de *Peteca* e sua irmã *Personal*, além de colaborar com *Lampião*. Ainda assim, *Peteca* continuou essencialmente voltada ao público masculino. Às leitoras mulheres, o editorial do vigésimo quinto número, de 1978, avisava: "Muito em breve teremos uma surpresa exclusiva para as garotas que também curtem **Peteca**. Aguardem até a próxima edição que vamos dar o recado." O anúncio viria, na verdade, dois números depois, na edição 27. No editorial, novamente, informava: "A partir de 5 de novembro uma velha promessa será cumprida: a tão solicitada 'Peteca para as garotas'. Trata-se de (sic), uma grande novidade do gênero. Para elas e para eles também".

O espaço em branco no lugar do nome da revista parece ter sido uma correção de última hora — sabemos que a revista ganhou o título de *Rose*, e foi lançada em 1978 com o título de primeira revista erótico-pornográfica voltada para o público feminino do Brasil. Como dizia o slogan, *Rose* era "a revista que tira a roupa dos homens e informa as mulheres". Cerca de um ano depois do lançamento, porém, a equipe percebeu através de uma pesquisa por carta-postal que a revista havia atingido outro público que não era, até então, considerado prioritário: os homens gays.

⁴⁷ *Lampião da Esquina* (1978-1981) é considerado um marco na imprensa alternativa por ser o primeiro jornal com circulação nacional a trazer a homossexualidade como principal pauta. A reportagem mencionada foca no fato de que o processo estava pronto para ser arquivado, por estar prestes a completar o prazo máximo de seu julgamento — dois anos. Mas ao invés de simplesmente arquivar o caso, o juiz deliberadamente decidiu pela absolvição.

⁴⁸ No *Lampião da Esquina* número zero, há a informação de que Curi havia sido demitido em 1977, depois do início do processo. Mas em comentário em um blog e entrevista, Curi afirma que a coluna terminou em 1979, pouco antes do final do processo movido contra o jornalista pela União. No mesmo ano, Curi fundou o Clube Off, um dos primeiros privês gays de São Paulo, que durou sete anos.

"Uma curiosidade da revista *Rose*, é que ela foi criada para ser a 'Peteca das mulheres', mas acabamos criando a primeira revista gay do Brasil, pois as fotos eróticas masculinas não atraíam as mulheres", comenta Faruk em seu livro de memórias (2018, n.p.). Assim, a Grafipar investiu em conteúdo mais explícito na revista *Rose*, agora pensada para o público gay, e criou a *Nina*⁴⁹, uma nova tentativa de criar uma revista informativa voltada ao público feminino, excluindo-se os nus masculinos, comandada pela poeta Alice Ruiz⁵⁰.

FIGURA 11 - REVISTA ROSE, GRAFIPAR



Fonte: Revista Peteca (1980); Revista Rose (1982)

Nota: À esquerda, um anúncio de *Rose* na contracapa de *Peteca* número 59, quando a revista ainda era voltada ao público feminino. À direita, capa de *Rose* número 69, já voltada ao público masculino homossexual, conforme as chamadas.

As colunas criadas no início da revista *Peteca* fizeram tanto sucesso que se desdobraram em publicações especiais que circulavam quinzenalmente de forma

⁴⁹ No editorial da *Peteca* número 77, lê-se o seguinte: "As leitoras de PETECA, tanto pediram, o *leitor-Grafipar* tanto insistiu que vem aí: NINA estará nas bancas dentro de alguns dias. São histórias verdadeiras contadas num clima envolvente de muito carinho, ternura e amor. NINA também pode ser lida pelo homem, é claro. São lições de amor, de sexo, de muita emoção e fatos comoventes. NINA é o grande sucesso desta primavera. Uma revista que vai agradar a ela, à família, a você, a todos, enfim" (1980, p.1).

⁵⁰ Alice Ruiz é uma poeta e haikaista feminista de Curitiba, Paraná. Com projeção internacional, tem poemas traduzidos em mais de seis idiomas. Foi casada com Paulo Leminski (1984 - 1989), que também foi um poeta e colaborador das revistas da Grafipar.

alternada: chamavam-se *Contos Eróticos*, *Confissões Íntimas*, *Astral* e *Ponto de Encontro*. O surgimento dessas revistas paralelas, afirma Faria (2002), fez com que surgissem "brigas homéricas" entre Faria e o Dr. José Maria de Barros, um dos oficiais da censura no Paraná. As colunas da *Peteca* também foram replicadas dentro de outras publicações da Grafipar, como é o caso de *Personal*, segunda publicação erótica lançada pela editora, em 1978. Algumas de suas colunas repetiam o formato daquelas que fizeram sucesso na *Peteca*. São elas: *Correio*, que se assemelha à *Confissões Íntimas*; *Trocatroca*, no mesmo estilo de *Ponto de Encontro*; e *Sexyinformação*, que lembrava a *Sexyterapia*. De acordo com Khatib, a proposta editorial de *Personal* era ser uma revista mais elitizada, capaz de competir com *Playboy* e *Status*. Mas, por conta das limitações do maquinário da Grafipar — que impedia, por exemplo, publicações muito coloridas —, não conseguiu atingir a qualidade material essencial para se equiparar às concorrentes.

Além de inspirar novas publicações eróticas, a *Peteca* também deu origem a outras revistas de assuntos diferentes, mas com a marca *Peteca*. É o caso de *Peteca Som*, revista que trazia informações de lançamentos, entrevistas, reportagens, dicas e sugestões do universo da música, e a *Peteca Humor*, que como sugere o nome, era focada em conteúdo humorístico. Muitas das novas revistas tinham vida curta, circulando por poucas edições. Mas o lançamento massivo de novos títulos, mesmo que não vingassem, fazia parte da estratégia editorial de Faruk:

A gente usou uma política que hoje eu não usaria, a gente tentou assim, tipo, vou ocupar mais espaço, vou lançar mais produtos, assim eu vou ter um espaço maior dentro da banca. Isso era uma política nossa, para tentar fazer. E aí saiu muito produto que não era legal, a gente lançou muita coisa que não era legal, e que dava prejuízo, porque não saía, retornava etc. (...) Assim, das 48 que eu lançava, de repente eu deveria ter reduzido e investido mais naquelas que dariam mais retorno etc. E isso não foi feito, então foi no bolão, nesse processo. (KHATIB, 2021, APÊNDICE B)

Dentre as revistas que davam mais retorno à editora, a *Peteca* era o carro-chefe. No editorial do décimo primeiro número, de 1977, a publicação agradecia "o fato de que aumenta dia a dia o fã-clubes Peteca, no Brasil inteiro e agora também em Portugal" (p. 1). A *Peteca* viajou para além-mar graças a um acordo entre a Editora Abril, que era a distribuidora das revistas da Grafipar, e uma distribuidora portuguesa. Assim, Faruk passou a comercializar os encalhes — isto é, as revistas que eram

devolvidas pelas bancas brasileiras por não terem sido vendidas — para as bancas portuguesas, que também podiam comprar na forma consignada, uma conquista para o mercado editorial da época em relação aos acordos internacionais. Como o frete ficava à cargo da importadora portuguesa, o acordo favoreceu a Grafipar, que durante cerca de dois anos passou a vender tanto a *Peteca* quanto outras revistas e quadrinhos para Portugal.

Por fim, a marca *Peteca* também expandiu para produtos vendidos por reembolso postal, como perfumes⁵¹, camisetas, agasalhos esportivos, joias e livros, tudo com a chancela da *Peteca*. Lê-se em um editorial da *Peteca* de 1979:

Em 1976, surgíamos com a edição mensal. Já em junho de 1977 passávamos a quinzenal. E as nossas seções foram se transformando em revistas autônomas, seguidas de outros lançamentos, que hoje totalizam 18 títulos na banca, sendo que 7 são quinzenais. Portanto, 25 lançamentos por mês nas bancas. E mais dois lançamentos anuais: 'Astrololiga, Sexo e Amor' (já nas bancas com o Horóscopo de 1980 e o 'Manual de Peteca' (nos primeiros dias de dezembro, com a agenda, roteiro erótico do Brasil e o calendário das Peteca-tecas). (PETECA, 1979, p. 1)

Outro destaque são os quadrinhos, braço da Grafipar que mais ganhou a atenção dos pesquisadores na última década. Tudo começou na revista *Personal*, que se assemelhava à *Peteca*, mas publicava, também, quadrinhos. Aos poucos, eles foram ganhando relevância e assim surgiu, em 1978, a primeira HQ da Grafipar. Chamada *Eros*, a revista precisou trocar de nome em sua sexta edição porque uma editora de São Paulo já havia registrado o título. Tornou-se, então *Quadrinhos Eróticos* — e o nome, sugestivo, ajudou a impulsionar as vendas, chegando a 30 mil exemplares quinzenais em 1979 e imprimindo na história nacional o legado da Grafipar⁵².

Como não poderia deixar de ser, a Grafipar precisou lidar com a censura. Nos primeiros números da *Peteca* é possível identificar os esforços para cobrir os mamilos dos corpos femininos de forma estratégica, com textos que se sobreponham às

⁵¹ Faruk denomina o perfume *Peteca* como o primeiro erótico do Brasil. A fragrância e a embalagem foram desenvolvidas pelos profissionais da rede O Boticário (FARUK, 2018).

⁵² Para saber mais sobre a história dos quadrinhos da Grafipar, conferir Danton (2016), que faz um apanhado geral; Santos (2020), que foca nos quadrinhos *Maria Erótica*; Silva (2006), cuja dissertação fala sobre os quadrinhos *Próton e Neuros*; o documentário *O Samurai de Curitiba* (2011), de José Padilha e Rober Machado, que foca na vida de Claudio Seto, quadrinista da Grafipar; e o blog *Baú da Grafipar*, mantido por Danton.

imagens ou elementos borrados. Khatib conta também que algumas frases precisaram ser mudadas por conta de palavras proibidas (KHATIB, 2018). Mas a Grafipar teve sorte. Khatib, por culpa do acaso, acabou fazendo amizade com o superintendente da Polícia Federal do Paraná, José Augusto Costa, jornalista de formação e, de acordo com Faruk (2021), crítico a certos pontos da censura. Por conta disso, e com a amizade posteriormente desenvolvida com Faruk, ele passou a ajudar a Grafipar na hora de aprovar os conteúdos. A relação amistosa rendeu um artigo no *Estado do Paraná* em 1979, escrito por Aramis Millarch. Com o título *Visita da Censura*, o jornalista relata:

Apesar da exiguidade de seu tempo em Curitiba, o novo diretor-geral da Divisão de Censura e Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal, José Madeira, não só esteve jantando com o editor Faruk El Khatib, como fez questão de visitar a Grafipar, na tarde de segunda-feira, junto com o chefe do serviço no Paraná e Santa Catarina, José Augusto. **Considero como um dos mais liberais censores brasileiros** - e que foi justamente escolhido para substituir a Rogério Nunes nas delicadas funções de chefe daquele organismo por sua capacidade de diálogo e compreensão dos problemas do setor, Madeira - que anteriormente exerceu as funções de chefe da censura em São Paulo, estava interessado em conhecer a editora paranaense que tem hoje uma tiragem de 750 mil exemplares de revistas por mês - e mais 100 mil exemplares de livros, sendo já a oitava casa publicadora brasileira. (MILLARCH, 1979, n.p. Grifos meus)

Diferentemente das demais editoras, que precisavam ir à Brasília para aprovar o material, as revistas eram aprovadas ali mesmo, em Curitiba, como uma gentileza de Costa, que conseguiu a permissão com seu superior, de quem era amigo. Além disso, a Grafipar adotou como estratégia a censura prévia, orientada por instruções que vinham diretamente de Costa, o que agilizava a produção e publicação das revistas da editora.

Ele disse assim: “então vamos facilitar as coisas”. Aí eu fiquei amigo dele. A gente ia jantar lá em casa, voltava etc. e tal. E ele gostava. Então o que eu fiz: eu fiz uma reunião com todo o pessoal meu, junto com ele, e ele deu toda uma orientação de como tinha que fazer. Então veio aquele negócio de meia bunda, meio peito, não pode ter bico, tira o bico, bota o bico, aquela coisa. Então ele deu um roteiro que a gente tinha que seguir. E a gente seguia dentro desse roteiro. De vez em quando a gente dava uma avançadinha, para ver como é que ficava. Aí de vez em quando ele chamava, “porra, bicho”, porque aí os caras lá chamavam ele em Brasília e ele tinha que responder aqui etc. e tal. Então foi assim, foi um troço muito legal.

A gente já saía com uma, entre aspas, censura prévia. Ou seja, em vez de você fazer e o cara censurar, então a gente fazia dentro do que era possível e aí, quando passava um pouco do limite, ele ia lá, dava uma chamada na gente, aí o pessoal de vez em quando dava uma escapadinha, e aí foi. Então ele era um cara muito legal. (KHATIB, 2021, APÊNDICE B)

Depoimentos de outros colaboradores da Grafipar confirmam a relação amistosa com o censor e a adoção da censura prévia pela editora. É o caso do relato de Claudio Seto, responsável pela área de quadrinhos da Grafipar. No documentário *O Samurai de Curitiba* (2011), ele diz: "a censura aqui foi até legal, porque o censor gostava de quadrinho". Seto conta que Costa chegou até mesmo a publicar uma história em quadrinhos pela Grafipar usando um pseudônimo.

A boa relação com o censor não impediu que houvesse pedidos de alteração que prejudicavam a produção. Iwersen, responsável pelas fotonovelas da Grafipar, afirma em depoimento: "às vezes, uma foto tirada da revista pronta, quando chegava para a censura, era tirado, isso desmontava todo o conteúdo da revista, que tinha que ser feito novamente para ter sentido" (IWERSEN, 2016, 12'18")⁵³. Também não impediu que revistas da editora fossem confiscadas em diversas partes do Brasil, conforme narra Faruk em trecho apresentado na página 50. Mas o fato é que, diante dos possíveis problemas que a Grafipar poderia ter em relação a censura, a situação da editora era considerada um privilégio.

4.1 O FIM DA GRAFIPAR

Ao final dos anos de 1970, os laços da censura foram afrouxando. A abertura política, que à primeira vista poderia parecer a deixa perfeita para o crescimento das revistas e quadrinhos pornográficos da Grafipar, na verdade foi um dos motivos do fim da editora. Conta Faruk:

Porque em 79, 79 para 80, o que aconteceu: começou o projeto de abertura da censura. Eu fui para Brasília, numa reunião que teve lá do pessoal etc. e tal, foi lá em Brasília, na Polícia Federal. E aí todo mundo imaginando que a abertura da censura seria abertura da censura política, ou seja, aquilo que não podia dizer politicamente etc. e tal, eles iam permitir que falasse. Aí eu vi que não era isso só. No momento que a abertura da censura fosse geral, ia liberar geral. Eu vim de Brasília com a pulga atrás da orelha. Eu digo "putcha vida, isso

⁵³ Ver em: <<https://memoriasparana.com.br/jose-augusto-iwersen-2016>>. 12'18-12'36".

vai ser um pepino". Por quê? Porque o nosso grande forte era o eróticoeducativo. No momento em que você for abrir a censura, vai virar pornografia. Eu não tenho nada contra, mas aí não era mais o que eu gostaria de fazer. (...) As nossas revistas despencaram, porque aí nós viramos arroz com feijão, viramos revista de neném, e os caras entraram com pornografia pura. E aí, putz, foi um desastre. (FARUK, 2021, APÊNDICE B).

Faruk saiu da reunião em Brasília com a certeza de que era necessário apostar em um novo produto. Propôs ao pai e ao irmão a compra da *Penthouse*, revista pornográfica inglesa criada por Bob Guccione, de forma a trazer ao Brasil uma concorrente ao nível da *Playboy* para competir neste novo cenário de afrouxamento da censura. A proposta foi recusada. Como alternativa surgiu a oportunidade de compra do jornal *Correio de Notícias*, em 1979. A ideia era ter um produto ainda dentro da área editorial, mas longe da área "eróticoeducativa", que Faruk previra que iria definhar. A Grafipar já havia tido uma experiência na área informativa com a *Atenção*, descrita pelo Boletim Intercom (1980) como uma "revista mensal de informação geral sem nenhuma matéria erótica, que chegou a dar uma aura de seriedade a Faruk" (p. 10). A publicação tinha como modelo a revista a *Realidade*, da editora Abril⁵⁴. E foi justamente uma reportagem publicada em *Atenção* que, segundo Khatib, teve como consequência o insucesso do *Correio de Notícias*. De acordo com o empresário (2018; 2021), depois de publicada uma reportagem que fazia uma análise sobre o futuro de Ney Braga (1917 - 2000) na política brasileira, um empréstimo já aprovado pelo Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (BRDE) foi cancelado, porque a equipe de Braga acreditava que o *Correio de Notícias* faria oposição ao seu governo:

O Ney Braga era a grande liderança que a gente tinha no Paraná, ele não conseguiu ser presidente da república, que é o que ele queria, nem vice como ele queria. Aí ele tinha duas opções: ou ia ser senador, biônico né, que era indicado, ou governador do estado. E eu, na matéria, a gente via que o seguinte: era muito melhor ele ser senador, porque daí as lideranças não seriam achatadas na época, do que ser governador de estado. Porque o governador, o Paraná ia perder o único cara que tava em nível nacional e ao mesmo tempo ia achatar as lideranças. E essa matéria os caras acharam que eu era contra o Ney Braga. Porra, sou amigo da família inteira, fui padrinho de casamento da filha, padrinho de separação, fiz tudo, a gente tinha um relacionamento ótimo. E aí os caras, a turminha em volta, botaram na

⁵⁴ A *Realidade* foi uma revista da editora Abril que circulou entre 1966 e 1976. É considerada um marco na imprensa brasileira por ter sido pioneira nas revistas de informação, com uma linguagem inovadora, a partir de recursos literários que deram origem ao chamado Jornalismo Literário (MORAES, IJUIM, [s/d]).

cabeça dele que eu era contra, e quando eu lancei o jornal, os caras vieram com tudo em cima de mim. E me sacanearam num financiamento que eu ia ter. Aí, quando eu perdi o financiamento, eu parei com o jornal. Aí putz, aí foi uma sucessão de pepinos. (KHATIB, 2021, APÊNDICE B)

Sem o financiamento, o jornal fechou em 120 dias e a sociedade da Grafipar foi desfeita. Sozinho no comando, Faruk resolveu apostar em sua ideia de trazer a *Penthouse* para o Brasil. Depois de dois anos de negociações, a revista foi lançada, em 1982. Com o slogan "a revista internacional para o homem" (que se assemelha ao primeiro nome da *Playboy*, a "Revista do Homem"), *Penthouse* chegou às bancas em outubro daquele ano com 128 páginas e custando Cr\$ 550, o mesmo valor do último número da *Peteca* mapeado (a edição 117), cuja publicação data, provavelmente, de novembro de 1982. Custava, portanto, cerca de 100 Cr\$ a menos que a *Playboy*. A primeira edição foi um sucesso: foram vendidas 195 mil cópias, quase o dobro de sua principal concorrente, que vendia 100 mil cópias por mês (FARUK, 2018; 2021). A revista, porém, não chegou a completar um ano em circulação no Brasil — foram apenas 10 números publicados. Khatib aponta que passou por duas maxivalorizações do dólar que prejudicaram a produção das revistas, já que todo o material, como papéis, chapas e filmes, eram importados. Somado com as dívidas contraídas com o *Correio de Notícias*, a empresa fechou as portas em 1983.

A *Peteca* foi a última revista com conceito cem por cento Grafipar a circular na editora. É possível ver nas páginas de suas últimas edições algumas tentativas de aproximar-se da abordagem das concorrentes, como as entrevistas com personalidades, tal como fazia a *Playboy*, além do aumento no número de páginas com ensaios fotográficos, surgindo, assim, as colunas *Garotas da Noite* e *Playteca* — uma referência bastante explícita à *Playboy*. Na fase final da revista, também entraram em cena as fotonovelas, a partir do número 111, e mais páginas dedicadas aos trabalhos do núcleo de quadrinistas da Grafipar, que outrora foram força-motriz da editora. Não deu certo. Pouco tempo depois do lançamento de *Penthouse*, Faruk decidiu parar com a produção da *Peteca*, cujas vendas haviam despencado⁵⁵. Para a queda na popularidade das revistas pornográficas, especialmente aquelas mais

⁵⁵ É possível que a número 117, que data de novembro ou dezembro de 1982, realmente tenha sido a última de *Peteca*. Além de não ter encontrado números acima deste, Khatib afirmou em entrevista que a *Peteca* continuou rodando mais um ou dois números depois de *Penthouse* ser lançada, em outubro do mesmo ano.

brandas, Ribeiro (2016, p. 38) aponta que a circulação de filmes mais explícitos também colaborou: "As revistas entram em decadência e dariam lugar aos filmes explícitos, o que coloca fim à busca por uma identidade masculina através de revistas eróticas e pornográficas"⁵⁶.

4.2 NO DIVÃ DA SEXYTERAPIA

Livre de intenção pornográfica, a *Sexyterapia* é um dos "carros-chefes" da revista. A coluna está presente em todas as edições analisadas, com apenas duas exceções⁵⁷. Quando Faruk afirma o comprometimento da publicação com a educação sexual, é sobre a coluna *Sexyterapia*, e em certa medida também sobre a *Confissões Íntimas*, que o editor se refere. Aclamada pelos leitores (cujos elogios a *Peteca* não deixa de exaltar), a coluna declara ser reconhecida também por autoridades, como médicos e professores. Em entrevista à *Peteca*, o próprio Wardell Baxter Pomeroy (1913 - 2001), sexólogo norte-americano coautor de Alfred C. Kinsey, comenta:

Quase todos nós estamos perdidos em meio a tantos mitos e tantas informações que nos são dadas. Tenho certeza de que revistas como **Rose**, **Confissões Íntimas** e **Peteca**, aí no Brasil, podem ser de grande ajuda na desmistificação e na educação sexual das pessoas. (FOCK, 1981, p.15. Grifos meus)

Mesmo que predominem os jogos, ensaios sensuais e a coluna de relacionamento, *Sexyterapia* e *Confissões Íntimas* são evocadas enquanto representantes da *Peteca*. Isso porque legitimam o discurso sobre o qual se afirma seu caráter pedagógico e, por conseguinte, a recusa ao pornográfico. Mas não apenas: ambas as colunas colaboraram para suprir uma lacuna de informação sexual na vida dos brasileiros e brasileiras. Sem espaço para certos questionamentos nas instituições pedagógicas tradicionais (igreja, escola, consultório), os produtos midiáticos passaram a oferecer um espaço seguro no qual os leitores, por trás do

⁵⁶ Data de 1981 uma das primeiras produções *hardcore* brasileiras. É o filme *Coisas Eróticas*, que atingiu mais de 3,5 milhões de espectadores, "confirmando ser um ótimo negócio para os produtores ainda recalcitrantes", de acordo com Simões (1998). Outro filme *hardcore* de sucesso no Brasil foi *A "b" profunda*, de 1984, "uma paródia de *A garganta profunda*, que fez mais bilheteria no Brasil que o original americano" (SIMÕES, 1999, p. 235).

⁵⁷ Na edição número 1, a coluna, com o mesmo formato da *Sexyterapia*, leva o nome de *Psicoterapia*; no número 15, a coluna foi substituída por uma reportagem sobre pornografia no cinema.

anonimato, poderiam perguntar qualquer coisa — e serem respondidos com seriedade e atenção.

Fruto do auge da psicanálise com a segunda onda da sexologia no Brasil, a mídia colocou o leitor em seu divã e se propôs a ouvir e resolver todas as suas dúvidas e inquietações sexuais. No Brasil, a mídia dos anos 1970 fez proliferar os "consultórios sentimentais", uma atualização do chamado "correio sentimental" que expressa a abertura do campo psicológico enquanto ciência na época (SILVA, 2016). Esse tipo de coluna é uma forte marca da chamada "imprensa feminina" constituída a partir dos anos 60, com destaque para a atuação da feminista Carmen da Silva, a primeira mulher a assinar uma coluna na revista *Claudia*. Além de colaborar com seções diversas, a jornalista, psicanalista e escritora ganhou reconhecimento por conta da coluna *A Arte de Ser Mulher* (1963 - 1985), consultório sentimental que abordava temas ousados para a época, como sexualidade (CARNEIRO, 2019). Já na televisão, destaca-se o trabalho da psicóloga comportamental e sexóloga Marta Suplicy, que comandou o quadro *Comportamento Sexual* no programa *TV Mulher* (1980 - 1986) da Rede Globo⁵⁸. O programa levou o sexo para a rede nacional, mostrando o impacto da sexologia no contexto nacional.

Assim, a *Sexyterapia* não deixa de ser uma espécie de consultório sentimental que lida com as dúvidas e as inseguranças de seus leitores, mas sem respondê-los de forma individual e buscando trazer uma abordagem científica para as respostas, com base em pesquisas internacionais. Em suas seis primeiras edições, a *Sexyterapia* trouxe artigos traduzidos de pesquisadores estrangeiros, alguns bastante renomados, como é o caso da médica feminista norte-americana Helen Singer Kaplan, uma das pioneiras na sexologia, cujo artigo se encontra na revista número 6. Os demais são de autoria do professor de Psiquiatria e membro da RFSU (Associação Sueca para Educação Sexual), Akel Edfeldt (números 1 e 4); Katherine Hill⁵⁹ (número 3) e Sara Lambert, autora inglesa da série *Investigando o Mundo dos Seus Sonhos* (número 4). Esses artigos — entre outros que serviram como base para as demais edições —

⁵⁸ Ao falar sobre temas polêmicos em rede nacional, Marta Suplicy foi diversas vezes notificada pela censura. Era proibida de falar sobre alguns temas, como sexo anal, mas permitida a falar sobre outros, como sexo oral. Também sofreu tentativas de boicote por grupos religiosos, com destaque para o grupo das Senhoras de Santana e a organização católica Tradição, Família e Propriedade, além de receber cartas ofensivas, com xingamentos e ameaças. A repercussão do quadro *Comportamento Sexual* é detalhadamente descrito na dissertação *Querida amiga Marta: sexualidade, feminismo e poder no programa TV Mulher*, de Heitor Bueno (2015).

⁵⁹ Não há descrição sobre a autora e não encontrei menção ao nome no ramo da sexologia, psicanálise ou similares.

foram traduzidos por Alzeli Bassetti, tradutora curitibana abertamente feminista, que depois fora convidada por Nelson Faria para ajudar a responder cartas de leitores em revistas como *Confissões Íntimas* (FERNANDES, 2018a).

A partir da sétima edição, os artigos pararam de ser traduzidos e reproduzidos de forma integral e quem passa a assumir a redação dos textos de *Sexyterapia* é Nelson Faria. Eles eram escritos sob o pseudônimo de Nina Fock, cuja sonoridade do sobrenome remete ao termo "foder", em inglês "*fuck*". Para Faria, o pseudônimo representava "a figura da 'tia velha' que sempre dá os primeiros conselhos sobre sexualidade aos sobrinhos, eles e elas" (BARROS, 2002, p. 52). Não se sabe o que serviu de inspiração para a criação do pseudônimo, mas ele assemelha-se ao nome da atriz neerlandesa naturalizada norte-americana Nina Foch.

A personagem já havia aparecido em edições anteriores, mas em outras colunas: começou como voz do *Sexyhoróscopo* (antes chamado *Peteca Astral*, que depois se tornou uma seção diferente) e também dos contos eróticos, antes de haver contos dos próprios leitores a serem publicados, a partir do Concurso Permanente de Contos (ou pseudônimos de outros colaboradores, como confidenciou Wilmar Klein para a Folha de Londrina em trecho reproduzido na página 64 desta dissertação). A necessidade de um pseudônimo para a *Sexyterapia*, revela Khatib em entrevista (2021), surgiu por dois motivos. Primeiramente, porque Nelson Faria sentiu que seria inadequado que ele, o redator, assinasse as reportagens, por não ser da área da ciência. Depois, porque as fontes locais que Faria entrevistava não queriam que seus nomes fossem divulgados, o que criou a necessidade de uma voz que pudesse falar por todos — e essa voz só poderia ser fictícia, concluíram. Assim, a coluna era redigida usando como fonte majoritariamente pesquisas internacionais, mas com a consultoria de três profissionais locais da área da saúde.

Eu sei que ele tinha três fontes, por sinal nem ele queria dizer quem era, depois que eu fiquei sabendo quem era, eles não querem aparecer, então tudo bem, tá bom. Porque naquela época era um troço muito avançado, o cara ficava meio "assim". Então ele tirava essas informações e a partir daí ele escrevia. O texto era dele mesmo, com as informações de terceiros. Então tudo o que era colocado na Peteca tinha um respaldo científico, digamos assim, no processo. Não era uma coisa chutada. (KHATIB, 2021, APÊNDICE B)

Um dos profissionais, confessa Faria em sua autobiografia (2002), era o Dr. Régenis Bading Prochman (1937-2007), à época casado com Alzeli Bassetti, que

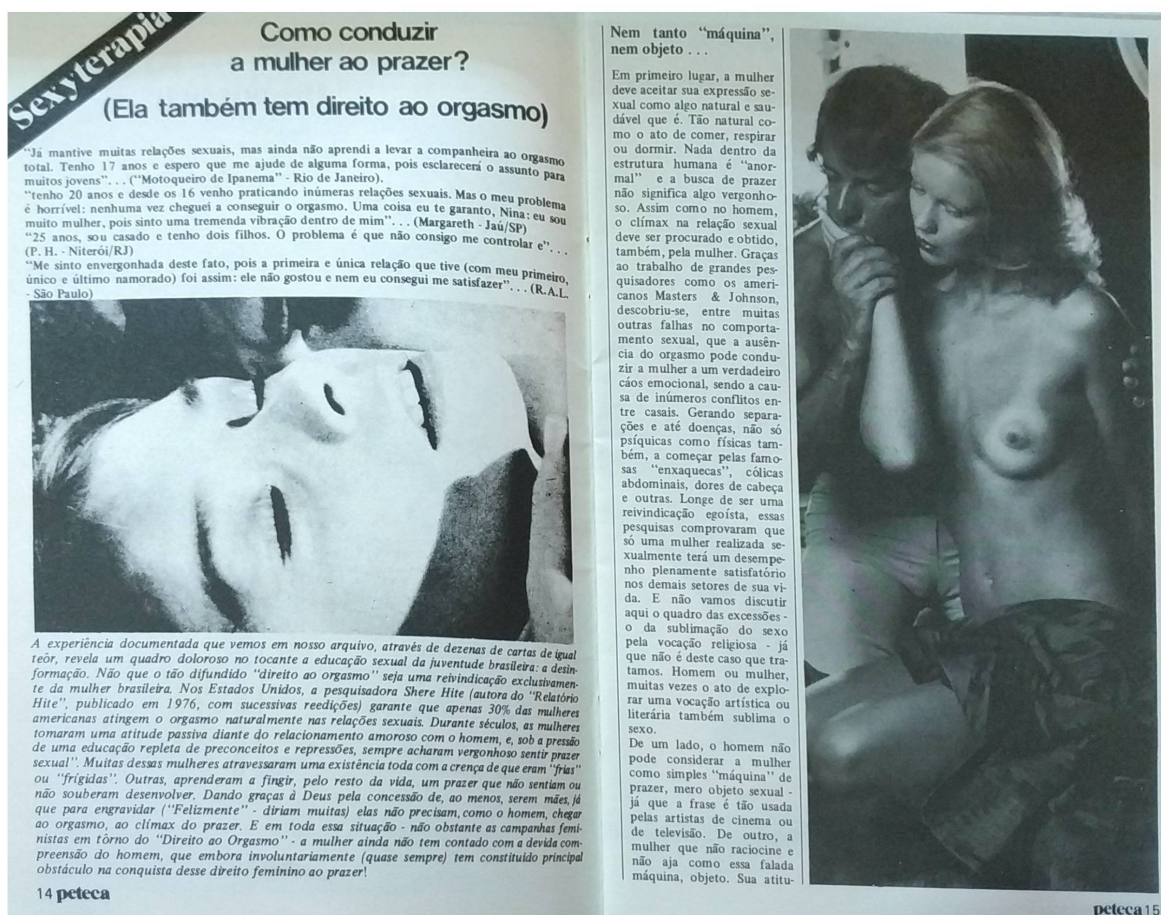
também contribuía com a Grafipar como tradutora. Ela, feminista; ele "talhado nos catecismos da esquerda", nas palavras de Fernandes (2018a, n.p.). Prochman era o médico pessoal de Faria, que sofreu com uma série de problemas de saúde durante a vida, como um cisto, alcoolismo e HIV. Faria enxergava em seu médico um aliado da causa homossexual. "Ele foi um consultor médico das revistas da Grafipar, e quando noticiamos o surgimento de um 'câncer gay', ele falou 'Doença alguma escolhe sexo ou preferência sexual'" (BARROS, 2002, p. 61).

Na revista de número 15, o formato da coluna se consolida. A primeira página geralmente apresenta uma imagem em preto e branco que divide espaço com o título, o subtítulo, o nome de Nina Fock e uma seleção de trechos de cartas de leitores relacionadas ao tema da reportagem, mostrando o pseudônimo ou iniciais do leitor, sua cidade e estado. A imagem de abertura não raro se repete, só que em menor dimensão, em uma das páginas seguintes, demonstrando que, no caso da *Sexyterapia*, diferentemente do restante da revista, o destaque não está na imagem. O subtítulo geralmente é extenso, formado por frases curtas separadas por barras que buscam apontar os principais temas e questionamentos que serão abordados na reportagem. O texto é cortado por vários intertítulos, e a coluna ocupa, ao todo, quatro páginas.

A ascensão da sexologia no Brasil colocou em evidência a desinformação, a repressão e a falta de educação sexual como principais obstáculos à plena vivência da sexualidade. Eles são apontados como desencadeadores de uma série de problemas de ordem psicológica que poderiam, inclusive, culminar em suicídio. Não raro encontra-se na *Peteca* carta de homens que relatam inseguranças em relação ao próprio corpo ou ao seu desempenho sexual e expressam, junto a eles, o desejo de cometer suicídio — realidade que é exposta também no livro de Lima (1976). A correlação entre desempenho sexual e autoestima masculina tem forte relação com a construção da masculinidade. E a *Peteca* reconhece esse fator, quando anuncia: "O machismo é um obstáculo ao desempenho", "Já está provado que a impotência é mais comum nas sociedades onde predomina o fenômeno do machismo"⁶⁰.

⁶⁰ Frases presentes no subtítulo e intertítulo da *Sexyterapia*, número 35 (1979).

FIGURA 12 - COLUNA SEXYTERAPIA



Fonte: Revista Peteca (1978)

Nota: Reportagem veiculada na *Peteca* nº 18, páginas 14-15. Acervo Nelson Padrella.

Todos esses assuntos se desdobram na coluna que, para fins de análise, foram organizados em categorias temáticas. Criadas com base no título da reportagem, subtítulo, intertítulos e enunciações aforizantes secundárias, os temas abordados pela *Sexyterapia* totalizaram 21 categorias. Algumas reportagens traziam uma pluralidade de temas em um mesmo texto, mas a análise temática, enquanto variante da análise de conteúdo, implica enquadrá-la sob seu dominante. No quadro a seguir (Quadro 11), são apresentadas a posição (P), da maior à menor frequência; as categorias temáticas; uma breve descrição de cada uma e a frequência (F) com que aparecem na coluna.

QUADRO 11 - ANÁLISE TEMÁTICA DA COLUNA SEXYTERAPIA

P	CATEGORIA	DESCRIÇÃO	F
1	Desempenho	Dicas para melhorar o desempenho sexual; dicas de comportamento para o desempenho na paquera	14
2	Sexualidade feminina	Orgasmo feminino, virgindade, frigidez	11
	Iniciação sexual	Questões sobre a iniciação e educação sexual masculina	11
3	Disfunções	Impotência, ejaculação precoce	9
4	Variantes	Práticas fora do roteiro pênis-vagina (coito anal, sexo oral)	7
	Panorama sexual	Balanço anual com as principais dúvidas que a revista recebe. Faz um "raio-x" do comportamento sexual do brasileiro	7
5	Homossexualidade	A homossexualidade masculina	6
	Masturbação	A masturbação	6
	Dimensão do pênis	Inquietações relacionadas ao tamanho do pênis	6
6	Timidez	Timidez, medo ou ansiedade na relação sexual	5
	Contracepção	A importância e as opções de métodos contraceptivos disponíveis	5
	Desvios	Práticas consideradas "pervertidas" (incesto, ninfomania, fetichismo, zoofilia, necrofilia)	5
7	Doenças	Doenças sexualmente transmissíveis	4
8	Anatomia	Anatomia/fisiologia do corpo humano	3
9	Transexualidade	Transexualidade como tema principal	2
	Bissexualidade	Bissexualidade como tema principal	2
	Casamento	Casamento como tema principal	2
	Sexo na terceira idade	Sexo protagonizado por pessoas idosas	2
10	Pornografia	Pornografia como tema principal	1
	Lesbianidade	Homossexualidade feminina	1
	Aborto	Aborto como tema principal	1

Fonte: A autora (2021).

Enquanto interlocutor, a principal formação imaginária da *Sexyterapia* é o jovem homem cisgênero e heterossexual. Mas, por vezes, ela evoca outros interlocutores. É o caso dos pais, com quem a coluna conversa principalmente nas reportagens sobre iniciação ou educação sexual. Ainda que barrada, seja pela moral religiosa, burguesa ou pela repressiva ditadura, a educação sexual tomou a forma do debate público nas páginas das revistas e congressos sobre o tema (AQUINO, MARTELLI, 2012). Em 1978, mesmo ano do I Congresso Nacional sobre Educação Sexual, a *Sexyterapia* publicava uma reportagem intitulada: "Educação sexual nas escolas?", na qual defendia a importância da educação sexual para uma "vida feliz e equilibrada". Essa educação passaria tanto pela escola quanto pela família, com um inimigo comum a ser combatido: a desinformação.

Os pais também são evocados nas reportagens sobre masturbação. O tema, polêmico, suscitava a preocupação dos pais ("Os pais devem compreender que a masturbação é uma manifestação normal"⁶¹, "Como uma mãe procederia com a masturbação?"⁶²), mas era apontado pela *Sexyterapia* como uma prática completamente normal — como não poderia deixar de ser, posto que a capitalização da masturbação (o prazer extratextual) é um dos objetivos da pornografia. O diálogo com os pais, porém, reforça o propósito da *Sexyterapia* em contribuir com a educação sexual do jovem brasileiro.

Outros interlocutores não são chamados para a conversa, mas reivindicam seu espaço. É o caso, por exemplo, dos leitores mais velhos. Na *Peteca* número 68, a carta de um leitor de 66 anos foi publicada. Entre elogios à proposta da revista, a qual, segundo o leitor, usava as fotos eróticas como "isca" para atrair os jovens leitores aos conteúdos de informação, havia uma única crítica. "Todos os artigos são dirigidos à juventude. Só raramente vemos alguma resposta sua mais dirigida à nossa classe — a dos *coroas* que não renunciam ao prazer sexual. A senhora deve saber que em países avançados essa limitação não existe mais" (FOCK, 1980, p. 15). A partir da análise temática, foram identificadas duas reportagens que abordavam diretamente a relação entre sexualidade e a terceira idade. Elas são construídas a partir de cinco pontos comuns: 1) a importância da saúde como pré-requisito para se exercer a sexualidade em qualquer idade; 2) a noção de que o melhor período para a vida sexual

⁶¹ Frase presente no intertítulo da coluna *Sexyterapia*, revista *Peteca*, número 26 (1978).

⁶² Frase presente no intertítulo da coluna *Sexyterapia*, revista *Peteca*, número 6 (1977).

de homens e mulheres seria entre os 43 e 60 anos; 3) as vantagens do sexo na maturidade, frisando questões como a segurança, a experiência e o autoconhecimento adquiridos ao longo dos anos; 4) o preconceito contra os idosos, com ênfase na questão da mulher quando atinge a menopausa e 5) um apelo aos jovens pelo reconhecimento da sexualidade dos idosos e colaboração para abolir o preconceito (PORTELA, *no prelo*).

Outros leitores que marcam presença na revista *Peteca* a partir de cartas de leitores são as mulheres. Lésbicas ou bissexuais, elas desbravam uma revista que não as reconhece como público para enviar suas dúvidas, dicas e relatos à Nina Fock, na esperança de compreenderem mais sobre a sexualidade dos parceiros — e, também, sua própria sexualidade. Assim, a *Sexyterapia*, enquanto um espaço de dublagem da ciência, atrai os mais diversos públicos que, em meio à desinformação, encontravam na *Peteca* um espaço acessível (pela linguagem e pelo preço) e seguro (pelo anonimato e pelo formato, fácil de esconder) para tirar suas dúvidas e inquietações sobre sexualidade.

No próximo capítulo, o foco será nos mecanismos de retextualização promovidos pela *Sexyterapia* a partir da interface entre jornalismo e ciência, com ênfase na interdiscursividade que atravessa o discurso jornalístico tanto a partir dos esquecimentos fundamentais de Pêcheux, quanto (e principalmente) pela interdiscursividade consciente, que acontece pelo uso das fontes de informação.

5 SEXYTERAPIA E SEUS DISCURSOS

A experiência moderna da sexualidade é medicalizada, psicologizada e formatada pelo discurso científico. O próprio nome da coluna da revista *Peteca* — *Sexyterapia* — já anuncia essa formatação. No entanto, o privilégio deste campo discursivo sobre a sexualidade é um processo recente. Não que os médicos da Antiguidade, como Hipócrates, não estivessem atentos ao corpo e ao seu potencial erógeno. Como aponta Foucault (1999), até o final do século XVIII, as práticas sexuais eram regidas pelo direito canônico, pela pastoral cristã e pela lei civil, todas centradas nas relações matrimoniais heterossexuais. A sexualidade enquanto objeto fundamentalmente científico emerge com a fundação dos Estados modernos e seus modelos disciplinares e normativos. O processo, iniciado no século XVII, aponta para uma passagem do poder soberano para a biopolítica, que é a transformação da gestão da morte (fazer morrer) para a gestão da vida (fazer viver), quando a noção de *população* surge como uma questão política e econômica. É nessa perspectiva que a vida sexual passa a ser central nos interesses do Estado que, então, promove medidas para regular a sexualidade, incitando uma série de discursos de ordem política, econômica e técnica (FOUCAULT, 1999). O Iluminismo e sua matriz fundamentada na razão, e não (apenas) na fé, se desdobra em um regime disciplinar de produção de conhecimento. E é na biologia, disciplina que privilegia o corpo enquanto objeto de estudo, que novos saberes sobre a sexualidade começam a ser produzidos, com aproximações e distanciamentos da moral religiosa.

Se na pastoral cristã o sexo era apresentado como um enigma que se esconde em toda parte, cuja evocação discursiva era permitida apenas no ato da confissão, há o início de uma incitação para que o sexo seja cada vez mais explorado, minuciosamente descrito e categorizado, a partir do século das luzes. E isso se dá pela apropriação do próprio mecanismo da confissão cristã. Com o protestantismo, a confissão enquanto técnica de produção discursiva se espalhou para outras áreas, notadamente a pedagogia do século XVII e a medicina do século XIX. Fez-se, assim, uma ciência-confissão "que atribui a si própria a tarefa de produzir discursos verdadeiros sobre o sexo, e isto tentando ajustar, não sem dificuldade, o antigo procedimento da confissão às regras do discurso científico" (FOUCAULT, 1999, p. 66).

O discurso científico se enquadra naquilo que Maingueneau (2010, 2015) chama de “discurso constituinte” ou “discurso paratópico”, que se encontra simultaneamente dentro e fora da sociedade. A categoria surge da percepção de que, nas sociedades, o direito de dar sentido aos atos da coletividade social está localizado nas autoridades, cujos discursos falam em nome de um Absoluto. O ponto de Maingueneau é mostrar uma contradição: este Absoluto, sobre o qual o discurso munido de autoridade versa, como a Natureza, a Beleza e a Razão, só existe pela produção desses mesmos discursos. O dispositivo enunciativo dos discursos constituintes, portanto, performatiza a sua própria existência (MAINGUENEAU, 2015; PRECIADO, 2008).

No caso das ciências naturais, a Natureza só existe a partir daquilo que o campo entende como Natureza. Na prática, entretanto, a ciência age como se a Natureza fosse algo externo ao campo e que este possui a legitimidade inequívoca para versar sobre seus fenômenos, em uma prática intelectual que se pretende muito mais descritiva (objetiva, neutra) do que analítica (investida de interpretação). É como se o pesquisador saísse de um “ponto-zero”, termo utilizado por Castro-Gómez (apud GROSGOUEL, 2007) para mostrar o artifício do discurso científico que esconde o ponto de vista a partir do qual ele é sempre construído. Contudo, não há lado de fora — todo discurso é perpassado por uma ou mais ideologias, inclusive os discursos constituintes. Em uma reflexão sobre as intersecções entre ciência e arte, Hissa (2012, n.p.) questiona: “Como conceber a existência de algo puro – qualquer coisa, objeto, ser –, que não se faça através de relações e, sobretudo, que não exista em decorrência da própria presença, em si, da mistura?”. O autor aponta que a experiência, o “ser afetado pelo mundo”, que é, em si mesmo, subjetivo e perpassado pela emoção, é o pressuposto indispensável da construção do pensamento. Nessa perspectiva, uma dissociação completa entre racional e emocional, sujeito e objeto, torna-se impossível:

A concepção da imagem da razão pura é artificial, tanto quanto a concepção da emoção e da sensibilidade compreendidas em si mesmas. A construção da ciência moderna é, também, uma das manifestações da artificialidade construída pelo humano” (HISSA, 2012, n.p.)

Pensando em sua materialidade, o discurso científico, bem como todo discurso constituinte é uma rede de gêneros discursivos hierarquizados

(MAINGUENEAU, 2015). Isto é, ele performatiza a si próprio a partir de uma rede heterogênea de gêneros que estão classificados em níveis de credibilidade. No caso da ciência, são exemplos os artigos científicos produzidos em universidades renomadas até as notícias de popularização da ciência (PC). Todos eles colaboram para a produção e legitimação da verdade científica. Por isso, Maingueneau (2015) aponta que o estudo de um discurso constituinte não pode reduzir-se a alguns gêneros discursivos especializados, como seria, no caso da ciência, os artigos científicos. Isso porque ele precisa de todo um sistema de veiculação e validação que faça com que ele seja reconhecido enquanto verdade. Assim, "é em um mesmo movimento que se instauram o texto a ser interpretado e as práticas discursivas de explicação e de comentários que lhe são associadas" (MAINGUENEAU, 2015 p. 144).

Neste cenário, o gênero jornalístico está englobado dentro da esfera científica, ainda que, enquanto gênero, esteja abaixo dele dentro na hierarquia discursiva — enquanto esta é paratópica, munida de uma "força transcendente" (MAINGUENEAU, 2010), o discurso jornalístico é tópico: está completamente inserido na sociedade. Em sua busca por aproximar-se da verdade, se ampara nos discursos constituintes/paratópicos para trabalhá-los enquanto matéria-prima e, em um duplo movimento, produz verdades com uma potência de alcance muito maior do que os gêneros mais altos da cadeia hierárquica da ciência.

5.1 O DISCURSO JORNALÍSTICO

O discurso jornalístico é um sistema que opera a partir de uma série de estratégias que agem desde a superfície do discurso, com um uso específico da língua (terceira pessoa, pouco uso de adjetivos) e padrões de estruturas textuais (como o lead e o nariz de cera⁶³), até um conjunto de regras éticas e morais — portanto, ideológico — que deve nortear sua produção discursiva, como a imparcialidade, objetividade e o compromisso com a verdade. Se nas demais colunas da *Peteca* os efeitos de sentido são sua marca, na *Sexyterapia* é a linguagem jornalística que impera, mais objetiva, menos ambígua. O conjunto indissociável das particularidades

⁶³ O lead é o primeiro parágrafo de uma notícia, que deve conter as informações essenciais para que o leitor compreenda de imediato o que está sendo noticiado. Geralmente respondem-se a cinco perguntas: o quê? Quem? Quando? Onde? Como? Já "nariz de cera" é o termo utilizado para o primeiro parágrafo de reportagens que não usam o lead, trazendo alguma narrativa antes da notícia, seja para envolver o leitor ou situá-lo em relação à notícia.

linguísticas e ideológicas do jornalismo fazem com que a sua principal marca seja o **efeito de objetividade, verdade ou real**⁶⁴ (SCHWAAB; ZAMIN, 2014; MOTTA, 2007). A partir de estratégias de linguagem, ele busca ocultar os gestos de interpretação contidos na construção da notícia ou reportagem, criando um efeito de "de-subjetivação do real" (MOTTA, 2007). Este efeito faz com que o jornalismo goze de credibilidade popular e seja considerado pela sociedade enquanto um discurso autorizado. Da posição de enunciação do jornalista, presume-se um papel de "fiscal da verdade" mais do que "produtor de verdade" (como é o caso do cientista, por exemplo). Esta percepção colabora com o efeito de real, porque oculta a presença dos gestos de interpretação na construção da notícia e na prática da editoração.

O discurso jornalístico pode colaborar ativa e explicitamente para reafirmar (e, assim, performar) seus próprios princípios. Um exemplo é o seguinte enunciado, publicado no número 36 da *Sexyterapia*: "Sem tomar posições - como é de praxe em nosso trabalho -, e com a maior imparcialidade possível, acreditamos que sexo e amor significam uma permuta recíproca de ternura, carinho e prazer" (FOCK, 1979, p. 15). Neste enunciado, a *Sexyterapia* performatiza sua própria imparcialidade, reafirmando-a, mesmo que use logo em seguida o verbo "acreditar", que implica a presença do sujeito que admite um enunciado como verdadeiro e, portanto, marca uma posição de enunciação que não parte do Absoluto. Mesmo que a absoluta imparcialidade seja proclamada, ela jamais se concretiza. A perspectiva da AD nos mostra que tomar ou não posição não é uma escolha — não há sujeito sem discurso e discurso sem ideologia. O jornalismo, portanto, não escapa à tomada de posição, porque é marcado por gestos de interpretação que perpassam todo seu método de produção.

Os gestos de interpretação podem ser identificados em diferentes lugares e momentos da produção da informação jornalística. Contam a subjetividade do repórter, linha editorial do veículo, cultura jornalística, escolha das fontes e palavras empregadas até a presença da formação imaginária do leitor na construção do texto. Assim como o contexto é entendido pela AD como condição de produção do discurso e, portanto, contido no próprio discurso, o mesmo acontece com o leitor — ele não está localizado do lado de fora. É o que Schwaab (2007, p. 21) chama de "este

⁶⁴ A noção de "efeito" permite pensar teoricamente as estratégias de legitimidade de um discurso (FRANZONI, LISBOA, 2017).

presente/ausente, a quem imaginariamente, mas ao mesmo tempo tão especialmente, cada sentido é estendido e se torna, um efeito de sentido a ser (re)lido e interpretado".

No caso da *Sexyterapia*, o leitor pode ser encontrado já no título. Ela é a única seção fixa da revista cujo título da matéria tem mais ênfase do que o nome da seção — nos demais, os textos possuem títulos pequenos, pouco explorados, com pouca autonomia e destaque gráfico. A ênfase do título enquanto matéria significativa com certa autonomia textual é típica do jornalismo. Ele é o responsável por convidar o leitor para a leitura completa do texto, a partir de um jogo de linguagem "que serve, sobretudo, para construir a cumplicidade entre enunciador e destinatário" (CARREIRA, 2008, p. 11). No caso da *Sexyterapia*, essa cumplicidade e personalidade dos títulos se dá por meio da pergunta. Dos 110 títulos considerados para a análise temática, mais de um terço continham indagações. Enquanto artifício de aproximação, busca colocar de forma simples e direta um questionamento que o leitor, homem cis heterossexual, faria para si mesmo ou para algum colega.

Na maior parte das vezes, não é possível saber, pelo título, o posicionamento que a *Peteca* toma em relação ao assunto abordado na reportagem, como aborto, masturbação e homossexualidade, porque o título traz, de forma direta, uma dúvida que mimetiza aquela dos leitores: "Homossexualidade: anormal ou natural?"⁶⁵, "Fazer de tudo na cama: é normal?"⁶⁶. Isso reflete uma estratégia de abordagem que permeia toda a revista: a proximidade com o leitor, essencial para uma publicação que se sustenta financeiramente pela venda em banca e não pela publicidade. "Se não consigo vender espaço comercial tenho que me apoiar no leitor, nas vendas em bancas. Por isso faço um produto que conversa muito com o leitor, dá conselhos, estabelece intimidade com ele", afirmou Faruk referindo-se à *Peteca* em entrevista ao Boletim Intercom (1980, p. 9).

"Importante é a participação de todos", afirma o editorial no número 37. "Peteca é um verdadeiro clube de amizade, entretenimento e informação!" (PETECA, 1939, p. 1). É este misto de entretenimento com informação que caracteriza a **revista** enquanto produto midiático. Para Scalzo (apud SCHWAAB; TAVARES, 2009, p. 182), as revistas cobrem funções "mais complexas que a simples transmissão de notícias. Entretêm, trazem análise, reflexão, concentração e experiência de leitura". Assim, é

⁶⁵ Título da *Sexyterapia* do número 7 da revista *Peteca* (1977).

⁶⁶ Título da *Sexyterapia* do número 5 da revista *Peteca* (1977).

importante apontar algumas das principais características do jornalismo de revista e sua relação com a AD. Schwaab e Tavares (2009) o fazem enfatizando três pontos principais. São eles o regime de tempo, os fluxos discursivos e os dizeres utilitários. Quanto ao primeiro, os autores apontam que as revistas, sejam semanais ou de periodicidade ampliada, relacionam-se a um "passado de referência" (os números anteriores) e um "futuro de permanência". Isto é, os conteúdos abordados estão fortemente ligados à identidade e à linha editorial da publicação, o que resulta em "enquadramentos que se reiteram, generalizações que sirvam como gancho para a matéria, enfim, informações sobre os temas que movem a revista" (SCHAWAAB; TAVARES, 2009 p. 191). Nestas repetições de ideias que se relacionam entre os números anteriores, conseguimos identificar famílias de paráfrases que, ao serem analisadas de forma conjunta, permitem o acesso às formações discursivas às quais a *Sexyterapia* se alinha, não apenas um número isolado.

No segundo ponto, Schwaab e Tavares (2009) fazem referência ao fato de que, com os recortes temáticos, o discurso jornalístico está ligado a diferentes campos sociais, "atualizando os mesmos temas ao tempo em que se vive (re)alimentando, interdiscursivamente, os sentidos acerca da vida social" (p. 191). Isso destaca o seu papel ativo na construção das percepções sociais sobre os mais diversos temas, como no caso da sexualidade. Por fim, com dizeres utilitários, os autores apontam para a tematização das soluções para a vida cotidiana apresentada pelas revistas. Isso resulta, muitas vezes, na "fusão entre informação, educação, serviço e entretenimento", como é o caso da *Peteca*.

Neste aspecto, a revista não parte apenas do interesse público para decidir o que vai ser notícia, mas parte **do interesse do público**, em parte averiguado, mas, em essência, **imaginado** em seus principais aspectos, no que toca seus modos de agir e pensar. E pelo caráter de intimidade que a publicação adquire, pelas relações "afetivas" de assinar, escolher e comprar, autoriza-se uma entrada naquilo que é de **caráter privado**, tanto no tratamento dos temas – mais uma vez a centralidade do indivíduo, sua saúde física e mental, sua aparência, suas escolhas –, como na transformação disso em matéria jornalística, tal o crescimento do mercado de boatos e celebridades (SCHWAAB, TAVARES, 2009, p. 191. Grifos meus)

Na questão dos dizeres utilitários, destaca-se a proximidade com o público, resultado de uma produção de sentidos focada no indivíduo, e não no coletivo, como acontece com a notícia factual. Assim, no jornalismo de revista, a carta dos leitores

assume outra relevância. A partir da tematização das experiências do sujeito, a revista legitima uma abordagem que ultrapassa os limites daquilo que pode vir a público, entrando em temas sensíveis à vida privada do leitor, como é o caso da sexualidade e suas práticas. Neste cenário, a carta do leitor é central. Além de servir de termômetro para entender o interesse do público, a carta do leitor funciona como fonte jornalística.

5.2 JORNALISMO CIENTÍFICO

Entre o discurso jornalístico e o discurso científico, especifica-se um gênero discursivo ainda mais preciso: o jornalismo científico. Ele surge a partir da demanda pela democratização do saber na sociedade moderna, sendo "um dos deslocamentos sociais da ciência e do próprio jornalismo" (GRIGOLETTO, 2005, p. 30). Em sua tese, Gomes (2000) faz um estado da arte quanto à taxonomia do termo *jornalismo científico*, apontando para a necessidade de diferenciar conceitos geralmente usados de forma intercambiável. São eles: difusão científica (1), disseminação científica (2), divulgação científica (3) e jornalismo científico (4). De acordo com as conclusões da autora, **difusão** científica (1) é um guarda-chuva sob o qual estariam todos os discursos que envolvem a dispersão do conhecimento científico ou tecnológico. Já a **disseminação** científica (2) tem como objetivo fazer essa difusão especificamente para outros especialistas, como no caso dos artigos científicos veiculados em revistas acadêmicas. A **divulgação** científica (3), por sua vez, tem em vista a divulgação para um público mais amplo, e pode ser feita tanto por especialistas, como no caso de um artigo escrito por um cientista e veiculado em um jornal, quanto por não-especialistas. Caso essa divulgação realizada por não-especialistas seja feita a partir do discurso jornalístico, aí sim passa a denominar-se **jornalismo** científico (4).

A autora também frisa que o jornalismo científico não deve ser tomado apenas pelo veículo no qual está inserido. Isto é: nem todo conteúdo dentro de uma revista de divulgação científica, por exemplo, é jornalístico. Um artigo redigido por um cientista a partir da estrutura de artigo científico, com foco em atingir seus pares, não é considerado jornalístico. E o contrário também vale: um artigo escrito a partir do discurso jornalístico não deixa de sê-lo apenas porque foi veiculado em um lugar diferente — como no caso de uma revista pornográfica.

Gomes observa que a elaboração destes conceitos por diversos pesquisadores sempre leva em consideração dois pontos: a linguagem e o público-alvo.

Ao que parece, quando os especialistas em comunicação destacam o papel do público-alvo e, em consequência, da natureza da linguagem na conceituação de divulgação científica e dos correlatos difusão científica, disseminação científica e jornalismo científico, estão reconhecendo a função de co-enunciador do destinatário (o público-alvo), que interfere na produção do discurso a ele dirigido e, portanto, na linguagem utilizada. (GOMES, 2000, p. 7)

Estes dois pontos são fundamentais para pensar nos elementos que produzem a **passagem** do discurso científico para o discurso jornalístico. Para caracterizá-la, diferentes pesquisadores apresentam diferentes terminologias, ainda que os conceitos sejam semelhantes. Motta-Roth e Scherer (2016), em consonância com Fairclough (1992), principal nome da Análise Crítica do Discurso (ACD)⁶⁷, reforçam o papel da mídia enquanto “recontextualizadora”, isto é, um gênero discursivo que medeia a transição de textos de um contexto primário (no caso, os livros e artigos científicos) para um contexto secundário (público não-especialista). Já Maingueneau (2015) fala sobre a *dublagem* que os “gêneros menos nobres”, como o jornalismo, promovem sobre os discursos constituintes. Desta dublagem, infere-se o sentido de tornar compreensível, a partir da linguagem, algo que não o é. Já Gomes (2002) trabalha com o termo “retextualização”, expandindo os sentidos de N. Travaglia (1993 apud Gomes, 2002) em sua tese sobre tradução. A escolha é justificada pela autora por conta de um ponto comum ao jornalismo e à tradução: esse, bem como a tradução, “visa à produção de um texto final, a partir do texto-fonte, tentando-se preservar o sentido global do mesmo, ainda que não haja o transporte de um sentido fixo de um código para outro, i.e., de uma língua para outra” (p. 94).

Em todos os conceitos supracitados, este processo de passagem do discurso científico para o jornalístico é apresentado como uma mediação que conecta a ciência produzida pelos especialistas a um público específico, com ênfase para a transformação da linguagem, tendo em vista a formação imaginária dos leitores de cada veículo de comunicação que, como visto em Schwaab (2007), está contida no

⁶⁷ A Análise Crítica do Discurso (ACD) é a vertente anglo-saxã dos estudos linguísticos de orientação discursiva, que tem como autor canônico Norman Fairclough. De acordo com Melo (2009), apesar de operar com as mesmas bases, Pêcheux e Fairclough partem de lugares diferentes, o que implica ênfases e prioridades distintas. Para a ACD, as pesquisas devem exercer práticas de resistência à opressão social. Além disso, na prática, a ACD foca muito mais na materialidade linguística, enquanto a AD entende esta superfície enquanto opaca e útil apenas na medida em que traz pistas que levam o pesquisador para a dimensão discursiva, extratextual.

texto e não em seu exterior, sendo ela mesma uma condição de produção para os gêneros discursivos. No caso do jornalismo científico, ao visar um público que possui menor grau de conhecimento e proximidade com a pesquisa científica em comparação à formação imaginária do público prioritário de textos primários, o discurso passa a levar em conta interesses distintos daqueles dos cientistas. Assim, na hora de produzir o texto, o jornalista promove “operações retextualizadoras” — eliminação, substituição, acréscimo e reordenação de informações — que têm como objetivos principais facilitar a compreensão do público leitor; atender às normas editoriais da empresa e trazer objetividade ao texto, promovendo uma regularização linguística que é própria do jornalismo (GOMES, 2000). A pesquisadora aponta que essas operações retextualizadoras muitas vezes são malvistas pelos cientistas, por conta da apropriação — e não mera reprodução — o que o jornalismo científico promove sobre as informações primárias. Mas Veneu, Amorim e Massarani (2008), que também fazem essa análise, cravam: “mais do que mera distorção do fato científico, o processo de acomodação da informação científica pode seguir a ideologia dos autores e a própria redefinição da informação em um novo espaço, o jornalístico” (p. 9).

Nesse processo de mediação, os discursos de divulgação científica — ou de Popularização da Ciência (PC), na terminologia de Motta-Roth e Scherer (2016)⁶⁸ — mobilizam mais do que apenas o discurso jornalístico e científico. Mobilizam também recursos do discurso pedagógico, o que é bastante enfatizado na *Sexyterapia*. A principal característica deste discurso que compõe a interdiscursividade constitutiva da notícia de PC é a didatização, que é usada para tornar compreensíveis os conceitos científicos (MOTTA-ROTH, SCHERER, 2016). É precisamente este ponto que se soma à simplificação da linguagem para articular a retextualização promovida pelo jornalismo científico, identificado também na *Sexyterapia*.

Enquanto Motta-Roth explicitam o que existe na intersecção entre os discursos jornalístico, científico e pedagógico, Sponholz (2007) aponta, entre aproximações e distanciamentos, o que há nos intervalos entre a ordem da ciência, da mídia e do senso comum. Nesta posição, o jornalismo científico goza do capital simbólico das duas dimensões: o poder/verdade da mídia e o poder/verdade da ciência. Torna-se, assim, uma ponte entre o Absoluto e o público geral — mas não é

⁶⁸ O conceito de processo de popularização da ciência (PC) em Motta-Roth e Scherer (2016), diferentemente de Gomes (2000), já leva em consideração a conexão entre ciência e público prioritário leigo mediado pela mídia de massa.

nem ciência, nem senso comum. É um processo outro de conhecimento da realidade⁶⁹, que está localizado entre estes dois extremos. A pesquisadora compara seis pontos entre os tipos discursivos para mostrar suas aproximações e distanciamentos. São eles: recorte da realidade, função, fonte, método, hipóteses e justificativas.

No primeiro ponto, o jornalismo se difere de ambos. Enquanto a ciência e o senso comum se pretendem universais, ou seja, buscam verdades que possam ser generalizadas, o jornalismo se caracteriza, de acordo com a autora, justamente por tratar daquilo que é particular, exclusivo. Mas esta noção apresentada por Sponholz foca no fato noticioso, o que não é, muitas vezes, a realidade do jornalismo de revista. Neste ponto, Schwaab e Tavares (2009) trazem uma importante contribuição: ao pensar o **tema** enquanto operador de sentidos na revista, ao invés da notícia, apontam que a revista atua como um fio condutor que liga o singular (geralmente presente no gancho da matéria ou contemplado pela experiência dos personagens) ao universal (o desenvolvimento de um tema mais amplo, que vai além do acontecimento particular e usa pesquisas, citações e outros recursos para atingir a noção do universal). Isto é característico da reportagem, que não se atém apenas à notícia (factual).

Quanto à sua função, o jornalismo apresenta intersecções com ambos os campos. Junto à ciência, é responsável pela mediação da realidade; junto ao senso comum, é responsável por fornecer modelos de orientação para a leitura da realidade. Quanto às fontes, todos os tipos discursivos partem da observação e da experiência, mas cada qual é conduzido por uma base diferente. O senso comum está orientado por uma percepção acrítica e naturalizada de conceitos dominantes; o jornalismo, nas informações sobre o caso; já a ciência se baseia em teorias sem contradições⁷⁰.

⁶⁹ Ao falar sobre processos de conhecimento, Sponholz (2007) se refere às "diferentes formas de processar e estruturar os conteúdos vivenciados" (p. 5). Para a autora, a subjetividade é uma característica intrínseca do processo de conhecimento, porque o contato entre sujeito e mundo exterior não se dá de forma direta — o sujeito interage com o mundo com base em interesses. Sponholz frisa que o processo de conhecimento não espelha a realidade, porque "é sempre perspectivo, seletivo e construtivo" (p. 7). Nesta noção, é possível reconhecer também a presença do sujeito althusseriano, sempre *já-assujeitado*, interpelado pela ideologia e, portanto, parcial. Ele é pré-requisito para o processo de conhecimento, que opera a partir deste sujeito ideológico.

⁷⁰ Neste ponto, trava-se um debate. Sponholz (2007) contrapõe Meyer e Meditsch, que argumentam, respectivamente, se o jornalismo tem ou não uma base teórica. A conclusão da autora é de que o jornalista, não sendo especialista, não tem condições (de trabalho, de tempo e de qualificação) para desenvolver um sistema teórico sem contradições internas, o que é basilar à noção de teoria. Isso não o impede, porém, de desenvolver hipóteses a serem comprovadas ou refutadas, tal como ocorre no discurso científico.

Quanto ao método, o senso comum o dispensa, enquanto o jornalismo e a ciência usam métodos diferentes. O método jornalístico se pauta na apuração e checagem das informações, lógica interna que o opõe ao senso comum. Ainda assim, sua formulação de hipótese se restringe à pauta. Já a ciência, baseada em teorias sem contradições, formula hipóteses a partir de um acúmulo de saberes sobre o tema muito mais amplo e mais rigoroso do que o processo jornalístico. As hipóteses, portanto, são tratadas como evidentes no senso comum, enquanto no jornalismo e na ciência, precisam ser comprovadas. Por fim, as justificativas: o senso comum as dispensa, por considerar seu conhecimento enquanto evidente e natural. Já o jornalismo e a ciência precisam colocá-las à prova (SPONHOLZ, 2007).

Assim, a *Sexyterapia* se constrói fundamentalmente a partir da posição de enunciação do jornalismo. A palavra-chave que caracteriza a coluna, por diversas vezes enfatizada em editoriais, é informação sexual — a mesma orientação que conduz o trabalho do jornalista. A justificativa da revista *Peteca* quanto à sua própria existência pode reduzir-se à palavra **desinformação**. Seu propósito, como colocado em editoriais, reportagens e nas falas de Faruk, é combater a desinformação sexual que assola a população brasileira, sobretudo os jovens. O que importa não seria o seu consumo pornográfico: a pornografia é tida enquanto chamariz. O verdadeiro produto entregue ao leitor, afirma a *Peteca*, é a **informação**. É neste sentido que a *Sexyterapia* ocupa um lugar de prestígio. Como apontado anteriormente, ela é o que permite à *Peteca* fazer uso dessa justificativa — e o faz porque é fundamentada no **discurso jornalístico**. Como narra Faria em sua autobiografia:

Um agitador na época teria dito: "Eu não vou colaborar com revistas que dão informações pseudo-científicas". Aí eu respondi: "Então vamos deixar os jovens sem qualquer informação, pois os tratados científicos estão empoeirados nas livrarias ou velhas bibliotecas. **Essas pesquisas podem ser passadas ao público numa linguagem coloquial, honesta e acessível. Jornalismo é isso**". (FARIA, 2002, p. 52. Grifos meus)

Para Motta-Roth e Scherer (2016), esse processo de apropriação do discurso científico pelo jornalismo é estabelecido por meio de dois níveis: o textual (intertextualidade) e o discursivo (interdiscursividade). A primeira aponta para a construção de um texto a partir de outros, como o uso citações identificáveis. Já a interdiscursividade se refere à esfera extratextual, dialógica, que a partir da Análise

do Discurso, nos permite identificar as formações discursivas que operam em determinado texto. O raciocínio é semelhante àquele usado por Maingueneau (1997) ao falar em termos de *heterogeneidade mostrada* e *heterogeneidade constitutiva*. No primeiro, o autor refere-se às "manifestações explícitas, recuperáveis, a partir de uma diversidade de fontes de enunciação"; quanto ao segundo, refere-se àquilo que não é marcado na superfície textual, "mas que a AD pode definir, formulando hipóteses, através do interdiscurso, a propósito da constituição de uma formação discursiva" (MAINGUENEAU, 1997, p. 75). No caso do jornalismo científico, a dimensão intertextual a partir do uso de discursos relatados é uma de suas marcas (GOMES, 2000). No papel de discurso mediador, necessita do conhecimento produzido pela ciência enquanto fonte de informação.

5.2.1 O uso das fontes

O discurso jornalístico, ao assumir enunciados que o posicionam enquanto "legitimador" e não "produtor de verdades", é completamente dependente de discursos externos — ainda que, ao promovê-los, imprima o que lhe é próprio em todos eles (FISCHER, 2015). Essa interdiscursividade consciente funciona, principalmente, a partir do uso de fontes. Em uma revisão sistemática de pesquisas e manuais de redação, Schmitz (2011) sintetiza o conceito de "fontes de notícias" da seguinte forma:

Fontes de notícias são pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, credíveis ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia. (SCHMITZ, 2011, p. 20)

O conceito de Schmitz deriva de uma matriz por ele criada que organiza de forma taxonômica as fontes jornalísticas de acordo com sete critérios, conforme reproduzido no Quadro 12.

QUADRO 12 - MATRIZ DA TIPIFICAÇÃO DAS FONTES DE NOTÍCIAS SEGUNDO SCHMITZ (2011)

CATEGORIA De acordo com a distância em relação aos fatos	PRIMÁRIA Fonte factual. Envolvimento direto com os fatos
	SECUNDÁRIA Fonte interpretativa. Envolvimento indireto com os fatos
REPRESENTATIVIDADE De acordo com a origem ou contextualização de quem informa	OFICIAL Alguém em função ou cargo público que se pronuncia por órgãos mantidos pelo Estado e preserva os poderes constituídos, bem como organizações agregadas
	EMPRESARIAL Representa uma corporação empresarial da indústria, comércio, serviços ou do agronegócio
	INSTITUCIONAL Representa uma organização sem fins lucrativos ou grupo social
	INDIVIDUAL Representa a si mesma. Pode ser uma pessoa comum, uma personalidade política, cultural, artística ou um profissional liberal, desde que não fale por uma organização ou grupo social
	TESTEMUNHAL Representa aquilo que viu ou ouviu, como partícipe ou observador. Serve de álibi para a imprensa
	ESPECIALIZADA Pessoa de notório saber específico (especialista, perito, intelectual) ou organização detentora de um conhecimento reconhecido
	DE REFERÊNCIA Fontes de consulta. Aplica-se à bibliografia, documento ou mídia que o jornalista consulta. Trata-se de um referencial que fundamenta os conteúdos jornalísticos e recheia a narrativa, agregando razões e ideias
AÇÃO	PROATIVA

De acordo com o grau de engajamento/interesse no valor da informação	Produz e oferece notícias prontas, ostensiva e antecipadamente
	ATIVA Menos ostensiva, mas mantém regularidade no relacionamento com a mídia e uma estrutura profissional de comunicação
	PASSIVA Contempla as referências, mas também organizações, grupos e pessoas que se manifestam somente quando consultadas por repórteres
	REATIVA Posição inerte, preventiva e defensiva. Não se expõe espontaneamente para a mídia, age discretamente, sem chamar a atenção
CRÉDITO De acordo com a identificação na reportagem	IDENTIFICADA Há a identificação da fonte (nome, status, profissão, cargo, função ou condição e a quem/ao que representa)
	SIGILOSA A fonte não é nomeada nem há indicação da sua identidade funcional
QUALIFICAÇÃO De acordo com a sua credibilidade, proximidade e relação com os jornalistas	CONFIÁVEL Mantém com os jornalistas uma relação estável. É acessível, articulada, disponibiliza declarações ou dados corretos e verdadeiros na hora esperada ou rapidamente
	FIDEDIGNA Está acima de qualquer suspeita. Exerce seu poder pela posição social, inserção ou proximidade ao fato
	DUVIDOSA Ocupa uma posição que pode conferir-lhe crédito, mas as informações dadas são consideradas pelo jornalista como provisoriamente verdadeiras, até que haja mais provas

Fonte: Adaptado de Schmitz (2011)

Ao analisar todas as fontes citadas nas 14 reportagens da *Sexyterapia*, vemos o uso de dois tipos de fonte. As primeiras são as fontes primárias e individuais, usadas

para humanizar a narrativa jornalística (CHAPARRO, 2009 apud SCHMITZ, 2011). Na coluna, elas estão presentes pelas cartas dos leitores que iniciam toda reportagem. Depois, ao longo do texto, predominam as fontes de referência, que aparecem de duas formas diferentes: a partir de citações diretas ou indiretas, mas creditadas; ou pela referência sem crédito, fruto da absorção das ideias pelo jornalista, que as reproduz no texto como se fosse, ele mesmo, a origem da informação. É o caso das explicações biológicas sobre a sexualidade feminina. Mesmo sem creditar, é possível identificar que todas as explicações estão de acordo com as fases da resposta sexual feminina tal qual desenvolvidos por Masters & Johnson (M&J), que contempla quatro fases, chamadas fase da excitação, platô, orgásmica e resolução.

O uso das citações é identificado como uma forma de dissimular a mediação jornalística, apagar o jornalista enquanto sujeito do discurso (GOMES, 2000; MOTTA, 2007). Mas as citações não são simplesmente a reprodução da fala do referenciado. As falas, bem como toda informação, são tratadas, recortadas e usadas dentro do contexto da notícia/reportagem, dirigida pelo jornalista.

As citações frequentes, por exemplo, conferem veracidade. São utilizadas para dar a impressão de que são as pessoas reais que falam, que o jornalista não está intervindo. Observe, porém, que ao citar, o jornalista pinça da fala da fonte aspectos que pretende ressaltar dando outra dimensão ao discurso, dirigindo a leitura. As citações encobrem muito bem a subjetividade porque o leitor supõe que elas reproduzem literalmente o que a fonte disse e quis destacar. Produzem a sensação de uma proximidade entre a fonte e o leitor. Dissimulam a mediação (MOTTA, 2007, p. 9)

Na coluna *Sexyterapia* é possível identificar todos os pontos levantados por Motta quanto ao uso das citações como estratégia jornalística de supressão da subjetividade e direção de leitura, com algumas diferenças. Os quotes são oriundos principalmente de documentos, como livros e relatórios, porque todas as fontes apresentadas nos números analisados são estrangeiras e, portanto, pouco acessíveis à época. Neste caso, os quotes reproduzem de forma literal as frases de autoria da fonte — mas nem por isso deixam de ser instrumentos para a direção da leitura. A dissimulação da mediação não se dá apenas na pinça das falas, mas também na própria escolha das fontes: uma escolha é feita em detrimento de outra, com algumas exceções. No caso das chamadas *hard news*, por exemplo, a escolha de certas fontes se impõe como incontornável de acordo com o método jornalístico. É o caso de um

crime — faz parte do protocolo jornalístico, com base no ideal de imparcialidade, entrevistar a defesa e a acusação. Por isso, Sponholz (2008), com base em uma pesquisa empírica sobre o método jornalístico, afirma que a escolha das fontes é muito determinada pelo enquadramento. Ela o divide em três tipos: temáticos, de acontecimento ou de conflito. O enquadramento temático é o que se mostrou mais flexível na escolha das fontes, envolvendo tanto pessoas afetadas pelo problema, oficiais, experts e outros. A proposta da *Sexyterapia* se enquadra no eixo temático — por isso, o olhar para as fontes é ainda mais importante para a compreensão das formações discursivas: implica a existência dessa maior liberdade em sua escolha. Assim, o fato de Nina Fock repetir diversas vezes as mesmas fontes, como veremos a seguir, demonstra alinhamento em relação às formações ideológicas trazidas por seus discursos. Como aponta Marcuschi (apud GOMES, 2000, p. 172), “apresentar ou citar o pensamento de alguém implica, além de uma oferta de informação, também uma certa tomada de posição diante do exposto”.

Em sua tese, Gomes (2000, p. 169) identifica que “a grande estratégia adotada pelos jornalistas especializados em ciência” é redigir o texto baseando-se quase que integralmente na fala dos especialistas, alternando entre citações diretas e indiretas, criando o efeito de des-subjetivação do jornalista. Na *Sexyterapia*, essa estratégia se abranda: o uso de citações diretas é reduzido, conforme já explicado, enquanto o uso de citações indiretas se faz presente. Mas além disso, a estratégia se abranda por conta do caráter de proximidade com o leitor, que é característico da revista. Se Nina Fock faz a dublagem da ciência, não é para tornar a ciência acessível *per se*, mas sim porque sua linha editorial traz como valor a ideia de que a educação, com base na ciência, é o caminho para elucidar as dúvidas e dores de seus leitores. A divulgação da ciência, portanto, não é seu fim — mas seu meio. Por isso, diferentemente do objeto de análise de Gomes (2000), a revista *Ciência Hoje*, a *Sexyterapia* apresenta uma maior dispersão da fala dos especialistas, que são intercaladas com considerações de Nina Fock, visando conectar as angústias e perguntas de seu público às explicações científicas. Essas considerações de Fock, porém, não deixam de lado o discurso jornalístico: preza-se por uma linguagem neutra, evitam-se termos que marquem a presença de Nina Fock na enunciação do discurso, prezando pelos recursos que propiciam o efeito de objetividade. Soma-se a isso o fato de que Nina Fock é um pseudônimo criado justamente para ocultar a evidência de algumas fontes — no caso, os especialistas locais — e do próprio

jornalista, Nelson Faria. Há, além dos efeitos do discurso jornalístico, também certa intencionalidade refletida sobre o apagamento das marcas do enunciador.

No quadro a seguir estão discriminadas todas as fontes identificadas a partir da intertextualidade que são citadas nas 14 reportagens analisadas, com o número de menções, nome da fonte, profissão, nacionalidade, pesquisa mencionada, seu ano de publicação e o ano da primeira tradução para o português. Quando há a indicação de "ST" é que não houve tradução para o português (sem tradução) — já quando há “- -”, significa que o texto-base específico utilizado pela *Sexyterapia* para fazer menção ao autor não foi identificado.

QUADRO 13 - FONTES DA COLUNA SEXYTERAPIA

MENÇÕES	NOME	PROFISSÃO	NACIONALIDADE	PESQUISA	ANO	BR
5	Shere Hite	Sexóloga	Estadunidense / Alemã	O Relatório Hite	1976	1976 ⁷¹
4	Alfred Kinsey	Sexólogo	Estadunidense	Escala Kinsey	1948	ST
3	Masters & Johnson	Médico e psicóloga	Estadunidenses	Human Sexual Response	1966	1970
2	Freud	Psiquiatra	Austríaco	- -		- -
1	Manfred F. DeMartino	Psicólogo	Estadunidense	Sex and the Intelligent Women	1974	ST
1	Irwin Strassman	- -	Alemão	- -	- -	- -
1	Robert Kistner	Ginecologista	Estadunidense	- -	- -	- -
1	Bárbara Seamam	Socióloga	Estadunidense	Liberdade e Mulher	1972	- -
1	Willhelm Stekel	Psiquiatra	Austríaco	- -	- -	- -
1	Germaine Greer	Escritora	Australiana	- -	- -	- -
1	Simone de Beauvoir	Escritora	Francesa	O segundo sexo	1949	1960 ⁷²

Fonte: A autora (2021).

⁷¹ A venda do livro de Shere Hite foi proibida até 1978 pela ditadura militar, e depois desta data passou a ser vendido com uma tarja preta e com o aviso “venda proibida para menores de 18 anos” (SILVA, 2013).

⁷² Conforme Borges (2013), “a data da primeira publicação de *O segundo sexo* no Brasil não consta no depósito legal da Biblioteca Nacional, nem no banco de dados da editora Nova Fronteira, que detém os direitos sobre o livro” (p. 5). Em sua pesquisa, porém, a autora estima que ele tenha sido publicado em 1960.

Partindo apenas da análise das fontes, é possível apontar três pontos principais: 1) a predominância dos saberes estrangeiros 2) a contemporaneidade das discussões da *Peteca* no contexto da segunda onda da sexologia e 3) a afinidade com a ideologia feminista.

O primeiro ponto parte da observação de que a totalidade das fontes são estrangeiras. Mais da metade são estadunidenses (54,54%) e os demais se dividem entre europeus: dois psiquiatras austríacos, um alemão e a francesa Simone de Beauvoir. A soberania das epistemologias euroamericanas sobre os saberes produzidos a partir de realidades geolocalizadas no Sul global é uma das principais críticas do pensamento decolonial. E o uso de fontes estrangeiras não é a única marca desta soberania que pauta o jornalismo científico e extrapola a *Sexyterapia*. Massarani e Moreira (2009) apontam que, mesmo nos dias atuais, boa parte da cobertura científica é pautada pela agenda estrangeira, baseada naquilo que é produzido nos países do Norte global, "dando-se, em muitos meios de comunicação, espaço reduzido à produção científica nacional, aliado a uma articulação reduzida com as necessidades locais" (p. 108).

Para Grosfoguel (2007), a não-descentralização das epistemologias faz com que sejam sempre produzidos saberes *sobre* os subalternos, mas não *a partir* deles. Nas reportagens sobre a sexualidade feminina, cita-se muito o *Relatório Hite*, por exemplo, que traz estatísticas sobre a situação da mulher norte-americana, mas não há menção à obra de Rose Marie Muraro, pesquisadora brasileira que desde o início da década de 1970 produz teoria sobre a sexualidade feminina, culminando na publicação do livro *Sexualidade da Mulher Brasileira*, em 1983. A experiência da mulher estadunidense é importada para versar, com autoridade, sobre a experiência da mulher brasileira — mas de forma relacional. Ao contrário da percepção de Massarani et al. (2007), ao apontarem que geralmente observa-se uma preocupação insuficiente do jornalismo científico em relacionar as pesquisas científicas internacionais com o contexto e a realidade locais, a *Sexyterapia*, muito por conta de suas particularidades editoriais, o faz. Ao prezar pela proximidade com o público e buscar solucionar dúvidas reais de leitores engajados através das reportagens, Nina Fock está constantemente atenta ao contexto nacional. No texto, isso se reflete na costura das informações e dados estrangeiros com aspectos relevantes para a cultura brasileira, como é o caso do machismo, frequentemente colocado em discurso como uma particularidade nacional, como será visto no próximo capítulo. E isso é feito

porque, de fato, Nelson Faria, conforme apontou Faruk, tinha três fontes de confiança da área da saúde local, que o auxiliavam a fazer essa costura com a realidade nacional, mas que não queriam ter seus nomes revelados por conta do tabu relacionado à temática. A partir da entrevista com Khatib, portanto, é possível apontar que o uso prioritário das fontes internacionais também deriva da impossibilidade de usar fontes próximas e do desconhecimento e/ou falta de acesso às pesquisas nacionais.

De toda forma, a recorrência de citações dos "países desenvolvidos" como modelo fazem com que o uso de fontes estrangeiras também produza nas reportagens um efeito de autoridade. Traquina (2001) aponta que os critérios de avaliação de uma fonte pelo jornalista levam em conta três pontos principais: 1) autoridade; 2) produtividade e 3) credibilidade. A citação exclusiva de fontes estrangeiras também pode ser considerada, portanto, um sintoma da ação da colonialidade do saber, definida como "um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias" (p. 3). Isto é: cria-se uma hierarquia entre os conhecimentos produzidos no Norte (dominantes) e aqueles do Sul global, como é o caso do Brasil. Assimilamos que a produção estrangeira é superior e, portanto, a fonte estrangeira traz mais autoridade e credibilidade (e, pela notoriedade, passa a sensação de maior produtividade) ao material jornalístico. Como efeito deste quadro, Cardoso aponta:

A mídia, ao privilegiar a cultura internacional, acentua a experiência na matriz de poder colonial vivendo sob uma dominação silenciosa imposta ontem pelo mundo europeu e hoje euroamericano. Essa dominação, na abordagem de Grosfoguel, fica caracterizada pelo sentimento de inferioridade e de dependência por parte de países outrora colônias em relação às nações chamadas desenvolvidas (CARDOSO, 2016, p. 12).

O fato de mais da metade das fontes serem não apenas estrangeiras, mas especificamente norte-americanas, não é arbitrária. O uso da produção científica estadunidense é uma das características da ascensão da segunda onda da sexologia no Brasil. Esse momento, aponta Russo (2013), se formou a partir de um duplo descentramento nos anos 1960 - 1970. Primeiramente, geográfico: os cânones da literatura sobre o sexo passaram dos europeus, como Freud, aos estadunidenses. Depois, temático: enquanto na primeira onda sexológica o foco eram as perversões,

compreendidas enquanto práticas sexuais não-reprodutivas que iam da masturbação à homossexualidade, na segunda onda sexológica o foco se volta para a sexualidade normativa, circunscrita ao casal cis heterossexual. Isso porque os anos 1960 e 1970 foram marcados pela disjunção entre sexualidade e reprodução, levando as minorias sexuais (notadamente mulheres e homossexuais) a buscarem afirmação política contra o discurso médico. Neste contexto, as discussões sobre as perversões se deslocam para o campo político, fazendo com que o campo médico se debruçasse, então, sobre a "sexualidade normal". São dois os marcos teóricos que impactam esta conjuntura: Alfred Kinsey, com a publicação dos livros *Sexual Behavior in the Human Male* (1948) e *Sexual Behavior in the Human Female* (1953), que "trouxeram para o interior da conjugalidade heterossexual comportamentos antes vistos como transgressores ou anormais" (RUSSO, 2013, p. 169); e as pesquisas de Masters & Johnson, as quais afirmavam que os problemas sexuais diziam respeito ao casal e, portanto, deveriam ser tratados de forma conjunta.

Assim, é importante notar como a *Sexyterapia* reflete os principais pontos que caracterizam a segunda onda da sexologia brasileira. Contemporânea, é aliada da abordagem que Russo et al. (2013) descreve como sexologia educacional — que ao lado da medicina sexual e da sexologia clínica, formaram um *continuum* que constituiu o campo da sexologia no Brasil nos anos 1970, exaltando o papel dos especialistas da ciência para abordar assuntos relacionados à sexualidade, cujo discurso flertava mais abertamente com o campo moral.

Por fim, é possível inferir, a partir das fontes, a afinidade da *Sexyterapia* com o discurso feminista — o que será reafirmado com a análise integral das reportagens no próximo capítulo (Capítulo 6). Das 11 fontes citadas nas 14 reportagens analisadas, mais de um terço (36,36%) é explicitamente feminista: Shere Hite, Bárbara Seaman, Germaine Greer e Simone de Beauvoir. Além disso, as duas fontes mais citadas, Hite e Kinsey, são reconhecidas por abalar as pesquisas sobre sexualidade a partir de um viés progressista, trazendo o foco sobre duas minorias de poder: mulheres e homossexuais. Com o *Relatório Hite* (1976), a pesquisadora teceu uma crítica sobre a forma como as pesquisas sobre a sexualidade eram conduzidas. "Raramente houve qualquer reconhecimento de que a sexualidade feminina possa ter uma natureza complexa própria, que seria mais do que apenas a contrapartida lógica (do que

pensamos como) sexualidade masculina"⁷³, afirma a autora no prefácio (p. 13). Já com a *Escala Kinsey*, publicada no livro *Sexual Behavior in the Human Male* (1948), o pesquisador apontou que a sexualidade humana não é binária (homo ou heterossexual) e sim uma escala de sete graus e que é possível variar sua orientação sexual ao longo da vida, colocando em xeque o suposto caráter imutável da sexualidade humana. Em todas as reportagens, o uso enfático de ambos os pesquisadores é denotado positivamente, ressaltando a disrupção que trazem ao campo como uma novidade libertadora.

A terceira fonte mais usada, os relatórios de Masters & Johnson, também são pesquisas que foram bem recebidas pelo movimento feminista por conta de "sua recusa em tratar a sexualidade feminina simplesmente como um reflexo da sexualidade masculina" (ROBINSON apud SENA, 2007, p. 19). De forma subjacente, porém, seus estudos trazem uma defesa do casamento monogâmico, conforme aponta Sena (2007), ao mostrar que os estudos e a proposta de abordagem terapêutica se dão dentro da unidade conjugal. É a mesma conclusão que chega o historiador Paul Robinson (1976 apud SENA, 2007), que ao analisar os relatórios de M&J, os descreve como sendo de orientação matrimonial, biologicamente funcional e defensores do casal e casamento monogâmico.

No caso do jornalismo de revista, cujo tema é o operador de sentido e, em certos casos, há mais liberdade na escolha das fontes, esta escolha implica uma tomada de decisão por parte do jornalista, que se dá a partir de uma combinação de fatores intrínsecos às condições de produção do discurso, como vistos anteriormente. A partir da entrevista de Khatib (2021, APÊNDICE B), foi possível identificar que, no caso da *Sexyterapia*, esse caráter progressista não partiu de um projeto editorial formal — isto é, de diretrizes refletidas e intencionais que tinham como objetivo colocar a *Peteca* em um espectro ideológico progressista. Ele surgiu, principalmente, a partir da subjetividade de Nelson Faria. Khatib afirma que a única diretriz editorial era que as informações da coluna precisavam ter respaldo científico. Neste cenário, Faria poderia ter buscado diversas fontes científicas com diferentes posicionamentos em relação à sexualidade. Mas sendo Faria um homem homossexual sensibilizado pelas reivindicações de minorias de poder, e ocupando um cargo de autoridade na revista,

⁷³ Tradução livre. "There has rarely been any acknowledgment that female sexuality might have a complex nature of its own which would be more than just the logical counterpart of (what we think of as) male sexuality" (HITE, 1976, p. 13).

mais longe, portanto, de possíveis constrangimentos exercidos por superiores, seu ativismo impactou na busca por fontes que fossem favoráveis aos direitos destes grupos. Esse caso, porém, não pode ser generalizado: não é possível concluir que jornalistas sensibilizados em relação a determinados temas tenham, necessariamente, condições de produzir reportagens igualmente sensibilizadas ou engajadas. Isso porque são vários os fatores que impactam na escolha das fontes, que vão desde a linha editorial, os constrangimentos aos quais os jornalistas são submetidos nas redações, até as condições de produção socio-históricas. Por exemplo, um estudo do grupo *Jornalismo e Gênero* da Universidade Federal de Ponta Grossa (UEPG), organizado por Karina Janz Woitowicz e Paula Melani Rocha, analisou textos publicados em nove veículos de comunicação, sendo cinco revistas femininas (*Capricho*, *Gloss*, *Nova*, *Cláudia*, *Lola*, *Women's Health*), uma masculina (*Men's Health*) e dois veículos diários impressos de Ponta Grossa (*Diário dos Campos* e *Jornal da Manhã*) e um de Curitiba (*Gazeta do Povo*). Um dos resultados da análise foi que, mesmo havendo equidade entre a quantidade de homens e mulheres nas redações de jornais, as escolhas editoriais ainda seguiam o padrão dominante.

Diante dos dados e elementos analisados, notou-se um tratamento recorrente dos meios de comunicação que confirmam um maior protagonismo masculino e a tendência à invisibilidade das mulheres. Dos três jornais considerados, observou-se um equilíbrio na presença de mulheres como jornalistas, produtoras de conteúdo. No entanto, esta simetria não reflete as escolhas editoriais, que revelam visível desigualdade na presença e no tratamento das fontes de informação, em que se reproduzem determinadas representações do masculino e do feminino. (ROCHA, WOITOWICZ, 2014, p. 141)

Já Costa (2018), ao analisar reportagens escritas por um grupo de jornalistas feministas em um veículo especializado no enfoque de gênero, encontrou a construção de práticas jornalísticas engajadas com a causa feminina, que "valorizam os atributos historicamente relacionados ao feminino, em oposição aos tradicionais masculinistas" (p. 197). De toda forma, não é possível afirmar de forma generalizada o impacto da subjetividade do jornalista, porque ele não é o único fator em jogo na construção da notícia — cada caso precisa ser analisado levando-se em conta suas condições de produção. Assim, no caso específico da *Sexyterapia*, a subjetividade particular do jornalista teve impacto na escolha das fontes de um mesmo perfil

ideológico, que resultaram em reportagens alinhadas a discursos específicos⁷⁴, como será visto no capítulo a seguir. Este tipo de observação "só pode ser verificado após o andamento da pesquisa, pois não era uma condição inerente e que se pudesse tomar como premissa" (COSTA, 2018, p. 197).

Os três pontos inferidos a partir do uso das fontes encontram eco nas análises realizadas a partir da leitura completa das reportagens. No próximo capítulo, será explicitada a emergência de formações discursivas que revelam o posicionamento da *Sexyterapia* em relação a produção de saberes sobre o prazer sexual feminino, alinhada com um projeto dentro daquilo que vamos chamar de modernização conservadora.

⁷⁴ Em seu livro de memórias, fica evidente a discriminação que Faria sofreu ao longo da vida por ser homossexual, o que piorou depois de ser identificado com HIV. Para construir sua defesa particular da homossexualidade, Faria cita em sua autobiografia as mesmas fontes que tanto aparecem na *Sexyterapia*: Freud, Alfred Kinsey, Masters & Johnson e mais (BARROS, 2002).

6 O PRAZER SEXUAL FEMININO

Ao compreender o sexo enquanto tecnologia (FOUCAULT, 1999), ou seja, um sistema de práticas investido de racionalidade estratégica (VILLADSEN, 2014), podemos nos engajar em um processo de desvelamento dessas racionalidades a partir da análise de seus discursos. Este capítulo trará os resultados da leitura discursiva de 14 reportagens da coluna *Sexyterapia* (Quadro 14) publicadas entre 1976 a 1981, com foco nas reportagens que abordam o prazer sexual feminino. A partir da análise temática apresentada no Quadro 11, foram selecionadas as reportagens que versam sobre os temas Sexualidade Feminina, Lesbianidade e Bissexualidade, presumindo que no primeiro tema prevalece a noção de mulher enquanto categoria exclusivamente heterossexual, hipótese que foi comprovada durante as análises. A sexualidade feminina está em pauta também em outras categorias, mas para a delimitação do *corpus*, optei por aquelas cujo tema ocupa uma posição central. Vale apontar que a reportagem do terceiro número, intitulada *Com a queda do "tabu" da virgindade: as mulheres estão ficando mais "sexy" ou fáceis demais?*, apresenta formato de artigo traduzido e assinado — anterior, portanto, ao padrão assumido pela *Sexyterapia* a partir do número 7, sempre assinado por Nina Fock. Optei por mantê-lo no quadro de análises porque o texto não diverge do posicionamento adotado pela revista a partir da criação de Nina, nem do formato baseado em fontes científicas bibliográficas (Quadro 14).

QUADRO 14 - TEXTOS ANALISADOS

EDIÇÃO	ANO	TÍTULO
3	1976	Com a queda do "tabu" da virgindade: as mulheres estão ficando mais "sexy" ou fáceis demais?
18	1978	Como conduzir a mulher ao prazer? (Ela também tem direito ao orgasmo) ⁷⁵
36	1979	Como é o orgasmo feminino?
52	1979	Preservar virgindade é pretexto para ocultar frieza sexual?
59	1980	Conheça tudo sobre o orgasmo feminino
64	1980	Bissexualidade: é possível amar os dois sexos?
65	1980	A identidade bissexual e seu desempenho
67	1980	Como conduzir a mulher ao orgasmo?
69	1980	Lesbianismo: moda ou contestação?
72	1980	Frigidez feminina: existe mesmo isso?
87	1981	Maiores dúvidas dos rapazes sobre a sexualidade feminina
88	1981	Conheça melhor a excitação e o orgasmo feminino
89	1981	Sexo na menstruação, gravidez & orgasmo
101	1981	Aprenda a fazer tudo aquilo que ela gosta

Fonte: A autora, 2021.

A leitura analítica — cujo desenvolvimento já se iniciou no capítulo anterior — se deu a partir da identificação de elementos intertextuais e interdiscursivos, resultando em famílias de paráfrases que permitiram responder às três perguntas heurísticas, conforme propõe Souza (2014). São elas: "Qual é o conceito-análise presente no texto? Como o texto constrói o conceito-análise? A que discurso pertence o conceito-análise construído da forma que o texto constrói?" (p. 24). Após uma análise inicial, foram selecionados quatro conceitos-análise que relacionam-se ao tema *prazer sexual feminino*. São eles: sexo, machismo, repressão e orientação sexual, conforme desenvolvido nos intertítulos a seguir.

⁷⁵ O título dessa reportagem deu origem ao título desta dissertação.

6.1 SEXO

A palavra sexo carrega consigo uma multiplicidade de sentidos. Etimologicamente, vem do latim *sexus* que, por sua vez, costuma ser indicada como derivação de *seco*, que significa metade, e *secare*, "dividir ou cortar". Doravante, o termo desdobrou-se em outros significados que carregam consigo a marca da divisão que tudo torna dicotômico e binário, como a qualidade de ser homem ou mulher. A palavra pode, ainda, ser sinônimo de genitália (como na expressão "cobrir o sexo") ou ato sexual, a primeira derivação do conceito-análise que será investigada neste intertítulo. Ela é importante para o objetivo deste estudo porque a maneira como o ato sexual é compreendido molda a perspectiva pela qual ele será abordado.

Ao analisar o sentido de "ato sexual", a *Sexyterapia*, o senso comum, bem como alguns trabalhos acadêmicos, presumem que o termo não exige mais explicações. O ato sexual é compreendido enquanto um conjunto de práticas eróticas que envolvem a união genital — geralmente um pênis e uma vagina, também pressupondo que sejam parte de um homem e uma mulher, que se engajam em uma relação a dois⁷⁶. Qualquer prática outra precisa de um complemento para explicitar seu sentido, como "sexo oral", ou é descrita em termos de *preparação* ou *prelúdio*, inferindo que ela não diz respeito ao "ato sexual propriamente dito", como se houvesse uma noção única de roteiro sexual: prelúdio, coito, orgasmo. Seu significado, assim, sofre o mesmo efeito apresentado na introdução desta dissertação em relação ao termo "mulher": ao presumir uma suposta homogeneidade, apresenta, na verdade, apenas o sentido dominante, que no caso do "ato sexual", está de acordo com a ideologia heterossexual.

[...] é importante uma **preparação**, um **prelúdio afetivo**, seguido das carícias que **precedem a penetração**. (FOCK, 1978, p. 17. Grifos meus)

[...] já vimos o quão importante é a **fase de preparação**, dos chamados **jogos sexuais** que envolvem as carícias íntimas, para que se conduza mais facilmente a mulher ao orgasmo. O ponto de excitação, evidentemente, deve ser comum para que se dê início à penetração e **ao ato sexual propriamente dito**. (FOCK, 1980a, p. 16. Grifos meus)

⁷⁶ A questão da monogamia na *Peteca* é abordada na dissertação de Fontoura Júnior (2015), que analisa os discursos sobre o swing veiculados em diversas revistas brasileiras nas décadas de 1970 - 1980, incluindo a revista *Peteca*.

Para a teoria feminista e queer, a heterossexualidade é mais do que uma orientação sexual. Em 1978, a pesquisadora, escritora e feminista radical Monique Wittig escreve seu ensaio *La Pensée Straight* ("o pensamento hétero") no qual propõe a heterossexualidade enquanto "um regime político que se define na submissão e apropriação das mulheres" (WITTIG, 1991, p. 12). A partir da sua posição de mulher lésbica, a autora tem uma visão privilegiada de análise, justamente porque suas vivências desafiam/se opõem às estruturas vigentes — a própria existência da lésbica quebra com a noção de "mulher" enquanto categoria unitária, e da heterossexualidade enquanto regime natural⁷⁷. Preciado também parte do mesmo pressuposto da heterossexualidade enquanto regime político quando escreve seu *Manifesto Contrassexual* (2014). O livro produz uma caricatura espelhada dos mecanismos pelos quais a nossa ordem sexual se desenvolve. Em um exercício de imaginação política, ele reinventa um conjunto de normas que nos conduziriam a uma sociedade contrassexual. E isso é feito, também, a partir do investimento erótico — ou disciplinar, na perspectiva de Louro (2000) — de diversas áreas do corpo que hoje não estão na cartografia hegemônica dos prazeres, como a cabeça.

A vivência dos prazeres demonstra a existência de uma diversidade de zonas erógenas, mas a prevalência de um discurso único, que considera o ato sexual enquanto sinônimo de genitalidade, silencia outras possibilidades. Entre elas, a negligência do que Rich (1980/2012) denomina "o erótico em termos femininos". Assim como Wittig, Rich também explicita a existência lésbica como perspectiva contra-hegemônica capaz de deslocar a compreensão acerca do ato sexual.

Como o termo lésbica tem sido empregado com associações clínicas, limitadas com definição patriarcal, a amizade e o companheirismo feminino são colocados à parte do erótico, **limitando, portanto, o erótico em si mesmo**. Quando, porém, nós nos aprofundamos e ampliamos o conjunto do que definimos como existência lésbica, quando delineamos um *continuum* lésbico, começamos a **descobrir o erótico em termos femininos**: como ele não é confinado a qualquer parte do corpo ou apenas ao corpo em si mesmo; como uma energia não apenas difusa, mas a ser, tal como Audre Lorde chegou a descrever, onipresente no "compartilhamento de alegria, seja física, seja emocional, seja psíquica" e na repartição de trabalho; que o erótico é como a alegria que se fortalece e que "nos faz com menos vontade de aceitar a ausência de poder ou, então, aqueles outros

⁷⁷ Para a autora, o uso das categorias homem e mulher são políticas e econômicas e não "categorias eternas" (WITTIG, 1992, p. 15).

estados adquiridos do ser, que não são nativos para mim, tal como a resignação, o desespero, a depressão e a autonegação. (RICH, 1980, p. 37. Grifos meus)

É preciso, então, buscar recursos que nos permitam pensar sobre essa matriz de inteligibilidade de forma crítica — e aqui entra a noção de tecnologia. Apropriando-se do termo de Foucault, Preciado (2014) explica que o sexo não é um órgão, uma prática, um lugar biológico ou uma pulsão natural, mas sim uma tecnologia de dominação heterossocial. As sensações e afetos relacionados a órgãos específicos (chamados de órgãos sexuais) são, para o autor, uma redução da potência de sexualização do corpo. Assim, Preciado se propõe a quebrar a base do pensamento que leva à dicotomia ligada ao sexo em todas as suas esferas de significado. Ao questionar "o que é sexo?" e situar a resposta além dos limites do discurso biológico ou social, circunscrevendo-o dentro da categoria de tecnologia, Preciado tira a essencialidade do pênis como "único centro mecânico de produção de impulso sexual" (2014, p. 26) e afirma que é possível construir zonas erógenas, justamente porque aquelas que consideramos naturais na verdade são, também, fruto de uma série de investimentos eróticos. A noção vai de encontro ao conceito de sexualidade desenvolvido pela brasileira Marilena Chauí, ainda em 1984. Afirma a pesquisadora:

A sexualidade não se confunde com um instinto, nem com um objeto (parceiro), nem com um objetivo (união dos órgãos genitais no coito). Ela é polimorfa, polivalente, ultrapassa a necessidade fisiológica e tem a ver com a simbolização do desejo. Não se reduz aos órgãos genitais (ainda que possam ser privilegiados na sexualidade adulta) porque qualquer região do corpo é susceptível de prazer sexual, desde que tenha sido investida de erotismo na vida alguém, e porque a satisfação sexual pode ser alcançada sem a união genital. (CHAUÍ, 1984, p. 15)

É neste sentido que, ao construir o conceito de "ato sexual" como reflexo de um sentido natural que presume a união genital entre um pênis e uma vagina, e denominar práticas que fogem deste padrão enquanto "variantes", poderíamos apontar que a construção do sexo, na *Sexyterapia*, está de acordo com o discurso da ideologia dominante. Mas é preciso fazer duas ressalvas. Primeiramente, o fato de a *Peteca* ser uma revista pornográfica voltada ao público masculino cis heterossexual no Brasil dos anos 1970, faz com que dela já seja esperada uma construção de sentidos em conformidade com a ideologia heterossexual. À época, as discussões sobre a heterossexualidade ainda estavam sendo desenvolvidas e começavam a

ganhar mais projeção dentro e fora do discurso feminista⁷⁸. As condições de produção da *Peteca* e sua proposta editorial nos permite esperar, portanto, uma conformidade com o pensamento de sua época. O segundo ponto a considerar é que o ato sexual é apenas uma das etapas consideradas pela *Sexyterapia* dentro da noção de sexo, cuja construção se dá apoiada em um mix de argumentos fisiológicos e sociológicos, cada um acionando fontes diferentes e que acabam por produzir diversos distanciamentos em relação à ideologia dominante, conforme será apresentado a seguir.

Em uma abordagem fisiológica, a coluna aciona a teoria do ciclo de resposta sexual desenvolvida por Masters & Johnson em 1966. A teoria aparece tanto pela ação intertextual (citada, explícita) quanto interdiscursiva (absorvida no texto). Ela divide a resposta sexual em quatro fases: 1) Fase de excitação, na qual há, entre outras características, o umedecimento da vagina e a ereção do pênis; 2) Fase platô, que é o estágio no qual ocorre o intercuro; 3) Fase do orgasmo e 4) Fase final ou de resolução, quando ocorre o relaxamento dos músculos. A teoria de M&J aparece nas reportagens que versam diretamente sobre o orgasmo feminino, buscando explicar como ele acontece fisiologicamente e instruir o homem a identificar quando a mulher está excitada e, depois, se obteve o orgasmo. Ao desenvolver explicações sobre o ciclo, a *Sexyterapia* demonstra uma hierarquia das práticas sexuais. Quando se refere à primeira fase, o faz em termos de “prelúdio”. Entende a fase de excitação enquanto fase de *preparação*. Isto é: como algo que antecede o “ato sexual em si”, este entendido enquanto o coito heterossexual — uma perspectiva que não contemplaria o erótico em termos femininos. Mas mesmo através deste vocabulário (que é uma das marcas pelas quais se expressa a heterossexualidade enquanto sistema político e não apenas orientação sexual), é possível identificar na *Sexyterapia* um projeto de defesa de perspectivas outras, que fogem do considerado normativo à época, e são

⁷⁸ As discussões sobre a heterossexualidade enquanto regime político começaram a ganhar força a partir da publicação de “O Segundo Sexo”, da francesa Simone de Beauvoir, lançado em 1949, traduzido para o português apenas em 1960, mas popularizado apenas em meados da década de 1970. No entendimento de Borges (2005), a ação da censura no Brasil minou a recepção do livro em terras brasileiras, que depois foi retomado pelas mulheres de classe média e intelectualizadas que voltaram do exílio no exterior ou mantinham contato com as exiladas. Outros marcos que pautam o debate sobre a heterossexualidade é a *História da Sexualidade* de Foucault, datado de 1976; o artigo *O pensamento hétero* da também francesa Monique Wittig, que solidifica o conceito de heterossexualidade enquanto regime político, de 1978; o artigo *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*, de Adrienne Rich, de 1980; e o livro *Sexualidade da Mulher Brasileira*, de Rose Marie Muraro, nosso primeiro grande estudo brasileiro, de 1983

colocadas, essencialmente, em defesa dos interesses sexuais femininos. E isso é feito a partir do uso e da apropriação de discursos da pesquisadora feminista Shere Hite.

Shere Hite é a fonte mais citada nas reportagens analisadas — e ela é justamente uma das pesquisadoras que fazem ressalvas e contrapontos à teoria do ciclo de resposta sexual de M&J. Entre as várias críticas tecidas por sexólogas e feministas em relação à esta teoria⁷⁹, está o fato de que o ciclo de resposta sexual é apresentado como o *único* possível, e não um entre *várias* possibilidades. Tiefer (2004) aponta que para participar da pesquisa, foram convocados apenas homens e mulheres que tivessem um histórico positivo de orgasmos a partir da masturbação e do coito heterossexual, o que exclui homens e mulheres sexualmente ativos e responsivos, mas cujos padrões de excitação fisiológica e prazer subjetivo foram deliberadamente excluídos da amostra. Conforme explica Sena (2007), no *Relatório Hite*, usado como fonte na *Sexyterapia*, Shere Hite tece uma crítica à "glorificação do coito" no roteiro sexual, enfatizando que as necessidades femininas seguem uma outra lógica — o que se aproxima muito da ideia de Rich (1980) ao falar sobre o "erótico em termos femininos". Ao constatar que para a sexologia da época, extremamente focada na obtenção do orgasmo, muitos especialistas enquadraram enquanto patológicas as mulheres que não tinham orgasmos durante o coito, Hite questiona:

A pergunta não deveria ser: *Por que as mulheres não estão tendo orgasmo no coito?* mas: *Por que insistimos que as mulheres têm que ter orgasmo no coito?* E por que as mulheres acham que precisam experimentar tudo, exercícios, análises prolongadas, terapia sexual, para ter o orgasmo? (HITE, 1979, p. 154).

Assim, nas reportagens que versam sobre o prazer sexual feminino de forma ampla, o tema é debatido priorizando a perspectiva feminina heterossexual sobre o sexo, com base no *Relatório Hite*, desencadeando uma crítica ao roteiro sexual hegemônico neste cenário. Dos resultados da pesquisa de Hite, a *Sexyterapia* dá destaque para duas informações: a descoberta de que a maioria das mulheres (70%) não sente prazer no intercurso e de que a maioria simula ou já fingiu um orgasmo para seus parceiros. O argumento assume tom de crítica em relação à postura do casal —

⁷⁹ Um compilado das críticas pode ser conferido no artigo *Criticisms of 'the human sexual response cycle' model*, no livro *Sex is not a natural act* de Leonore Tiefer (2004) e também na tese de Sena (2007), *Os relatórios Kinsey, Masters & Johnson, Hite: as sexualidades estatísticas em uma perspectiva das ciências humanas*.

para os homens, a crítica é a de serem egoístas; para as mulheres, de não tomarem as rédeas do próprio prazer, esperando que o orgasmo aconteça de forma espontânea, além da desonestidade de fingi-lo⁸⁰.

Se por um lado é incorreto o macho que chega e vê na mulher simplesmente um buraco para introduzir o pênis e gozar, a mulher não pode esperar que o seu próprio orgasmo "caia do céu". O homem está acostumado a "masturbar-se numa vagina", enquanto uma grande maioria das mulheres fica simplesmente esperando que o seu próprio orgasmo "aconteça". (FOCK, 1980d, p. 16)

Se, por um lado, o homem está preocupado exclusivamente em atingir o seu orgasmo, chegar logo à ejaculação para mostrar que é macho, sem se preocupar com o prazer da parceira, ela tem uma resposta de expectativa, de mera passividade. (FOCK, 1980f, p.16)

De um lado, o homem não pode considerar a mulher como simples "máquina" de prazer, mero objeto sexual - já que a frase é tão usada pelas artistas de cinema ou de televisão. De outro, a mulher que não raciocine e não aja como essa falada máquina, objeto. Sua atitude passiva, de somente "servir" é que mais compromete a situação. Fingir um prazer que não sente, também é ridículo, além de desonesto. (FOCK, 1978, p. 15)

Para solucionar o problema, enfatizando a dimensão pedagógica da coluna, são oferecidas alternativas voltadas especialmente aos homens, seu público prioritário. São elas: 1) ênfase no "prelúdio", 2) variações no roteiro hegemônico e 3) atenção em relação ao orgasmo feminino. No primeiro ponto, nota-se que em todas as reportagens em que há menção às fases de M&J, (seja de forma explícita ou implícita, completa ou em partes), o prelúdio é destacado enquanto essencial para o prazer feminino. A coluna acusa os homens de esquecerem ou dispensarem esta fase imprescindível. Por isso, as recomendações da *Sexyterapia* são de que o prelúdio seja prolongado; de que se preste atenção aos focos sensoriais e zonas erógenas também fora do aparelho genital da parceira (o que conversa com a noção de prazer difuso, não genitalizado); e que se conheça muito bem a fisiologia feminina para que seja possível saber quando a mulher está excitada, garantindo o seu prazer, e quando ela obteve o orgasmo, para não aceitar dissimulações. Neste sentido, as explicações de cunho fisiológico desenvolvidas a partir da teoria de M&J são combinadas com as ideias de Shere Hite, sendo exemplar das estratégias particulares do discurso

⁸⁰ Estes dois pontos serão explorados nos próximos intertítulos, sobre *machismo* e *repressão*.

jornalístico que dissimula a mediação mesmo que esteja, de fato, combinando teorias que, caso estivessem dentro de outra formação discursiva — a científica — não seria possível sem explicitar suas contradições. Retomando Sponholz (2007): esta é uma das diferenças fundamentais entre o discurso jornalístico e o discurso científico. O primeiro, se baseia nas informações sobre o caso; já o segundo, em teorias sem contradições.

O segundo destaque, que também dialoga de forma interdiscursiva com as ideias presentes no *Relatório Hite*, é o estímulo que a coluna promove à participação ativa das mulheres no roteiro sexual, contrariamente a uma passividade socialmente demandada, e também à prática das chamadas "variantes sexuais", que são práticas outras, além do intercuro, ou que fogem do padrão normativo. As variantes (felação, coito anal) e a "posição invertida" (posições sexuais em que a mulher fica em cima do homem) são validadas — sempre contrapostas ao tabu que as rodeia, para explicitar o porquê de sua impopularidade.

Outra técnica muito recomendada pelos psiquiatras é a mudança na posição tradicional do coito, com o homem na posição superior. Esse quadro tem sido assunto de muitas polêmicas, principalmente em se tratando de ultrapassar o bloqueio do tradicional machismo brasileiro. No entanto, sabe-se que essa posição invertida - a mulher na posição superior - **têm constituído a mais correta terapia utilizada por psiquiatras empenhados em salvar casamentos em crise.** (FOCK, 1979a, p. 16. Grifos meus)

Além de muita paciência, é preciso um descontraimento total e completa ausência de preconceitos. Todas as modalidades de variantes e estímulo do impulso sexual devem ser tentadas, no objetivo de chegar-se ao clímax do prazer. (...) De qualquer forma, é preciso estar completamente livre de ansiedade e preconceitos tolos. Tudo é válido no sentido de alcançar a **felicidade sexual, sem dúvida expressão da maior importância no alcance do equilíbrio nos demais setores da existência.** (FOCK, 1980f, p. 17. Grifos meus)

As contraposições de argumentos é um ponto que, ao ampliar a investigação analítica para além do conceito-análise deste intertítulo, torna-se uma construção discursiva recorrente. Em vários momentos em que são identificadas ideias progressistas, elas logo são seguidas ou justificadas por argumentos/posicionamentos

mais conservadores, majoritariamente relacionados ao amor e ao casamento⁸¹, conforme mostram os exemplos a seguir:

Mesmo convergindo para o ideal de casamento, da formação de família — atendendo ao apelo biológico de procriar — sabe-se que o sexo tem outra forma de expressão que não seja exclusivamente a reprodução da espécie. (FOCK, 1979b, p. 16. Grifos meus)

Entre povos superdesenvolvidos, em países como Estados Unidos, França, Inglaterra e outros, essa liberdade de expressão sexual é bastante antiga e jamais se pôde constatar que isso tenha servido para a degeneração ou degradação. Pelo contrário, tudo indica que entre estes povos superdesenvolvidos, **os valores eternos como o trabalho, a família e o espírito religioso continuam mais presentes do que nunca.** (FOCK, 1980b, p. 17. Grifos meus).

De resto, essa preocupação de ser o primeiro, como dissemos acima na questão da virgindade, não deve ser relacionada com o físico. **O importante é ser o primeiro lugar na pureza emocional dessa união.** Essa colocação, sim, é realmente valiosa e duradoura: você poderá ser o primeiro para sempre. (FOCK, 1981a, p. 15. Grifos meus)

Este é um dos pontos que Winckler (1983) considera ao constatar que a *Peteca* reproduz uma das faces da moral burguesa. Defende-se o sexo para além da reprodução, novas posições sexuais, liberdade de expressão sexual e o fim do tabu da virgindade. Por outro lado, mantém-se no horizonte os valores tradicionais como casamento e a família. Essa relação direta entre valores progressistas e conservadores é um exemplo do que Ribeiro (2016) identificou enquanto “modernização conservadora” — uma estratégia na qual as ideias progressistas são integradas lentamente, “de modo a não afetar a tradição e o conservadorismo da sociedade brasileira” (p. 51). Assim, metade das reportagens analisadas (7) fazem apelo ao amor (um valor moral estimado, relacionado à família) como parte fundamental da relação sexual, ponto que está de acordo com o discurso da sexologia dos anos 1970, que fortemente influenciada pelas pesquisas clínicas de M&J, considerava a terapia sexual dentro da unidade conjugal, com fins de melhorar o relacionamento do casal. Na *Sexyterapia*, é em nome deste amor que as relações

⁸¹ A relação entre sexo e amor é um dos traços da modernização burguesa que havia começado ainda no começo do século XX, conforme apresenta Scott (2012, n. p.): “Divulgavam-se, então, os valores da chamada ‘família conjugal moderna’. O amor romântico, pelo menos em termos ideais, ganhou maior relevância dentro do casamento reconhecido pelo Estado e pela Igreja. O próprio discurso de médicos e higienistas (inspirados em ideias já consagradas na Europa) chegava a criticar a separação entre ‘sexo e amor’, advogando a integração de ambos no matrimônio como a forma mais saudável e moralmente recomendável de relacionamento.”

devem ser mais saudáveis e, portanto, levar em conta o prazer sexual feminino, da mesma forma que se leva em conta o masculino. Assim, se a coluna endossa práticas mais libertárias, é porque elas mesmas colaborariam para a manutenção dos "valores eternos".

É nesta marcha, portanto, que o conceito-análise é construído. Calçado em fontes científicas, o sexo é abordado pela sua dimensão fisiológica, a partir de M&J, mas também sociológica, a partir de Hite, pesquisadora que assumidamente têm uma postura de crítica em relação à sexualidade normativa, sendo Hite fortemente influenciada pela 2ª onda do movimento feminista nas décadas de 1960 e 1970 (SENA, 2007). As informações, então, passam pelo crivo de Nina Fock, que direciona a leitura focalizando a insatisfação feminina em relação ao roteiro sexual hegemônico, falocêntrico e heterocentrado.

Assim, ao fazer a terceira pergunta heurística ("a que discurso pertence o conceito-análise construído da forma que o texto constrói?"), temos que o sexo é construído de acordo com o discurso da sexologia, que conforme aponta Chauí (1984), procura substituir a coerção pela *informação* correta, em uma postura pedagógico-profilática. Mas a tomada de posição e a enfática defesa dos direitos femininos ultrapassam a modernização conservadora da sexologia e consegue avançar em acordo com o movimento feminista, o que se evidencia na crítica ao machismo do homem brasileiro e à repressão a qual são submetidas as mulheres — pontos que serão explorados nos próximos tópicos.

6.2 MACHISMO

Lerner (2019) aponta que a adoção de uma nova linguagem "passa a ser um símbolo, um indício de mudança de consciência e de uma nova forma de pensar" (n.p). É o que acontece com o uso do termo machismo, que se impõe enquanto conceito de análise: aparece em 42,6% das reportagens e está associado a um dos principais empecilhos à satisfação sexual feminina. O uso do termo, um dos reflexos do projeto modernizante da *Peteca*, aponta para uma ruptura — é considerado um tipo de masculinidade negativamente conotada, e que deve ser abandonada pelo "homem moderno".

Machismo é mais um dos termos que costuma ser usado de forma indiscriminada como se houvesse um sentido único — é o que aponta Guttman

(2013), ao se debruçar sobre a polissemia do termo. Sua reflexão, feita a partir de uma pesquisa etnográfica realizada em uma ocupação na Cidade do México, demonstra que há várias interpretações e trajetórias históricas em relação ao sentido da palavra, que por vezes abrangem questões que vão além da masculinidade, mesclando raça e classe à análise. É um exemplo a trajetória histórica do termo nos Estados Unidos:

Do outro lado da fronteira, nos EUA, o termo machismo tem uma trajetória explicitamente racista; desde a primeira aparição impressa que encontrei (Griffith 1948:50-51), o machismo não foi associado às características masculinas no geral, mas mais especificamente aos mexicanos, aos mexicanos nascidos nos EUA e homens latino-americanos. O uso contemporâneo mais comum do termo machismo nos EUA muitas vezes serve para hierarquizar homens de acordo com suas presumidas características nacionais e raciais. Tal análise faz uso de presunções inexistentes para fazer generalizações pejorativas sobre traços culturais de homens mexicanos (GUTTMANN, 2013, p. 77)

Para a segunda pergunta heurística, portanto, analisamos a construção do machismo de forma localizada no tempo e no espaço, considerando especificamente as condições de produção da *Peteca*. Dentro desta dimensão interdiscursiva, foram levados em conta os debates do Primeiro Simpósio do Homem, realizado em outubro de 1985. O evento foi um dos espaços pioneiros no país a debater de forma organizada a questão dos homens frente às transformações evocadas pelo movimento feminista — que já somavam, à época, mais de 180 grupos organizados (GRANDINO *et al*, 1986). Estas discussões estão concentradas no livro *Macho masculino homem - A sexualidade, o machismo e a crise de identidade do homem brasileiro*⁸², de 1986, que reúne 18 artigos apresentados no Simpósio, que se propõem a discutir o homem "enquanto ser biológico, psicológico e social. Daí o Macho-Masculino-Homem" (p. 8). Essa vontade de entender o papel desempenhado pelo homem a partir destas três dimensões específicas vai de encontro à proposta da *Sexyterapia*. E, no geral, os discursos se ressoam, demonstrando o quão alinhada aos debates contemporâneos estava a coluna. Em ambos os espaços, falar sobre as transformações no papel dos homens implica falar sobre a sexualidade e a

⁸² O livro traz 18 artigos escritos por médicos, psicólogos, psicanalistas, antropólogos, jornalistas, advogados e outros profissionais. Alguns flertam com o formato acadêmico, trazendo referências e teorizando os temas abordados, enquanto outros apresentam reflexões gerais — por vezes, bastante pessoais — sobre a situação do homem, seu corpo, identidade e experiências.

necessidade de abandonar um "modo de ser" masculino específico, expressado pelo termo "macho".

Assim, é possível apontar que o machismo, no contexto da *Sexyterapia*, é entendido principalmente pelo viés cultural. O termo é usado para denominar um tipo de masculinidade que cultiva a virilidade e colabora ativamente para a subalternização das mulheres. No âmbito sexual, o macho é descrito como um homem que limita os prazeres a uma única zona erógena (o pênis), e preocupa-se excessivamente com um aspecto específico de seu desempenho sexual, a ereção, posto que concentra no pênis o símbolo de sua virilidade. É ele quem delimita, também, o início e o fim da relação sexual — cabe ao macho iniciar o ato, que termina com a sua ejaculação, independentemente do orgasmo da parceira. O homem com comportamento machista enxerga a mulher enquanto "objeto sexual" e atribui "dois pesos e duas medidas" ao julgar o que é adequado à sua sexualidade (ativa) e à sexualidade da parceira (passiva). Machista é, portanto, o homem que reproduz este tipo de comportamento.

A ejaculação precoce no homem - jovem ou adulto - tem sido um dos mais antigos e constantes inimigos do orgasmo feminino. O **machismo brasileiro** fica na base do 'eu me satisfaço e ela que se dane'... (FOCK, 1978, p. 16. Grifos meus)

De resto, há preocupações que fogem ao velho clichê do **machismo** e do egoísmo, como a preocupação em torno da excitação e também do prazer feminino. Isso mostra que há muita desinformação, mas também há um **avanço do homem** a favor de uma velha aspiração feminina: o direito ao prazer. (FOCK, 1981a, p. 13. Grifos meus)

[...] existem dois pesos e duas medidas nessa história toda. Especialmente com relação ao **machismo brasileiro, ainda tão arraigado**: se a mulher é fácil, conhece inclusive as necessidades sexuais do seu parceiro — o macho — e é bastante avançada nas carícias e até praticando variantes (como a felação e o coito anal), o homem diz que 'essa não presta para o casamento, é uma depravada' (FOCK, 1980d, p. 16. Grifos meus)

E onde só uma parte é beneficiada, alguém está sendo prejudicado. Daí o porquê da necessidade de se conhecer a mecânica do orgasmo feminino. O que afinal, muito homem casado e que se considera 'um grande conhecedor das mulheres' simplesmente ignora. Ou procura desconhecer, para não ferir **seus brios de machismo!** (FOCK, 1979a, p. 15. Grifos meus)

O perfil machista é apresentado em dissonância com o momento de libertação sexual — que visa libertar também os homens. É neste viés que as disfunções sexuais

masculinas (ejaculação precoce e impotência)⁸³ e femininas (frigidez) são abordadas. A coluna atribui as disfunções a fatores psicológicos, que são, por sua vez, condicionados por questões sociais. Nesse sentido, abandonar o perfil de macho se torna benéfico tanto para a mulher, que passa de objeto sexual para *parceira*, quanto para ele próprio, que pode tirar de si as pressões que se tornam ansiedades e transformam-se, então, em disfunções sexuais — disfunções que são apresentadas como sendo um dos principais temores dos leitores da revista.

Outro ponto de destaque na abordagem da *Sexyterapia*, e que se relaciona tanto à sexualidade da mulher quanto ao machismo, é a percepção acerca da virgindade feminina. Ela vem associada à noção de tabu que, de acordo com Chauí (1984, p. 11), é a “interdição sagrada e divinizada, tanto mais respeitada quanto mais distante do tempo estiver sua origem e quanto mais invisível forem os poderes que o decretam”. Essa relação com o tema geralmente é apresentada a partir de questionamentos: “virgindade já era?”, “a virgindade já caiu de moda?”, “teria a pílula acabado definitivamente com o chamado tabu da virgindade?”, questiona a *Sexyterapia*. E vai além: “como testar a virgindade?”, “como saber se ela é virgem?”. Cruzando os questionamentos com os resultados trazidos na pesquisa de Lima (1976), que revela a visão de médicos e psicólogos sobre a sexualidade dos brasileiros nos anos 1970, conclui-se que não, o tabu ainda não havia acabado. Ao perguntar ao “universo especializado” se a perda da virgindade ainda gerava “traumas e conflitos para a mulher solteira”, 72% dos profissionais responderam que sim. A virgindade, no Brasil, ainda era⁸⁴ enxergada enquanto um modelo de virtude para as mulheres, tendo a Constituição Brasileira sustentado o “crime de sedução” até 2005, com a Lei nº 11.106⁸⁵. Mas é nos anos 1970 também que, com a revolução sexual à

⁸³ As disfunções sexuais masculinas foram analisadas apenas nas reportagens que versavam sobre o prazer sexual feminino, e não nas reportagens contidas nas categorias temáticas em que o tema se destacava enquanto dominante, conforme o Quadro 11. Neste contexto, a *Sexyterapia* aponta a ejaculação precoce masculina como sendo uma das causas da insatisfação sexual feminina, uma perspectiva comumente adotada na sexologia/psiquiatria/psicologia. “Assim, um homem com ejaculação precoce pode conduzir sua parceira a se considerar anorgásmica, quando, de fato, a precocidade dele a impede de concluir o ciclo de resposta sexual com êxito”, lê-se no artigo de Abdo e Fleury (2006, n. p.).

⁸⁴ E em alguns contextos, este quadro continua, como no contexto religioso.

⁸⁵ O crime de sedução estava previsto no art. 217 do Código Penal, e se configurava em “seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de catorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança”. Ribeiro (1997) entre outros pesquisadores, apontam que o artigo se destinava à proteção da honra e da moral feminina, legitimando a dupla moral sexual. “A mulher, para ser merecedora deste resguardo, deve ser conceituada como ‘honesta’. Para assim ser considerada, ela pode estar solteira, porém deve viver com recato ou casada, desde que seguindo as

brasileira, a questão da virgindade é colocada em pauta, e aos poucos se transforma, primeiramente nos setores intelectualizados (RIBEIRO, 1997). Por isso, tanto na *Sexyterapia* quanto na pesquisa de Lima, falar sobre virgindade e tabu geralmente traz consigo o advérbio de tempo "ainda", que marca a transição entre um tempo passado e presente, que não se concluiu.

Retornando às perguntas propostas nos títulos e gravatas da *Sexyterapia*, os questionamentos têm como objetivo emular as dúvidas dos próprios leitores, fazendo uso de uma técnica de aproximação com o público, conforme apresentado no capítulo anterior. Não podem, portanto, ser analisadas de forma isolada para compreender o posicionamento adotado pela coluna, que se revela apenas ao longo do texto. O que essas questões nos mostram, juntamente aos trechos de cartas de leitores reproduzidos no início das reportagens que abordam o assunto, é que o leitor da *Sexyterapia* se preocupa e valoriza a virgindade feminina enquanto ideal de moralidade. Quando abordada a questão da virgindade ao longo do texto, porém, a *Sexyterapia* se posiciona de forma a explicitá-la enquanto um tabu que deve ser superado. E o faz, novamente, a partir de argumentos fisiológicos e sociológicos. No primeiro, busca falar sobre o hímen e seu rompimento de forma a explicitar em termos físicos qual o funcionamento daquilo que denominamos virgindade, enfatizando, inclusive, a impossibilidade de detectá-la a partir de percepções do senso comum⁸⁶. O tabu não está localizado no hímen, apresenta a *Sexyterapia*: ele é uma prática social — e está defasado. No âmbito social, por sua vez, reportagens diferentes abordam pontos diferentes, mas todos reconhecem e explicitam uma assimetria entre homens e mulheres que resulta em uma dupla moral sexual, da qual se origina a valorização apenas da virgindade feminina⁸⁷:

É irrelevante a importância que se dá a essa fina membrana chamada hímen, dotada de orifícios minúsculos, que constitui a chamada virgindade feminina. [...] A medicina é destinada a curar uma doença, e não a servir como instrumento da arcaica moral judaico-cristã. (FOCK, 1981c, p. 13)

regras legais da união" (p. 65). Conclui que raramente os processos criminais enquadrados neste artigo tinham um desfecho favorável à mulher — mesmo que presumidamente buscasse defendê-la.

⁸⁶ De acordo com cartas de leitores apresentadas na coluna, muitos homens acreditavam que sangramento na relação e aumento dos seios eram indicativos sólidos de que a mulher era virgem.

⁸⁷ Knibiehler (2016), em um resgate histórico da virgindade feminina, aponta que desde o século II a virgindade foi objeto de uma literatura abundante e quase completamente escrita por homens. "Escrito por homens, na verdade, se dirigem sobretudo, às mulheres. O substantivo 'virgem' então designa apenas mulheres e se transforma em qualitativo ao referir-se aos homens" (p. 70).

Obviamente porque o 'tabu' da virgindade AINDA EXISTE. Pelo menos para o pai ou o irmão mais velho. Obviamente porque a mulher é sempre a figura de mãe, o centro da família. (HILL, 1976, p. 10)

O que interessa, afinal, não é essa fina membrana, mas algo muito mais importante que é o sentimento, o estado emocional dessa criatura diante dos critérios e preconceitos, que tentam diminuí-la sob esse aspecto. A recíproca é velha, mas válida: alguma moça exige "atestado de virgindade" do rapaz? (FOCK, 1979b, p. 15)

A modernização conservadora também não deixa de aparecer. Por trás da defesa pelo fim do tabu da virgindade — que, pela recorrência do tema, podemos concluir que não havia acabado, mas estava em processo de transformação —, não está o argumento da libertação sexual. O que a sustenta é outro argumento moral, desenvolvido a partir da distinção entre corpo biológico e cultura: a virgindade *física* não é importante, mas sim a virgindade *sentimental*. "A virgindade não deve ser relacionada com o físico. O importante é ser o primeiro na pureza emocional dessa união" (FOCK, 1981a, p. 15).

Em contraponto ao machismo que sustenta o tabu da virgindade, a *Sexyterapia* apresenta uma nova masculinidade pautada, sobretudo, na compreensão da democracia sexual e, portanto, da *reciprocidade* como palavra-chave para os relacionamentos sexuais. E isso implica uma mudança no roteiro heterossexual, como visto no tópico anterior. É preciso enfatizar o "prelúdio", descentralizar o prazer e, para tudo isso, é necessário que o homem conheça os anseios (viés sociológico) e o corpo (viés fisiológico) da mulher. O homem contemporâneo deve preocupar-se com o prazer da parceira: e o primeiro passo para a mudança é a educação sexual. É neste sentido que o machismo está no centro do argumento que sustenta o discurso pedagógico da *Sexyterapia*: é em relação a ele que se dá o seu projeto modernizante. O "macho" é o homem do passado — e o leitor da *Peteca*, através da imparcialidade jornalística da *Sexyterapia*, pautada por fontes científicas internacionais (e, portanto, mais críveis, *avant-garde*, porta-vozes dos "países desenvolvidos"), pode acessar o conhecimento necessário para acompanhar o movimento de libertação sexual, sem que isso implique a perda dos "valores eternos como o trabalho, a família e o espírito religioso" (FOCK, 1980b, p. 17).

Ao fazer a terceira pergunta heurística, portanto, podemos identificar que o discurso que comporta a percepção crítica sobre o machismo e as particularidades da

situação feminina que ultrapassam a questão da democracia sexual é o **discurso feminista**, sobretudo o discurso feminista internacional. Por conta da situação particular que o Brasil vivia entre 1964 e 1985, a questão do prazer sexual feminino era minimizada pelas demais demandas apontadas como mais urgentes pela ideologia de esquerda no contexto nacional. Assim, o foco do feminismo brasileiro ao longo da década de 1970 estava centrado sobretudo na mulher trabalhadora (ROSEMBERG, 2012). Barsted sintetiza:

A postura ideológica da esquerda e a necessidade de uma grande frente única contra a ditadura geravam questões insólitas: teriam as mulheres operárias preocupações com a sua sexualidade ou o prazer sexual era tema apenas para as mulheres burguesas e intelectuais? (BASTERD, 2019, p. 185)

A mesma ideia aparece nas falas das jornalistas paranaenses Adélia Maria Lopes e Dinah Ribas Pinheiro, ambas da área cultural, em entrevista à Amaral (2016). “A ditadura foi tão feroz, tão cruel na vida da gente que esse lado não era falado. A posição libertária política era mais importante do que sexualmente. Sexualmente você fazia o que quisesse” (p. 74).

As questões relacionadas à sexualidade feminina começaram a adentrar o discurso feminista nacional a partir da flexibilização do regime autoritário, que permitiu ao movimento feminista abrandar parte da noção de “prioridade” em suas pautas, além de receber as contribuições de mulheres brasileiras que voltavam do exterior com a promulgação da anistia política em 1979. Elas traziam consigo lemas da chamada Segunda Onda do feminismo internacional, “o pessoal é político” e “nosso corpo nos pertence”, internacionalizando também o debate nacional (ÁVILA, 2019; BARSTED, 2019). Esse movimento de absorção da pauta sobre a sexualidade feminina a partir de 1979 pode ser notada na própria *Sexyterapia*, ao observarmos a frequência de publicações que versam prioritariamente sobre a sexualidade feminina, conforme apresenta o Quadro 14. A maior parte das reportagens se concentram no ano de 1980.

Mesmo que esteja associado ao discurso feminista através do interdiscurso, a coluna por vezes promove enunciados contrários ao movimento, evidenciando o pressuposto teórico da AD de que “enunciação não é discurso” (SOUZA, 2014 p. 32).

Em duas reportagens analisadas, a *Sexyterapia* reproduz a lógica do senso comum que compreende o feminismo enquanto o equivalente feminino ao machismo:

Feminismos tolos à parte, essa é a realidade. Não se trata de **apregoar qualquer tipo de superioridade**, mas o de reivindicar igualdade, assunto por sinal bastante apregoado por esse mundo afora. (FOCK, 1981d, p. 17. Grifos meus)

Estas e muitas outras, em síntese, são afirmativas de jovens brasileiros em suas cartas, logo após um artigo onde falávamos sobre a recente revolução feminina (**e não 'feminista'**) reivindicando um direito que é todo seu - o direito ao orgasmo. (FOCK, 1979a, p. 15. Grifos meus)

É importante pontuar que a conotação negativa dada ao termo feminismo não se repete na totalidade das reportagens analisadas. Pelo menos duas reportagens da *Peteca* reconhecem a importância do feminismo para os debates levantados pela *Sexyterapia*.

Muito se fala que os anos 80 é a década da **dialética sobre feminismo e homossexualidade**. Acrescentamos aí a bissexualidade, um componente provavelmente de incidência tão significativa na escala da gradação da preferência sexual quanto à homossexualidade. (FOCK, 1980b, p. 16. Grifos meus)

Repudiando os padrões considerados universais e definitivos para avaliar a sexualidade humana, Simone questiona e consegue demolir velhos preconceitos, sendo a **verdadeira precursora da luta feminista** deste século. (FOCK, 1980e, p. 17. Grifos meus)

A hipótese de que esse reconhecimento aconteceria a partir de uma questão cronológica, isto é, que no início a revista trouxesse ressalvas em relação ao movimento, refletindo os receios de seu público masculino, para depois introduzi-la aos poucos, foi refutada. O número 64, por exemplo, reconhece o feminismo; a edição 67 o chama de tolo; mas na edição 69 a *Sexyterapia* já cita Simone de Beauvoir e relaciona a luta feminista à derrubada dos preconceitos relacionados à sexualidade, posicionamento defendido pela revista. O que as duas reportagens que reconhecem explicitamente o movimento feminista têm em comum é abordar como tema dominante as sexualidades periféricas (bissexualidade e lesbianidade).

6.3 REPRESSÃO

Enquanto a *Sexyterapia* aborda a postura masculina frente ao sexo a partir do conceito de *machismo*, a postura feminina é justificada em termos de *repressão*. A palavra faz parte do arsenal psicanalítico relacionado ao inconsciente freudiano⁸⁸, condizente ao universo da *Sexyterapia*. De acordo com Chauí (1984):

De modo geral, entende-se por repressão sexual o sistema de normas, regras, leis e valores explícitos que uma sociedade estabelece no tocante a permissões e proibições nas práticas sexuais genitais (mesmo porque um dos aspectos profundos da repressão está justamente em não admitir a sexualidade infantil e não genital). Essas regras, normas, leis e valores são definidos explicitamente pela religião, pela moral, pelo direito e, no caso de nossa sociedade, pela ciência também. (CHAUÍ, 1984, p. 77)

Foucault (1999), ao pensar o dispositivo de sexualidade, enxerga a repressão pelo seu viés positivo, isto é, sem considerá-lo estritamente como a potência do “não”, como “puro limite traçado à liberdade”, mas também como artifício produtor. Há discursos autorizados, como aqueles articulados pelas instituições apontadas por Chauí, e cuja enunciação repressiva também coloca o sexo em discurso, criando aquilo que entendemos enquanto sexo. Para o autor, “não se fala menos do sexo, pelo contrário. Fala-se dele de outra maneira; são outras pessoas que falam, a partir de outros pontos de vista e para obter outros efeitos” (FOUCAULT, 1999, p. 29). Assim, enquanto Chauí foca na relação entre repressão e sexualidade, Foucault coloca este cenário em perspectiva e entende a repressão enquanto uma das consequências do dispositivo da sexualidade que, ao produzir a sexualidade de uma maneira específica (heterocentrada, genitalizada e machista), dominada por ideologias específicas (como a religião, por exemplo) produz efeitos repressivos (RIBEIRO, 1999). Ao fazer a segunda pergunta heurística ao conceito-análise “repressão” praticado pela *Sexyterapia*, percebemos que ele se relaciona à noção de Chauí e sua saturação se dá associada aos termos “moral”, “educação” e “decência”. Todos eles levariam a um mesmo problema: negam à mulher a “verdadeira expressão” da sexualidade.

A moral, segundo Pedro (2014, p. 486), é “eminentemente prática, voltada para a ação concreta e real, para um certo saber fazer prático-moral e para a aplicação de normas morais consideradas válidas por todos os membros de um determinado

⁸⁸ Para uma visão aprofundada do conceito de repressão em Freud, ver Caropreso e Simanke (2013).

grupo social". Esta noção retrata o que a *Sexyterapia* se refere ao falar sobre uma "moral repressiva". É este conjunto de saberes prático-morais e aplicação de normas (que, conforme Pedro, referem-se ao domínio do "obrigatório", do "interdito" ou do que é socialmente "permitido"), que teriam, ao longo dos séculos, colocado a mulher em uma posição subalterna. No que se refere à sexualidade, essa subalternidade se traduziria em um ideal de submissão e passividade em relação ao prazer sexual. Esse ideal moral também cria, como apresenta a *Sexyterapia*, seu oposto: a mulher que demonstrasse vontade, conhecimento ou obtivesse prazer a partir das práticas sexuais era moralmente desvalorizada, ganhando o rótulo de "prostituta". Deste contexto deriva também a repressão ligada à noção de decência: a mulher é reprimida em nome de um valor moral, a "decência", relacionado a um comportamento pudico, recatado, assexuado.

Nas culturas civilizadas, sabe-se que a mulher sempre ocupou uma posição de inferioridade, de submissa passividade no que diz respeito ao prazer sexual. Este lhe foi sempre negado, sendo o encontro sexual destinado quase que única e exclusivamente à procriação. Confessar ou demonstrar prazer no ato sexual por parte da mulher, era considerado em algumas sociedades como algo profundamente vergonhoso e pecaminoso. Resquícios dessa moralidade repressiva ainda permanecem em vários estratos da sociedade, nos dias de hoje, negando à mulher a verdadeira expressão da sexualidade, o prazer. Por outro lado, ela sempre foi - como é óbvio - um objeto sexual. (FOCK, 1979a, p. 15)

O preconceito não cessa com o tabu da virgindade. Vai muito além: até pouco tempo mulher que falasse em prazer no sexo era considerada prostituta. A formação moral da mulher é tão repressiva que ela foi educada exclusivamente para a reprodução, para procriar filhos. Nesse lance, quem se diverte é só o homem. (FOCK, 1979b, p. 15)

A posição da *Sexyterapia*, em todos os pontos analisados, é contrária à dupla moral sexual resguardada a homens e mulheres. Esse argumento é sustentado a partir de um senso de igualdade que pode ser encontrado tanto na noção de democracia sexual quanto nas reivindicações do movimento feminista. A educação, neste contexto, aparece como mais uma das formas de expressão dessa moral que educa os corpos femininos para a passividade. Em consonância com o que defende Louro (2000), a *Sexyterapia* também promove a ideia de que "a sexualidade é 'aprendida', ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos" (p. 11).

Por fim, a *Sexyterapia* aponta para uma contradição. Ao mostrar que a repressão sexual gera categorias para enquadrar as mulheres de acordo com seu comportamento sexual — as "decentes" e as "prostitutas" —, a coluna argumenta que a mulher que se enquadra enquanto "decente", com um comportamento mais recatado, diante do contexto de revolução sexual dos anos 1970 - 1980 tem sido confrontada com a categoria "frígida". A incoerência em relação àquilo que é demandado do comportamento da mulher não passa despercebido pela coluna.

O tema da frigidez feminina é abordado em mais de um terço das edições analisadas (números 18, 36, 64, 69 e 72), seja em reportagens específicas sobre o tema, como em outras que abordam a sexualidade feminina com diferentes enfoques principais. Ela é considerada uma disfunção sexual que afeta as mulheres — mas ao tentar caracterizá-la, encontramos diferentes versões. Na fala do professor e sexologista Haruo Okawara, de São Paulo, em entrevista para o livro de Lima, o médico afirma:

Na verdade, 'frigidez' é um termo que raramente se deveria pronunciar em presença de uma mulher com problemas sexuais, pois acrescenta medo e vergonha a quaisquer outros conflitos psicológicos que ela possa ter. Acresce o fato de ser um termo de significado vago e impreciso, pois é indistintamente usado para rotular tanto as mulheres que sofrem de disfunção sexual geral, como as que não conseguem alcançar o orgasmo, embora reajam de maneira receptiva à estimulação sexual. (LIMA, 1976, p. 106)

A partir do livro de Lima — que conta com diversos pontos problemáticos, alguns apontados por Chauí (1984) — constata-se que a frigidez feminina era entendida enquanto uma disfunção sexual na qual a mulher não sentia prazer na relação heterossexual penetrativa, e cujo tratamento se dava a partir da unidade conjugal, conforme Masters & Johnson⁸⁹. Em nenhum momento a pesquisa considera que a chamada "frigidez" possa ser não uma disfunção da mulher⁹⁰, mas o retrato da ineficácia do roteiro cis heterossexual para o prazer feminino — conforme aponta Hite, replicada na *Sexyterapia*. A coluna constata:

⁸⁹ "Não que discriminem o paciente masculino ou feminino avulso, mas porque o método adotado pela maioria (Master e Johnson) tem essa característica, ou seja, o ajustamento sexual de um homem a uma mulher determinada a e vice-versa", conta Lima (1976, p. 111)

⁹⁰ "A descrição do corpo da mulher depende do que dele se espera", aponta Knibiehler (2016, p. 44) ao versar sobre a construção do progresso científico.

Pesquisas recentes revelam que frigidez feminina, na acepção da palavra, é raramente um obstáculo físico, real, decorrente de alguma enfermidade. Quase sempre, a causa é puramente psicológica: a mulher se envergonha de sentir prazer ou seu parceiro não sabe conduzi-la ao prazer. (FOCK, 1979a, p. 16)

O homem está exclusivamente preocupado, na maioria das vezes, com o seu próprio desempenho e não quer saber se o ato está agradando também à sua parceira. Daí o novo conceito emitido por autoridades como a sexologista norte-americana Shere Hite: 'Não existem mulheres frias, ao menos na proporção que se imagina. Existem mulheres mal manipuladas, mal preparadas para o ato sexual.' (FOCK, 1979b, p. 15)

Assim, a coluna levanta o debate de que, ao mesmo tempo em que se espera da mulher a ignorância em relação ao sexo (primeiro, a virgindade; depois, a ingenuidade, a dependência do parceiro), caso seu desempenho não seja satisfatório, ela é patologizada enquanto portadora de uma disfunção sexual. E essa suposta frigidez — que esconde a repressão feminina (vergonha em sentir prazer) e/ou o machismo masculino (desconhecimento/desinteresse em relação à fisiologia feminina e/ou a prática da relação heterossexual centrada no homem) — passa também pela questão do fingimento do orgasmo, descrito pela coluna como uma prática comum exercida pelas mulheres, informação baseada nas conclusões do *Relatório Hite*. Essa postura é tanto condenada ("fingir um prazer que não sente, também é ridículo, além de desonesto") quanto justificada pela repressão exercida sobre a sexualidade da mulher. A coluna também enfatiza a perspectiva masculina em relação ao fingimento do orgasmo feminino — e a ele, novamente, oferece a informação enquanto solução.

Embora muitos homens tenham sido enganados através dos séculos, por mulheres que simulavam o orgasmo, este não é tão difícil de se perceber, **especialmente quando o homem está interessado nisso**. Daí ser comum a afirmação de que o homem se 'deixava enganar', ou também simulava, por sua vez, a impressão de estar proporcionando um orgasmo à mulher. (FOCK, 1980a, p. 16. Grifos meus)

Para homens inexperientes, realmente não é muito difícil a mulher simular o orgasmo. No entanto, **há informações que descartarão essa possibilidade**. (FOCK, 1981b, p. 15. Grifos meus)

Em todos os pontos explorados neste intertítulo, a origem da repressão está calcada sobretudo na ideologia religiosa, explícita quando a coluna fala sobre a virgindade enquanto "um instrumento da arcaica moral judaico-cristã", por exemplo; implícita quando apresenta que, para a mulher, o sexo só seria válido enquanto prática

reprodutiva, na qual pode enxergar-se, então, como mãe. Ao fazer a terceira pergunta heurística, na qual relacionam-se os sentidos construídos pelo texto acerca da palavra-conceito com uma ideologia, vemos que a *Sexyterapia* está mais uma vez alinhada ao discurso feminista, ao reconhecer e enfatizar a posição específica da mulher dentro da hierarquia de poderes, sobre a qual recai uma moral repressiva que limita sua expressão sexual, e se manifesta através da educação e pelo alinhamento ao valor de "decência".

6.4 ORIENTAÇÃO SEXUAL

Conforme abordado no intertítulo sobre o conceito-análise sexo, a heterossexualidade enquanto ideologia restringe uma série de vivências e práticas. Isso faz com que, ao se falar sobre sexo, o sentido que se impõe como único seja o da heterossexualidade — uma das marcas do esquecimento número 2 de Pêcheux, cujo reconhecimento nos ajuda a identificar as evidências de sentido do texto. Esta conclusão já chegamos no primeiro intertítulo: sim, ao falar sobre sexo, a *Sexyterapia* o utiliza presumindo sua heterossexualidade, ainda que promova diversos distanciamentos e rupturas ao fazer o uso da linguagem jornalística para colocar Shere Hite e Masters & Johnson em diálogo a favor dos interesses sexuais femininos no contexto desta relação. Outras orientações sexuais, porém, são reconhecidas pela coluna, que dedica reportagens exclusivas para o debate deste tema. Este é um padrão que se repete nas demais publicações da Grafipar, conforme investigado por Amaral (2016). Ao analisar outras duas revistas da Grafipar — *Personal* e *Rose* — além da *Peteca*, com foco específico no tema lesbianidades, ela conclui que a lesbianidade é reconhecida, mas tem espaço apenas em reportagens específicas: quando se fala sobre sexo de forma geral, o que está implícita é a relação heterossexual. E isso acontecia mesmo nas revistas voltada especificamente ao público feminino, como no caso de *Rose*:

Nas edições 19 e 43, quando a *Rose* ainda era pensada para o público feminino, existiam menos fotos nus de modelos masculinos e mais textos. Em ambas, destacaram-se textos que tratavam sobre a sexualidade feminina: a importância de conhecer o próprio corpo, de falar seus desejos para o companheiro, enfim, o direito da mulher de buscar o prazer. Apesar disso, esses assuntos eram tratados no viés heterossexual, a única menção sobre lésbicas é no número 43, na página 16. (...) De modo geral, o que se conclui é que mesmo em

revistas homossexuais a lésbica aparecia raramente e sem destaque. Mesmo quando a revista era voltada para mulheres e tratava de temas avançados sobre a sexualidade feminina, a lesbianidade dificilmente era abordada. (AMARAL, 2016, p. 65)

Conforme nos mostra o Quadro 11, das 110 edições da *Peteca* que compõem o *corpus* da análise temática, nove delas têm como tema principal orientações sexuais periféricas, sendo seis sobre homossexualidade masculina, duas sobre bissexualidade e uma sobre lesbianidade. Para a análise discursiva, as reportagens sobre homossexualidade masculina não fizeram parte do *corpus* porque não têm relação com o tema macro de análise, o prazer sexual feminino. Mas aquelas sobre bissexualidade e lesbianidade, sim.

Ao abordar o tema, a coluna não faz uso do termo *orientação* e sim *preferência* sexual, cuja conotação implica, em alguma medida, uma escolha. Isso é reforçado quando a coluna apresenta um argumento de Simone de Beauvoir para falar sobre a lesbianidade. “Simone vê o lesbianismo como uma opção pessoal, onde nem mesmo o condicionamento físico seria a causa” (FOCK, 1980e, p. 17). Essa abordagem poderia abrir margem para uma perspectiva nociva às sexualidades periféricas, caso trabalhada em oposição à heterossexualidade⁹¹. Mas o que acontece na *Sexyterapia* é que a coluna aborda, no enunciado, a totalidade das orientações sexuais a partir de uma mesma perspectiva: todas elas são naturais, sejam hetero, homo ou bissexuais.

O que se vê, no entanto, não significa algo de novo, uma “psicose coletiva”, ou a revelação de uma nova preferência sexual. Não há nada de novo na natureza humana. O que existe na realidade é a existência de um clima de liberdade para que sejam reveladas posições que há séculos fazem parte da expressão sexual humana. Há, isto sim, mudança de comportamento, a erupção de tudo aquilo que estava bem guardado, oculto, embora presente. O diálogo é saudável no que diz respeito a todos os lances da natureza humana. E vamos comprovar isso adiante. (FOCK, 1980b, p. 15)

A classificação, a rotulação é uma preocupação crescente, mas sabe-se que desde os primórdios da humanidade tudo já aconteceu dessa

⁹¹ Trabalhar com a noção de heterossexualidade enquanto orientação sexual completamente desprendida das demais orientações abre margem para que se construam argumentos como a “cura gay”, que considera a heterossexualidade enquanto natural (porque suas práticas sexuais têm potencial de ser, também, reprodutivas, em consonância com o discurso religioso), mas categoriza as demais perspectivas como patológicas e desviantes e, portanto, passíveis de serem “convertidas”, novamente, ao seu curso “natural”. Ao abordar a heterossexualidade como uma sexualidade tão natural quanto a homossexualidade, o argumento da “cura gay” fica invalidado. Exclui-se a possibilidade do argumento “científico” a favor da “naturalidade” única da heterossexualidade: sendo todas elas naturais, não há porque haver uma “cura”.

forma: homens e mulheres se relacionando entre si e com aqueles do mesmo sexo, não obstante o forte preconceito da moral religiosa. (FOCK, 1980c, p. 16)

Assim, nas reportagens sobre temas diversos, fala-se sobre sexo como sendo sempre heterossexual, mas nestas reportagens específicas, as sexualidades periféricas não são patologizadas, e sim naturalizadas. E a voz científica que sustenta os argumentos da *Sexyterapia* a favor da diversidade sexual é a de Alfred Kinsey, especificamente com a chamada “Escala Kinsey”.

FIGURA 13 - CLASSIFICAÇÃO KINSEY NA ESCALA DA PREFERÊNCIA SEXUAL

CLASSIFICAÇÃO KINSEY NA ESCALA DA PREFERÊNCIA SEXUAL	
GRAU	
0 -	Exclusivamente heterossexual
1 -	Predominantemente heterossexual e só acidentalmente homossexual.
2 -	Predominantemente heterossexual, porém, mais que acidentalmente homossexual.
3 -	Igualmente heterossexual e homossexual (bissexual).
4 -	Predominantemente homossexual, porém, mais que acidentalmente heterossexual.
5 -	Predominantemente homossexual, mas acidentalmente heterossexual.
6 -	Exclusivamente homossexual.

Fonte: Revista Peteca (1980) Acervo de Nelson Padrella.

Formulada através de dados estatísticos e publicada no livro *Sexual Behavior in the Human Male* (1948), a Escala Kinsey aponta para a existência de um *continuum* que não polariza a noção de heterossexualidade e homossexualidade, mas as conecta. Considera a sexualidade fluida, podendo variar no tempo e em graus que vão de 0 a 6, com base no comportamento, reações e fantasias sexuais de cada indivíduo (SENA, 2007). A teoria de Kinsey é apresentada como um avanço/atualização a um pensamento já introduzido por Freud — pesquisador

raramente citado pela *Sexyterapia*⁹², ainda que seja considerado o “pai da psicanálise”, campo do conhecimento ao qual o nome da coluna faz referência. “Mesmo Freud já admitira a bissexualidade. Kinsey encontraria seis graus diferentes de preferência sexual” (FOCK, 1980c, pp. 16-17).

Sena (2007) aponta que os estudos de Kinsey foram duramente criticados por setores conservadores, tanto de origem religiosa quanto científica. Dentre os especialistas, Sena afirma que as críticas mais enfáticas vieram por parte dos psicanalistas, cuja literatura predominante ainda classificava uma série de comportamentos entre “normais” e “patológicos”, o que a pesquisa de Kinsey combatia. Seu trabalho foi acusado de estar alinhado à ideologia comunista, resultando na suspensão, em 1954, do financiamento de 100 mil dólares ao ano ao Instituto Kinsey, repassado desde 1942 pela Fundação Rockefeller. É para esta figura dos anos 1950 que a *Sexyterapia* dá ênfase. Contrapondo os questionamentos recebidos quando do lançamento da pesquisa, a *Sexyterapia* apresenta a incorporação de suas ideias no campo da sexologia a partir da década de 60. De acordo com Russol et al. (2009), as pesquisas de Kinsey formaram as bases da chamada “segunda onda da sexologia”, que aconteceu na década de 1970 também no Brasil — movimento do qual a *Sexyterapia* faz parte, conforme apontado no Capítulo 3.

Desde 1948, ao publicar o seu ‘Relatório Kinsey’, o psiquiatra norte-americano Alfred Kinsey **ganhou a respeitabilidade do mundo médico e científico pela seriedade de suas pesquisas**. Entre suas múltiplas descobertas na pesquisa do comportamento sexual humano, uma das revelações mais surpreendentes de Kinsey e logo consagrada como **real e definitiva** foi a escala de preferência sexual (veja gráfico). (...) Bastante questionado quando de sua publicação em 1948 (em parte e mais tarde em 1952), a obra de Kinsey só passou a ser **reconhecida e devidamente respeitada** a partir da década de 60. (FOCK, 1980b, p. 16. Grifos meus)

Essa perspectiva positiva dada às sexualidades não hegemônicas é reiterada por Amaral (2016), que ao analisar de forma ampla as notas e reportagens sobre

⁹² Nas 14 reportagens analisadas, Freud é citado duas vezes, todas em reportagens que versam sobre sexualidades periféricas (uma sobre bissexualidade e outra, lesbianismo). Ele é apresentado como precursor da ideia de que haveria uma “multiplicidade de impulsos eróticos que integram a sexualidade humana” (FOCK, 1980e, p. 16). Explica-se o Complexo de Édipo para, em seguida, a *Sexyterapia* afirmar que discorda de parte da conceituação freudiana, a que patologiza as sexualidades periféricas, e apresenta, então, as pesquisas de Alfred Kinsey, descritas como as mais modernas e confiáveis pesquisas no campo da sexualidade que versam sobre o tema.

lesbianidade em *Peteca*, *Rose* e *Personal*, aponta que elas possuem como objetivo comum "esclarecer e diminuir o preconceito contra a homossexualidade, mesmo que para isso fosse preciso contrariar certezas e dogmas dos leitores" (p. 11). Para além das certezas e dogmas dos leitores, este posicionamento contrariava o próprio projeto ideológico do governo militar, que deliberadamente atuava contra a existência homossexual, seja a partir da censura moral⁹³ e/ou da força policial⁹⁴.

De forma geral, as reportagens que versam sobre as sexualidades periféricas apresentam, também, um mix de argumentos fisiológicos e sociológicos, como visto nos demais intertítulos. Na parte sociológica, a *Sexyterapia* combate a ideia de que as sexualidades periféricas estariam relacionadas apenas a um suposto "modismo" — no caso da bissexualidade, relacionado ao contexto histórico, no qual houve, de acordo com a revista, a "revelação pública de vários nomes famosos do mundo artístico" (FOCK, 1980b, p. 15) que se identificaram enquanto bissexuais. Para combater essa noção, a *Sexyterapia* puxa o contexto da revolução sexual, afirmando que não há um *aumento* de pessoas que escolhem pelas sexualidades periféricas, mas sim um contexto histórico que permite que estes comportamentos sejam *admitidos*. "Ninguém iria escolher por deslumbramento um caminho ainda tão incompreendido e repleto de obstáculos a vencer", afirma na publicação número 69 (FOCK, 1980e, p. 17), aparentemente em contradição à própria noção de escolha anteriormente defendida. Mas levando em conta a teoria de Kinsey, podemos apontar que para a *Sexyterapia*, a orientação sexual é uma escolha, mas ela não é feita por deslumbramentos ou modismos, mas sim porque é a verdadeira expressão sexual daquele indivíduo em determinado momento, o que pode vir a mudar ao longo da vida, como aponta a *Escala Kinsey*. Assim, a conclusão quanto à perspectiva adotada na *Peteca* quanto à abordagem das diversas orientações sexuais segue aquela descrita por Amaral (2016) em relação às demais revistas da Grafipar. A autora conclui: "a abordagem do tema não faz alarmes nem sensacionalismo, pelo contrário mostra uma abordagem lúcida e didática, à frente do seu tempo" (p. 70).

Na parte fisiológica, a escala de gradação sexual de Kinsey é usada para afirmar a naturalidade de todas as "preferências" sexuais. Este argumento é

⁹³ No âmbito do cinema, Simões (1999) aponta que não havia uma lista de critérios formais para censura, mas sabia-se que "referências ou insinuações ao homossexualismo [sic] são raramente toleradas" (p. 168). Além disso, "mulheres sexualmente ativas ou agressivas também não gozam de simpatia em Brasília". Na literatura, a homossexualidade também era critério para o veto dos livros.

⁹⁴ Vide Mariusso (2015) e Lopes (2020).

sustentado também por outras explicações oriundas da biologia, como ao apontar que a bissexualidade é encontrada “em muitos animais, notadamente nos peixes, da mesma forma que o grau extremo do homossexualismo” (FOCK, 1980c, p. 16), bem como a androginia, entendida como sinônimo de bissexualidade. Afirma, por fim, que existem casos de homossexualidade e bissexualidade tanto em homens quanto em mulheres, contribuindo com a visibilidade lésbica e bissexual feminina, não contempladas no termo “homossexual” que, ao evocar o seu dominante, era usado, e muitas vezes ainda o é, para se referir apenas aos homens homossexuais. As reportagens se restringem a debater a orientação sexual enquanto tema em si mesmo, sem versar explicitamente sobre a prática sexual, seja pela perspectiva fisiológica ou a partir de dicas de desempenho sexual, como ocorre com os demais textos da *Sexyterapia*.

Com essa abordagem, a *Sexyterapia* mais uma vez promove a modernização dos costumes. E o faz em diálogo, novamente, com o discurso da sexologia, especificamente da segunda onda dos anos 1970, de acordo com os movimentos internacionais rumo à revolução sexual⁹⁵. Não deixa, porém, de fazer uso da estratégia de modernização conservadora ao afirmar que este momento de liberdade não resulta em “promiscuidade sexual e a degeneração dos costumes” (FOCK, 1980b, p.17).

Sexo e amor são uma das poucas coisas deste mundo que, felizmente, sobram para serem vividas, expressadas e compartilhadas a dois. A dois, simplesmente a dois, mesmo que, no caso do bissexual, o parceiro da noite seguinte seja outra pessoa e de sexo diferente. (FOCK, 1980c, p.17)

Assim, a *Peteca* aponta ser possível não apenas relacionar-se sexualmente, mas amar os dois sexos. E que tudo isso faz parte da expressão da sexualidade humana sendo, portanto, natural.

Depois da análise dos quatro conceitos — sexo, machismo, repressão e orientação sexual — é possível apontar que a construção da noção de prazer sexual feminino parte da constatação da **insatisfação** sexual feminina. E ela teria duas causas principais: o machismo exercido pelos homens e a repressão imposta às

⁹⁵ No livro de Lima (1976), a homossexualidade é tratada como “Comportamento não-convencional” para “evitar polêmicas” (p. 136), o que ajuda a contextualizar o diálogo da *Sexyterapia* com uma vertente internacional da sexologia, mais aberta à modernização dos costumes.

mulheres, pontos que trazem uma perspectiva sociológica ampla de um problema que supostamente estaria relacionado apenas à vida privada. Essa relação se encaixa na teoria apresentada por Schwaab e Tavares (2009), ao apontar que a reportagem de revista geralmente opera como um fio condutor que liga o singular ao universal. Mas a perspectiva particular adotada pela *Sexyterapia* está relacionada, também, à uma ideologia particular. Bem como os pesquisadores que sustentam a maior parte dos argumentos que permitem à *Sexyterapia* tecer, com autoridade, esta análise — Hite e Kinsey —, a ideologia contida nesta perspectiva conversa com o pensamento do movimento feminista, permitindo que a abordagem dada pela revista para a temática do prazer sexual feminino tenha como base a defesa dos interesses sexuais das mulheres e esteja, também, sensível aos interesses dos homossexuais enquanto grupo social — grupo o qual fazia parte seu redator, Nelson Faria.

As duas causas principais identificadas pela coluna resultam em desdobramentos diferentes para cada um dos sexos, conforme esquematizado na Figura 14.

FIGURA 14 - CAUSAS DA INSATISFAÇÃO SEXUAL FEMININA NA SEXYTERAPIA



Fonte: A autora (2021)

São destacadas pela coluna dois pontos ativamente exercidos pelas mulheres e quatro para os homens. Quanto às mulheres, a repressão implica sua postura passiva diante do sexo, que não "toma as rédeas" do próprio prazer, ao mesmo tempo em que finge o orgasmo, atitude apontada como desonesta pela revista, mas reconhecida enquanto fruto dessa repressão. Já aos homens recaem as maiores

responsabilidades pela insatisfação sexual feminina. O machismo exercido pelo homem — e identificado enquanto um traço característico do perfil de masculinidade do homem brasileiro, por diversas vezes enfatizado — traz como consequência o desconhecimento e também desinteresse do homem em conhecer o funcionamento do prazer feminino, o que a revista busca combater através das explicações principalmente de M&J. Resulta, também, em uma relação sexual heterocentrada, que a *Sexyterapia* busca transformar a partir do incentivo à exploração de outras zonas eróticas, enfatizando as carícias não genitalizadas. Ao favorecer uma perspectiva mais ampla do prazer, incentiva também o erótico em termos femininos, conforme coloca Rich (2012). O machismo é também um dos fatores que resultam no tabu da virgindade feminina, que a *Sexyterapia*, então, busca demonstrar enquanto arbitrária, explicitando a desigualdade entre mulheres e homens, dos quais não se cobra nenhum "atestado". E, por fim, é também o machismo uma das causas das contradições daquilo que se denomina frigidez feminina, cujo conceito na verdade colabora para o estigma da condição sexual feminina, na medida em que existe um julgamento sobre a mulher caso ela não tenha uma boa performance sexual, ao mesmo tempo em que dela se demanda total desconhecimento do sexo através do tabu da virgindade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Curitiba, Paraná, mais de 700 quilômetros distante do principal eixo editorial do país, surgiu a "*Playboy* dos pobres". E mesmo periférica, *Peteca* ganhou projeção nacional. Durante seis anos, entre 1976 e 1982, a revistinha em formato de bolso e preço módico penetrou na casa das classes populares com uma proposta editorial que ia além da pornografia. Combinando ensaios de mulheres nuas, passatempos, consultório sentimental e jornalismo científico, a revista trazia um duplo argumento de venda: entretenimento erótico somado a um projeto educativo. A formação imaginária de seu público, além de masculino, jovem e das classes populares, era também o de alguém carente de informação sexual. Para suprir essa necessidade, *Peteca* apostava na *Sexyterapia* — coluna escrita pelo jornalista Nelson Faria sob o pseudônimo de Nina Fock — cujo nome revela a afinidade com o pensamento psicanalítico. A partir da posição de enunciação do discurso jornalístico, a coluna se propunha a fazer a ponte entre as dúvidas dos leitores e o saber científico. E nisso, seu público se alargava: para além dos homens heterossexuais, *Peteca* atingiu também homens e mulheres hetero, homo e bissexuais, que podiam recorrer à revista por motivos diversos, mas se encontravam, todos, no consultório da *Sexyterapia*.

Considerando a relevância das revistas masculinas nos anos 1970 e 1980 como espaço de difusão dos saberes sexuais e construção de subjetividades, somado fato de que essas revistas geralmente estavam comprometidas apenas com os interesses sexuais masculinos, esta pesquisa buscou responder à seguinte questão-problema: como operam os discursos sobre o prazer sexual feminino tomado como objeto no dizer jornalístico na coluna *Sexyterapia* da revista *Peteca*? Para chegar à resposta, foi feita uma análise temática com 110 edições seguida da leitura discursiva de 14 reportagens que versavam especificamente sobre o prazer sexual feminino. A partir da aplicação do arsenal teórico-metodológica da Análise do Discurso de linha francesa, concebido por Michel Pêcheux, foram analisadas as condições de produção da revista, os efeitos discursivos produzidos pelo uso do discurso jornalístico em diálogo com o discurso científico na *Sexyterapia*, e foi desvelada como a coluna constrói a noção de prazer sexual feminino a partir de quatro conceitos-análise: sexo, machismo, repressão e orientação sexual.

Os resultados apontam que a *Peteca* surgiu em um contexto de transformação, embalado pela revolução sexual, cujo gatilho foi a popularização da pílula anticoncepcional feminina na década de 1960, permitindo às mulheres heterossexuais a dissociação entre sexo reprodutivo e recreativo. No contexto nacional, a mudança nos costumes também foi acompanhada da entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho, o que revolucionou os papéis sociais de homens e mulheres. Essa transformação, como aponta Chauí (1984, p. 222), foi liderada pela "classe média urbana liberal e intelectualizada, mais próxima dos padrões dos países chamados desenvolvidos".

Apesar de voltada às classes populares, foi com esta visão urbana, liberal e intelectualizada que os discursos veiculados pela *Sexyterapia* se alinhavam. Mas diferente do ritmo da revolução sexual internacional, a modernização dos costumes no Brasil esbarrou não apenas no contexto político, caracterizado pela ditadura militar, como também na cultura nacional — na década de 1970, 91,8% da população brasileira se declarava católica (CAMPOS, 2018). Por isso, a principal estratégia usada pela *Sexyterapia* para fazer avançar o debate da sexualidade rumo a valores mais progressistas — valores que, em matéria de sexualidade, batiam de frente com uma série de barreiras morais e políticas —, foi a modernização conservadora. Identificada por Ribeiro (2016), essa estratégia era usada por diversos periódicos pornográficos que buscavam incorporar valores progressistas, sem impactar, contudo, "a tradição e o conservadorismo da sociedade brasileira" (p. 51).

Por um lado, a *Sexyterapia* apoiava uma série de valores e comportamentos que subvertiam a ordem vigente. A partir da análise discursiva, foi possível identificar que a coluna aborda o prazer sexual feminino de forma engajada com a defesa dos interesses femininos, em acordo com duas formações discursivas: a da sexologia dos anos 1970 e a do movimento feminista. Em consonância com a sexologia, a *Sexyterapia* busca substituir a coerção pela informação e, assim, colocar o sexo em discurso de uma nova forma (científica), a partir de novos lugares (especialistas). Da sexologia a *Sexyterapia* também se apropria da noção de democracia sexual, perspectiva na qual baseia a sua visão sobre o sexo — homens e mulheres devem ter o mesmo direito ao prazer.

Já no feminismo, Nina Fock busca as ferramentas para explicitar a situação subalterna da mulher nas relações, também, sexuais. De acordo com a coluna, são dois os principais pontos que impedem que as mulheres tenham uma vida sexual

satisfatória. Primeiramente, o machismo exercido pelos homens, que gera o desinteresse em relação à fisiologia feminina; relações sexuais heterocentradas; o tabu da virgindade e a contradição da frigidez feminina, no qual se espera da mulher a virgindade ao mesmo tempo que se cobra um bom desempenho sexual. Depois, a repressão imposta à mulher, que gera um posicionamento passivo frente às reivindicações de seu próprio prazer, além de levá-la a dissimular um prazer que não sente.

Essa construção da noção de prazer sexual feminino está diretamente relacionada à escolha das **fontes** sobre as quais as informações da *Sexyterapia* se baseiam. A escolha das fontes é, em si mesma, um gesto ativo de construção da informação que o jornalismo busca dissimular, a partir do que chamamos de efeito de objetividade, verdade ou real. Com o uso de estratégias de linguagem, o discurso jornalístico busca ocultar os gestos de interpretação contidos na construção da reportagem. Este efeito é potencializado com o uso das fontes científicas, que fazem uso de um discurso paratópico, ou seja, que alegam falar em nome de um Absoluto (MAINGUENEAU, 2010, 2015). Mas como nos mostra a AD, não há discurso sem ideologia. Assim, ao mergulhar na análise das principais fontes usadas pela coluna — Shere Hite, Alfred Kinsey e Masters & Johnson, respectivamente — identificamos que a *Sexyterapia* os articula de forma a evidenciar seu caráter transgressor a favor dos interesses sexuais de minorias de poder, especialmente mulheres e homossexuais. Neste ponto, é possível associar a escolha das fontes também com a subjetividade de Nelson Faria, homem homossexual cuja vida foi marcada pelo preconceito e pela luta contra a homofobia. Também impactado pelo machismo em suas relações profissionais e interpessoais, Faria usou sua sensibilidade em relação ao tema e a liberdade que dispunha em suas condições de produção — o fato de pertencer à imprensa alternativa, o cargo de diretor de redação, a liberdade editorial na Grafipar, a boa recepção de um público em parte também marginalizado, mulheres e homens gays, que deram suporte às perspectivas de Nina Fock e foram a força-motriz para novos lançamentos da Grafipar, como as revistas *Rose* e *Nina* — para transformar a *Sexyterapia* também em um espaço de ativismo a favor das minorias de poder.

Por outro lado, na marcha da modernização conservadora, a *Sexyterapia* busca justificar os seus avanços com argumentos mais tradicionais. Entre os argumentos identificados estão a defesa do casamento, a premissa do amor romântico e a manutenção da família. A democracia sexual fala em nome do amor e

não de um tipo de depravação dos costumes. Por isso, se o tabu da virgindade deve cair, é porque o importante não é ser o primeiro na cama da jovem, mas sim em seu coração.

Por fim, foi identificado que o principal argumento da coluna *Sexyterapia* se dá em relação ao machismo. Ao oferecer a informação sexual, seu objetivo não é simplesmente educar seus leitores, mas sim fazê-lo a partir de uma perspectiva modernizante. O "macho", então, é identificado enquanto o homem do passado, que o leitor da *Peteca* deve deixar para trás. E para assumir um novo comportamento, o comportamento do homem moderno, o leitor pode contar com a imparcialidade jornalística da *Sexyterapia*, pautada em fontes científicas internacionais, para acessar o conhecimento necessário para acompanhar o movimento de libertação sexual, sem que isso signifique a perda dos "valores eternos como o trabalho, a família e o espírito religioso" (FOCK, 1980b, p. 17).

Entre as contribuições do presente estudo destaco, primeiramente, a organização das fontes documentais. Houve, em todo o processo, um cuidado em sistematizar de forma objetiva informações que pudessem ser usadas por novas pesquisas, como é o caso dos quadros com todos os colaboradores da revista *Peteca* identificados pelo expediente (Quadro 9), a descrição de suas colunas (Quadro 10) e a análise temática (Quadro 11). Acredito que, neste ponto, a pesquisa tenha ido além do necessário para o acesso à dimensão discursiva no que diz respeito ao tema macro do estudo, o prazer sexual feminino. Mas este nível de detalhamento, inédito no caso da *Peteca*, é fundamental para que a revista passe a ser considerada entre o *corpus* de análise de novas pesquisas. Afinal, diferentemente de sua "prima rica", a "Playboy dos pobres" costuma passar quase despercebida pela rota de pesquisadores e pesquisadoras que se debruçam sobre a relação entre imprensa e sexualidade no Brasil. Os motivos são claros: como denuncia Danton (2016), a Grafipar foi a editora que "saiu do eixo", isto é, foi a única editora fora do percurso Rio de Janeiro - São Paulo a se destacar na década de 1970 na categoria de revistas pornográficas. Além disso, pesquisar este tipo de material no Brasil ainda é um desafio. A ausência dessas revistas em acervos públicos faz com que pesquisadores e pesquisadoras dependam majoritariamente de acervos particulares e aquisições feitas com recursos próprios para poder estudá-las. Por isso, aqueles que futuramente se debruçarem sobre este tipo de material podem, também, cogitar a possibilidade de produzir ou alimentar acervos que colaborem com a preservação destas revistas, criando as condições de

produção para que novas pesquisas sejam feitas. Além disso, o presente estudo explicita uma perspectiva que pode passar despercebida aos pesquisadores que tenham tido um contato superficial com a revista ou que a tenham estudado a partir de outros temas. Quando Fontoura Junior (2015) afirma que a *Peteca* possui "uma compreensão conservadora da sexualidade conjugal" (p. 190), por exemplo, certamente não levou em conta todas as rupturas que a *Sexyterapia* promove a partir da perspectiva feminina. Essa imersão na dimensão discursiva da coluna, fazendo um resgate da memória discursiva que a compõe, permite que novos estudos levem em consideração seu caráter transgressor.

A necessidade de firmar-se um recorte para que a dissertação ocorra no tempo estipulado implica limitações à pesquisa. O foco na imprensa pornográfica deixou de lado, por exemplo, o surgimento da imprensa alternativa, em especial a imprensa feminista, que também abordava temas relacionados à sexualidade feminina e pode ter, também, influenciado a *Peteca*. Outra limitação está no fato de que, ao focar apenas na coluna *Sexyterapia*, esta pesquisa não leva em conta os discursos veiculados pelas demais seções e, conseqüentemente, as contradições que existem no interior da revista. Ao mesmo tempo em que a *Sexyterapia* instrui que as mulheres não são objetos sexuais, este enunciado circula dentro de uma revista pornográfica que conta com cerca de 30% a 45% de ensaios de nus femininos, que não servem senão para objetificar seus corpos. Além disso, através da leitura flutuante pude identificar dezenas de quadrinhos e charges que fazem humor baseado em apologia ao estupro, que reforçam a virgindade enquanto fator de valorização ou depreciação de mulheres, entre outros temas que são combatidos pelo discurso da *Sexyterapia*. A análise de outras seções colocadas em contraste com a *Sexyterapia* é um caminho aberto pelo presente estudo — e necessário, para que seja possível fazer uma análise ampla da publicação.

Mesmo dentro da *Sexyterapia*, há vários caminhos inexplorados. É possível, por exemplo, fazer uma análise com ênfase na carta dos leitores (levando em conta também outras seções da revista em que as cartas aparecem, como *Confissões íntimas* e *Sexyhoróscopo*), ou empenhar uma análise discursiva com foco em outros temas, usando a análise temática desta pesquisa (Quadro 11) para guiar a organização do *corpus*. Ao pensar na curiosa relação entre uma coluna científica veiculada dentro de uma revista pornográfica, é possível expandir esse olhar para um panorama geral de forma a compreender as particularidades do jornalismo científico

incorporado nas revistas de público segmentado, para além daquelas cujo objetivo de divulgação científica o é *per se*, objeto de estudo mais recorrente nas pesquisas que abordam o jornalismo científico.

Por fim, espero que esta pesquisa seja mais uma a colaborar com o fim do estigma sobre temas sensíveis à moralidade. A pornografia enquanto objeto de estudo é dificultada pelo acesso ao *corpus*, mas também pela dificuldade em debatê-la nos mais diversos espaços. Concluo, então, com uma reflexão. Acredito que, no campo da Análise do Discurso, toda pesquisa seja um pouco pornográfica. Se considerarmos, conforme Lapeiz e Moraes (1985), que a pornografia é aquilo que, por excelência, veicula o que deveria ser escondido, nossas pesquisas, ao desbravar a dimensão discursiva dos mais diversos objetos de estudo, fazem o mesmo movimento da pornografia enquanto argumento. O que nos resta, portanto, é resgatá-la — e com muito prazer.

REFERÊNCIAS

- ABDO, C. H. N; FLEURY, H. J. Aspectos diagnósticos e terapêuticos das disfunções sexuais femininas. *Rev. psiquiatr. clín.*, v. 33, n. 3, pp. 162-167, 2006.
- ACHARD, P. *et al. Papel da Memória*. Trad. NUNES, J. H. Campinas: Pontes, 1999.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos do estado*. Lisboa: Editorial Presença, 1970.
- AMARAL, A. *A construção das identidades lésbicas na literatura e no jornalismo brasileiro*. Trabalho de Conclusão de Curso (Comunicação Social - Jornalismo), Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2016.
- AMARAL, A.; FERNANDES, J.C. Grafipar Edições: Uma Reação Erótica à Ditadura Militar. *Anais do Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Belém, PA, 2019.
- ANCINE. Consulta de projetos audiovisuais. *Grafipar - Uma História de Sonhos e Ousadia*. Disponível em: <<https://bit.ly/3p7CSjT>>. Acesso em out. de 2020.
- AQUINO, C; MARTELLI, A. C. Escola e educação sexual: uma relação necessária. *Anais IX ANPED Sul*, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/36kHWbU>>. Acesso em out. de 2020.
- ARMAS, E. Por que as 'millennials' estão deixando de tomar a pílula anticoncepcional. In *El País* [online], 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/26/ciencia/1551209357_760518.html>. Acesso em jul. de 2019.
- ÁVILA, M. B. Modernidade e cidadania reprodutiva. In: HOLLANDA, H. B (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto* (pp. 163-178). Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.
- BARROS, N. F. de. *Os iguais sob o arco-íris*. Curitiba: Edição do autor, 2002.
- BARSTED, L. L. Legalização e descriminalização: dez anos de luta feminista. p. 179 - 212. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. (pp. 163-178). Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.
- BONIN, J. Nos bastidores da pesquisa: a instância metodológica experienciada nos fazeres e nas processualidades de construção de um projeto. In: MALDONADO
- BORGES, J. V. Da (des)construção do “clássico”: o Segundo sexo e a Mística feminina no Brasil e na Argentina. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10*, Florianópolis, 2013.
- BRANDÃO, R. R. Revolução sexual e sexualidades “ex-cêntricas”: análises das práticas discursivas sobre “identidades sexuais” em revistas brasileiras (1969-1979). *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 23, n. 35, pp. 118-144, 2016.

BRASIL. *Decreto nº 4.743, de 31 de outubro de 1923*. Regula a liberdade de imprensa e dá outras providências. Brasil, Presidência da República, 1923.

BRASIL. *Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970*. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Brasil, Presidência da República, 1970.

BUENO, H. C. *Querida amiga Marta: sexualidade, feminismo e poder no programa TV Mulher*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

BUITONI, D. H. S. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1990.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. 6 ed. Trad. MARTINS, C. W. S. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CAMPOS, L. S. Os Mapas, Atores e Números da Diversidade Religiosa Cristã Brasileira: Católicos e Evangélicos entre 1940 e 2007. *Revista de Estudos da Religião*, pp. 9-47, dezembro de 2008.

CARDOSO, E. *E como não ser pornográfico? Usos, sentidos e diálogos transnacionais em torno da pornografia no Brasil (1880-1924)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2019.

CARDOSO, V. P. *Ciência brasileira nos principais sites de notícias: Um retrato colonial*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Linguagens, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea, Cuiabá, 2016.

CARMO, P. S do. *Prazeres e pecados do sexo na história do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Edições Sesc, 2019.

CARNEIRO, C. "Consultório sentimental" da Revista Claudia: um espaço de discursos do e sobre o amor. *Revista Falange Miúda*, v. 4, n. 2, 2019.

CAROPRESO, F; SIMANKE, R. T. Repressão e inconsciente no desenvolvimento da metapsicologia freudiana. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, pp. 201-216, 2013.

CARREIRA, F. A. S. A evolução do sentido da notícia: um estudo sobre o percurso discursivo das matérias significantes no jornalismo impresso. *Rev. Recôncavo*, v. 2, n. 1, 2008.

CARVALHO, L. B. de. A censura política à imprensa na ditadura militar: fundamentos e controvérsias. *Revista da Faculdade de Direito – UFPR*, Curitiba, v. 59, n. 1, pp. 79-100, 2014.

CARVALHO, L. S., PHILIPPI, M. M. Percepção de lésbicas, gays e bissexuais em relação aos serviços de saúde. *Universitas: Ciências da Saúde*, Brasília, v. 11, n. 2, p. 83-92, jul./dez. 2013.

CHAUÍ, M. *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida*. 6 ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1984.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA [CFP]. *Nota do Conselho Nacional LGBT*. 2013. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/nota-do-conselho-nacional-lgbt/#:~:text=Em%201985%2C%20a%20ABP%20foi,dist%C3%BArbio%20e%20nem%20pervers%C3%A3o%E2%80%9D%20e>>. Acesso em 21 fev. de 2021.

COSTA, C. *et al.* (Orgs). *Histórias Secretas — Os Bastidores dos 40 Anos de Playboy no Brasil*. São Paulo: Panda Books, 2016.

COSTA, V. Com repressão, não há tesão: a censura ao sexo no jornalismo de revistas no Brasil do século XIX ao Regime Militar (1964-79). *Caligrama*, São Paulo, v.2, n. 1, pp. 130-142, 2006.

DANTON, G. *Grafipar: a editora que saiu do eixo*. São Paulo: Editora Kalaco, 2016.

DEMENECK, B-H. A experiência Grafipar. *Cândido*. Jornal da Biblioteca Pública do Paraná, 2012. Disponível em: <<https://www.bpp.pr.gov.br/Candido/Pagina/Capa-experiencia-Grafipar>>. Acesso em 15 jan. de 2021.

DIAS, R. *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa10469/rogerio-dias>>. Acesso em 13 mai. 2021. Verbetes da Enciclopédia.

ESCOSTEGUY, A. C. *Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

et. al. (Orgs). *Metodologias da pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos*. (pp. 271-294). Porto Alegre: Sulina, 2006.

FERNANDES, J. C. Alzeli Bassetti, em carne viva, em cores. In *Gazeta do Povo*, 2018a. Disponível em: <<https://bit.ly/3epsNvr>>. Acesso em 18 mai. de 2020.

FERNANDES, J. C. As revistas eróticas de Faruk El-Kathib. In *Gazeta do Povo*, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2liOUGn>>. Acesso em 10 jun. de 2020.

FERNANDES, J. C. Confesso que vivi. In *Gazeta do Povo*, 2018b. Disponível em: <<https://bit.ly/2U9o1XM>>. Acesso em 10 jun. de 2020.

FERNANDES, J. C. *Desejos impressos*. Biblioteca Pública do Paraná [eletrônico], 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/32raoYQ>>. Acesso em 12 jun. de 2020.

FERREIRA, B. Por que as mulheres estão deixando de tomar anticoncepcional? Entenda! In *Toda Teen*, [eletrônico] 2019. Disponível em: <<https://todateen.uol.com.br/mulheres-estao-deixando-de-tomar-anticoncepcional/>>. Acesso em 05 nov. de 2020.

FICO, C. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. *Topoi*, Rio de Janeiro, pp. 251-286, 2002.

FISCHER, R. M. B. A Análise do discurso: para além de palavras e coisas. *Educação & Realidade*: v. 20, n. 2, pp. 18-37, 1995.

FONTOURA JUNIOR, A. *Pornotopias conjugais*: subjetividades e sexualidades no surgimento do swing no Brasil. 2015. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, 2015.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I*: A vontade de saber. 13 ed. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal Ltda., 1999.

FRANZONI, S; LISBOA, S. Aproximações teóricas entre Jornalismo e Discurso: as noções de função enunciativa e efeito de verdade. In: *Anais 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, ECA/USP, São Paulo, 2017.

GADET, F.; HAK, T. (Org). *Por uma análise automática do discurso*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

GANDINO, A. *Macho, masculino, homem*: a sexualidade, o machismo e a crise de identidade do homem brasileiro. Porto Alegre: L&PM, 1986.

GAZETA DO POVO. Morre o jornalista Nelson Faria de Barros. *Gazeta do Povo*, 25 de setembro de 2005. Disponível em: <www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/morre-o-jornalista-nelson-farias-de-barros-9phezs1eyfkboegwspt70x8u/>. Acesso em: 15 mai. 2021.

GERBASE, C. Imagens do sexo: as falsas fronteiras do erótico com o pornográfico. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 31, 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/2U9GSC6>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

GOODWIN, R. O Pasquim. Biblioteca Nacional Digital Brasil. *Dossiê O Pasquim*, [s/d]. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/dossies/o-pasquim/memorias/ricky-goodwin/>>. Acesso em 13 jan. 2021.

GOUVÊA, V. Censura no Brasil. *Que república é essa?*. In Arquivo Nacional [eletrônico], 2019. Disponível em: <<http://querepublicaeessa.an.gov.br/temas/136-censura-no-brasil.html>>. Acesso em 05 jan. 2021.

GRIGOLETTO, E. *O discurso de divulgação científica*: um espaço discursivo intervalar. 2005. (Tese) Doutorado em Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

GROSFOGUEL, R. The epistemic decolonial turn. *Cultural Studies*, v. 21, n. 1-2, 2007.

HISSA, C. E. V. *Entrenotas*: compreensões de pesquisa. Belo Horizonte: SciELO - Editora UFMG, Edição do Kindle, 2012.

HITE, S. *The hite report*: a nationwide study of female sexuality. 3 ed. New York: Dell Publishing Co., 1981.

HOOKS, B. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, n.16, pp.193-210, 2015.

HUNT, L. Obscenidade e as origens da modernidade: 1500-1800. In: HUNT, L. *A invenção da pornografia: obscenidade e as origens da modernidade, 1500-1800*. (pp. 9-46). São Paulo: Hedra, 1999.

INTERCOM. *Boletim Intercom*, n 19, abril de 1980. São Paulo, 1980. Disponível em <<http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PINTESP041980019.pdf>>. Acesso em 12 fev. 2021.

KAISER, M. Duro, só a ditadura. *Revista Trip*, v. 23, n. 191, pp. 80 - 85, 2010.

KHATIB, F. el. *De porta em porta em Nova York: caminhos, histórias e legados*. São Paulo: Senac, 2018. Edição do Kindle.

LAMPIÃO DA ESQUINA. *Demissão, processo, perseguições*. Mas qual é o crime de Celso Cúri? Ed. 0, abril de 1978.

LERNER, G. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, D. M de. *Comportamento sexual do brasileiro*. 38 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1976.

LOPES, R. C. Da censura ao camburão: a regulação da homossexualidade na ditadura civil militar brasileira. *Temáticas*, v. 28, n. 56, pp. 231–254, 2020.

LOURO, G. L. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LUGONES, M. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*. Bogotá, Colombia, n 9, pp. 73-101, 2008.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*. Florianópolis., v. 22, n. 3, 2014.

MAINGUENEAU, D. *Discurso e análise do discurso*. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAINGUENEAU, D. *O discurso pornográfico*. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MARIUSSO, V. H. da S. G. *Lampião da Esquina: homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981)*. 2015. 212f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

MELO, Max Milliano. Empregada na cama e no fogão: mãe-pretas e mulatas no audiovisual brasileiro. In: *IV Encontro Regional Sudeste de História da Mídia*, 2016.

MIGUEL, L. F. O jornalismo como sistema perito. *Tempo Social. Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, v. 11, n. 1, pp. 197-208, 1999.

MILLARCH, A. *Colunismo III*: quando chegou a hora das sociedades de bairros. Estado do Paraná, 29 de maio de 1984. Disponível em: <<https://www.millarch.org/artigo/colunismo-iii-quando-chegou-hora-das-sociedades-de-bairros>>. Acesso em 10 mai. 2021.

MILLARCH, A. *No campo de batalha*. Estado do Paraná, 27 de outubro de 1988. Disponível em: <<https://www.millarch.org/artigo/no-campo-de-batalha-79>>. Acesso em 10 mai. 2021.

MILLARCH, A. *Quadrinhos eróticos*. Estado do Paraná, 15 de setembro de 1978. Disponível em: <<https://www.millarch.org/artigo/quadrinhos-eroticos>>. Acesso em 10 mai. 2021.

MILLARCH, A. *Visita da Censura*. Estado do Paraná, 13 de junho de 1979. Disponível em: <<https://www.millarch.org/artigo/visita-da-censura>>. Acesso em 10 mai. 2021.

MIRA, M. C. Gênero x gênero. Playboy no Brasil e o olhar masculino. *Intercom*, [s/d]. Disponível em <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/5e2ec31ec8234b4249de5b69e817866c.pdf>>. Acesso: 30 dez. 2020.

MONTEIRO, M. Ele Ela: deslocamentos de gênero em uma revista brasileira. In: CLAUDIA, M; SIMILI, G. *Histórias do vestir masculino*: narrativas de moda, beleza, elegância. SciELO - EDUEM, 2017.

MORAES, E. R; LAPEIZ, S. M. *O que é pornografia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MOTTA, L. G. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (Orgs.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2007.

MOTTA-ROTH, D.; SCHERER, A. S. Popularização da ciência: a interdiscursividade entre ciência, pedagogia e jornalismo. *Bakhtiniana, Rev. Estud. Discurso*, São Paulo, v. 11, n. 2, pp. 164-189, 2016.

MURARO, R. M. *Os seis meses em que fui homem*. Editora Record, São Paulo, 1990.

MURARO, R. M. *Sexualidade da mulher brasileira - corpo e classe social no Brasil*. Editora Vozes, São Paulo, 1983.

NAPOLITANO, M. *Cultura brasileira - utopia e massificação (1950 - 1980)*. Editora Contexto, 2004. Edição do Kindle.

OLIVEIRA, D.C. Análise de Conteúdo Temático Categorical: Uma proposta de sistematização. *Rev. Enferm. UERJ*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, pp. 569-76, 2008.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PADRELLA, N. *Nelson Padrella. Zé Beto*. 21 de maio de 2021. Disponível em: <<https://www.zebeto.com.br/2020/01/14/nelson-padrella-89/#.YKLsnJNKg-Q>>. Acesso em 10 mai. 2021.
Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999.

PEÇANHA, N. B. *“Regras de civilidade”*: tecendo a masculinidade do smart nas páginas d’O Rio Nu (1898-1916). 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2010.

PÊCHEUX, M. (1969). *Análise automática do discurso (AAD-69)*. In: GADET & HAK (Org). *Por uma análise automática do discurso*. (pp. 61-162). Campinas: Ed. Unicamp, 1997a.

PÊCHEUX, M. (1975) *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas*. In: GADET & HAK (org). *Por uma análise automática do discurso*. (pp. 163-252). Campinas: Ed. Unicamp, 1997b.

PÊCHEUX, M. *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*, Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2006.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1977.

PEDRO, A. P. *Ética, moral, axiologia e valores: confusões e ambiguidades em torno de um conceito comum*. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 55, n. 130, pp. 483-498, 2014.

PEREIRA, C. S. *Um gênero alegre: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916)*. 1997. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1997.

PORTELA, M. R. *Amor e sexo não têm idade: os discursos sobre a sexualidade madura na revista Peteca (1980)*. 2021, *no prelo*. Ebook.

PRECIADO, P. B. *Manifesto contrassexual: Práticas subversivas de identidade sexual*. Trad. RIBEIRO, M. P. G. 1 ed. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRECIADO, P. B. *Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

QUIJANO, A. *Colonialidade, poder, globalização e democracia*. *Revista Novos Rumos*, n 37, p. 4-28, 2002.

RIBEIRO, A. F. *Desnudando a ditadura militar: As revistas erótico-pornográficas e a construção da(s) identidade(s) do homem moderno (1964-1985)*. Dissertação

(Mestrado em Letras), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2016.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, Justificando, 2017.

RIBEIRO, E. A. Fonte judicial na pesquisa histórica: o crime de sedução. *Hist. Ensino*, Londrina, v.3, pp. 57-71, 1997.

RIBEIRO, M. O. A sexualidade segundo Michel Foucault: uma contribuição para a enfermagem. *Rev. Esc. Enf. USP*, v. 33, n. 4, pp. 358-63, 1999.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica (1980). *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012.

ROSEMBERG, F. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, C. R; PEDRO, J. M. *Nova História das Mulheres*. (pp. 333-359). São Paulo: Contexto, 2012.

RUSO, J. A. *et al.* O campo da sexologia no Brasil: constituição e institucionalização. *Physis*, v.19, n.3, pp.617-636, 2009.

SANTOS, L. L. dos. *As histórias em quadrinhos de Maria Erótica (1979-1981) de Claudio Seto: visões carnalizantes durante a ditadura militar*. 2020. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

SCHMITZ, A. A. *Classificação das fontes de notícias*. Florianópolis, SC: UFSC, 2011.

SCHWAAB, R. T.; ZAMIN, A. O discurso jornalístico e a noção-conceito de interdiscurso. *Revista Vozes e Diálogo*, v. 13, n. 01, pp. 83-92, 2014.

SCHWAAB, R. T.; ZAMIN, A. O Jornalismo como espaço de legitimação de sentidos: uma análise do discurso da Aracruz Celulose na revista Superinteressante. *Anais do Seminário de Estudos em Análise do Discurso*, 2007a.

SCHWAAB, R. T.; ZAMIN, A. Para ler de perto o jornalismo: uma abordagem por meio de dispositivos da análise do discurso. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 11-23, jan/jun, 2007b.

SCOTT, A. S. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, C. B; PEDRO, J. M. *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 15-42.

SENA, T. *Os Relatórios Kinsey, Masters & Johnson, Hite: as sexualidades estatísticas em uma perspectiva das ciências humanas*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, 2007.

SENA, T. Os relatórios Masters & Johnson: gênero e as práticas psicoterapêuticas sexuais a partir da década de 70. *Rev. Estud. Fem.*, v.18, n.1, 2010.

SILVA, D. *Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64*. Barueri, SP: Manoele, 2010.

SILVA, L. F. D. O. *A ciência sexual filógina: Gérard Zwang e Shere Hite na defesa da sexualidade feminina*. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Curso de Graduação em História, Curitiba, 2013.

SILVA, L. H. F. da. *Hibridismo Cultural, ciência e tecnologia nas histórias em quadrinhos de Próton e Neuros: 1979 à 1981*/editora Grafipar. 2016. Mestrado (Dissertação PPGTE). Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UFTP), Curitiba, 2016.

SIMÕES, I. *Roteiro da Intolerância: a censura cinematográfica no Brasil*. São

SIVULKA, J. Historical and Psychological Perspectives of the Erotic Appeal. in Advertising. In: LAMBIASE, J.; REICHERT, T. *Sex in advertising: perspectives on the erotic appeal* (2003), pp. 39 - 64, 2008.

SOUZA, S. A. F. *Análise de discurso: procedimentos metodológicos*. Manaus: Censur, 2014.

SPONHOLZ, L. Entre senso comum e ciência: o conhecimento híbrido do jornalismo. *Ciências & Cognição*, v. 10, pp. 2-14, 2007.

SPONHOLZ, L. O método do jornalista. *Comunicação & Educação*, v. 13, n. 2, pp. 57-64, 2008.

TAVARES, F. de M. B. O tema como operador de sentidos no jornalismo de revista. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, pp.180-193, 2009.

TRAQUINA, N. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2001.

VENTURA, Z. *1968 – O ano que não terminou*. 3.ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

VILLADSEN, K. Tecnologia versus ação: uma falsa oposição atribuída a Foucault nos estudos organizacionais. *Organ. Soc.*, Salvador, v.21 n. 71, 2014.

WINCKLER, C. R. *Pornografia e sexualidade no Brasil: da repressão à sublimação*. Editora Mercado Aberto, Porto Alegre, 1983.

WITTIG, M. *The Straight mind and other essays*. Boston: Beacon, 1992.

WOITOWICZ, K. J.; ROCHA, P. M. Estudos de gênero no Jornalismo: perspectivas de análise das mulheres jornalistas e das representações femininas. In. WOITOWICZ, K. J.; ROCHA, P. M. (Org.). *Marcas & discursos de gênero: produções jornalísticas, representações femininas e outros olhares* (pp. 131-150). Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

REPORTAGENS ANALISADAS:

HILL, K. Com a queda do "tabu" da virgindade: as mulheres estão ficando mais "sexy" ou fáceis demais?. *Peteca*. Grafipar, Curitiba, Paraná, n. 3, pp. 10 -13, 1976.

FOCK, N. Como conduzir a mulher ao prazer? (Ela também tem direito ao orgasmo). *Peteca*. Grafipar, Curitiba, n. 18, 1978.

FOCK, N. Como é o orgasmo feminino?. *Peteca*. Grafipar, Curitiba, Paraná, número 36, 1979a.

FOCK, N. Preservar virgindade é pretexto para ocultar frieza sexual?. *Peteca*. Grafipar, Curitiba, Paraná, número 52, 1979b.

FOCK, N. Conheça tudo sobre o orgasmo feminino. *Peteca*. Grafipar, Curitiba, Paraná, número 59, 1980a.

FOCK, N. Bissexualidade: é possível amar os dois sexos?. *Peteca*. Grafipar, Curitiba, Paraná, número 64, 1980b.

FOCK, N. A identidade bissexual e seu desempenho. *Peteca*. Grafipar, Curitiba, Paraná, número 65, 1980c.

FOCK, N. Como conduzir a mulher ao orgasmo?. *Peteca*. Grafipar, Curitiba, Paraná, número 67, 1980d.

FOCK, N. Lesbianismo: moda ou contestação?. *Peteca*. Grafipar, Curitiba, Paraná, número 69, 1980e.

FOCK, N. Frigidez feminina: existe mesmo isso?. *Peteca*. Grafipar, Curitiba, Paraná, número 72, 1980f.

FOCK, N. Maiores dúvidas dos rapazes sobre a sexualidade feminina. *Peteca*. Grafipar, Curitiba, Paraná, número 87, 1981a.

FOCK, N. Conheça melhor a excitação e o orgasmo feminino. *Peteca*. Grafipar, Curitiba, Paraná, número 88, 1981b.

FOCK, N. Sexo na menstruação, gravidez & orgasmo. *Peteca*. Grafipar, Curitiba, Paraná, número 89, 1981c.

FOCK, N. Aprenda a fazer tudo aquilo que ela gosta. *Peteca*. Grafipar, Curitiba, Paraná, número 101, 1981d.

REVISTAS CONSULTADAS:

Peteca. Números: 1 (...) 116, com exceção dos números 21, 41, 42, 43, 83, 108. Grafipar, Curitiba, Paraná, 1976 - 1983.

LINKS CONSULTADOS:

ACERVO VLADIMIR HERZOG. *Livros sob censura*. Disponível em: <<http://memoriasdeditadura.org.br/livros-sob-censura/>>. Acesso em janeiro de 2021.

GUIA DOS QUADRINHOS. *Grafipar*. Disponível em: <<http://www.guiadosquadrinhos.com/gibis-da-editora/grafipar/252>>. Acesso em maio de 2021.

VARIG. *Ícaro Brasil*. Disponível em: <<https://www.varigairlines.com/pt/icarobrasil.htm>>. Acesso em maio de 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TÍTULOS DE REVISTAS E QUADRINHOS PUBLICADOS PELA GRAFIPAR

	REVISTAS	QUADRINHOS
1	Astral	Almanaque do Faroeste
2	Atenção	Almanaque do Zamor O Selvagem
3	Carol Blue	Almanaque Especial de Quadrinhos
4	Confissões Íntimas	Almanaque Xamanu
5	Contos Eróticos de Peteca	As Fêmeas
6	Festa da Copa	As Gatinhas do Sr. Shoo
7	Horóscopo de Rose	Aventuras em Quadrinhos
8	Intimidade	Cangaço
9	Malícia	Clássicos Eróticos em Quadrinhos
10	Nina	Colorindo
11	Passarola	Contos de SaFadas
12	Personal	Contos e Quadrinhos - Novelas Eróticas
13	Peteca	Clarice - Novela-quadrinhos
14	Peteca Humor	Diário Íntimo
15	Peteca Som	Eros - Sexo em Quadrinhos
16	Penthouse	Erótica Gigante
17	Ponto de Encontro	Especial de Quadrinhos
18	Prick	Feira de Quadrinhos Eróticos Adultos
19	Rose	Herói Erótico
20		Homo Sapiens
21		Jackal
22		Katy Apache
23		Kiai - Faixa Preta em Quadrinhos
24		Maria Erótica
25		Neuros
26		O Exterminador
27		O Insaciavel Garanhão

28		O Melhor do Humor Brasileiro
29		Perícia
30		Personal Humor
31		PlayGay
32		Próton
33		Quadrinhos Eróticos
34		Quadri-Sex
35		Raio Negro
36		Rex - O Caçador
37		Robô Gigante
38		Sertão & Pampas
39		Sexy Comics
40		Sexy West
41		Super Gay
42		Super Pinóquio
43		Taras Sexuais
44		Terror e Sexo em Quadrinhos
45		Vaca Amarela
46		Volúpia

Fonte: Da autora, 2021

APÊNDICE B - ENTREVISTA COM FARUK EL-KHATIB

Transcrição da entrevista realizada no dia 13 de maio de 2021, no escritório da Alkhadima, novo empreendimento de Faruk na área cosmética, em Curitiba, Paraná, com duração média de 1 hora.

MONIQUE: De onde veio o nome *Peteca*?

Faruk El-Khatib: Quando a gente lançou, o conceito era o seguinte: eu vim da área editorial, que era do meu pai, distribuição de livro porta a porta etc. e tal, e eu sempre gostei da área de revista. Eu achava que revista era mais dinâmico. Livro era muito parado. Você produzia um livro, o livro fica lá, não tem muito o que mexer. E a revista não, ela é dinâmica. E quando eu falava em revista para o meu pai e o meu irmão os caras diziam: “pô, você é louco, você quer competir com a Abril!”. A Abril era o máximo naquela época. Eu dizia não, eu não quero competir com a Abril, eu acho que tem espaço para todo mundo. E não conseguia. Aí o que eu fiz, eu consegui, eu criei a *Passarola* que era uma revista já paga, fiquei nove meses para vender o projeto para a Varig. Depois que eu consegui vender a *Passarola*, aí eu peguei crédito para poder lançar a revista. Aí eu tinha que entender como é que funcionava a banca, o mercado de banca. Aí eu lancei uma linha infantil chamada *Colorindo* para poder entender como funcionava a banca etc. Aí eu cheguei à conclusão de que tinha um nicho de mercado que era esse: o jovem que não tinha com quem conversar sobre sexo, que era um tabu desgraçado, e que estava precisando de informação. Pô, então eu precisava criar um produto como esse. Quem fazia parceria comigo era o Nelson Faria e o Rogério Dias. Aí troquei uma ideia com ele, “olha, eu quero fazer no mesmo estilo que a gente fez a *Passarola*, de passatempo e tal, seria na mesma linha, passatempo, mas botar uma pitadinha de mulher pelada, mais misturado com não sei o quê, e precisamos achar um nome para isso”. E aí, qual é que vai ser, pá pá pá, aí o Rogério diz assim: “porra, por que não *Peteca*?”. Bem louco. *Peteca*. Porra, *Peteca*? Pô, legal. A petequinha, você bate na peteca, e tinha aquela bundinha e tal, então tem tudo a ver. Quem sugeriu o nome da *Peteca* foi o Rogério Dias.

Já pensou graficamente ali na peteca.

Como ele pensou graficamente, ele já tinha criado o nome da *Passarola*, foi ele quem criou o nome, porque passarola foi a primeira coisa que o Bartolomeu de Gusmão, era a primeira coisa que se imaginou que pudesse voar, aí ele deu o nome de *Passarola*. E quem sugeriu o nome *Peteca* foi ele. Assim que surgiu. Era uma brincadeira, como era um negócio de brincadeira de criança — não tão criança assim — e graficamente ele já tinha a bundinha, ele já tinha criado, tanto é que ele já deu o nome com a criação da logo da *Peteca*. Foi assim que saiu.

E como vocês chegaram no nome Nina Fock? Tem alguma coisa a ver com a atriz Nina Foch?

Não, na verdade, assim, a *Sexyterapia*... era um negócio assim, complicado de você falar... Porque qual era o conceito, o conceito era o seguinte. O que eu dizia para todo mundo: não quero que as informações sejam furadas. Quer dizer, então, você não pode trair o leitor. Tudo o que colocar aqui tem que ter respaldo. Nós não somos nenhum psicólogo ou coisa parecida, mas a gente vai colocar tudo o que for realmente correto. Aí o Nelson Faria, que era o redator, começou a procurar pessoas, médicos etc., mas evidentemente ninguém queria aparecer. E ele então, também, para ele não ser o Nelson, “porra, o cara é redator, daí ele mesmo responde”, como é que faz. E nossa equipe começou assim mesmo, era o Nelson, o Rogério e eu, nós três. Então ele disse porra, precisamos criar alguém. Aí ele criou um personagem e colocou o nome de Nina Fock. Agora, de onde ele tirou esse nome, eu não tenho a menor ideia!

Analisando os textos, a escrita é muito parecida. Eram esses médicos que escreviam e o Nelson editava ou ele mesmo escrevia?

Quem escrevia era o Nelson. O que ele fazia: ele tinha um médico, que ele se consultava em relação àquilo, um psicólogo e outras informações. Eu sei que ele tinha três fontes, por sinal nem ele queria dizer quem era, depois que eu fiquei sabendo quem era, eles não querem aparecer, então tudo bem, tá bom. Porque naquela época era um troço muito avançado, o cara ficava meio “assim”. Então ele tirava essas informações e a partir daí ele escrevia. O texto era dele mesmo, com as informações de terceiros. Então tudo o que era colocado na *Peteca* tinha um respaldo científico, digamos assim, no processo. Não era uma coisa chutada.

Outra coisa que eu notei é que, pelo menos na *Sexyterapia*, todas as pesquisas que vocês usam são internacionais. Tem algum por quê?

Internacionais? Sim, porque naquela época você não tinha literatura aqui. Você, hum, vamos dizer, as revistas na época mais avançadas, que eram a *Capricho*. Não era a *Capricho*, tinha outro nome. Depois veio uma série de outras revistas femininas que davam isso daí, mas você não tinha informação. Então ele misturava as informações locais e ia buscar em literatura de fora para ver o que que tinha. Era assim que funcionava.

Muitos desses livros que eram fontes para a *Sexyterapia* não foram lançados em português até hoje. Vocês pediam para traduzir artigos?

O Nelson pegava os livros e pedia para traduzir, não era fluente em inglês, nem eu. Nessa época não tinha internet nem nada, era tudo no gogó, tinha que olhar no olho para ver o que tinha que fazer. Então era nesse formato. Aí nós passamos a fazer, porque assim, a *Peteca* era construída em cima do que o leitor queria. A gente recebia 1500 cartas. Era uma loucura. E não tinha a organização que poderia ter hoje com a internet. Naquela época era tudo no gogó, tinha que ler, tinha que separar, então era uma loucura.

E quem fazia isso com as cartas? Quem ficava lá, lendo tudo?

No começo a gente mesmo ia lendo, ia fazendo. Quando começou a ter um volume muito grande, a gente tinha uma pessoa que abria as cartas, fazia mais ou menos uma seleção dos assuntos, e passava para o Nelson. O Nelson é que fazia o processo geral. E a gente discutia a pauta, a gente fazia a pauta seguinte baseada no que vinha das informações. Daí que nós criamos a *Confissões Íntimas*, porque as pessoas tinham um problema, não tinham para quem contar.

Era mais direto ali.

Exatamente. Então, aí a *Confissões Íntimas*, mesma coisa. As respostas eram dadas por intermédio de médicos e psicólogos etc. que orientavam como fazer essa instrução. Então era tudo muito calcado. Esse era o sucesso da *Peteca*. A pessoa lia o que ela queria ler mesmo. Tanto é que muitos anos depois, a editora Abril lançou um produto que era mais ou menos em cima disso, que o leitor fazia, mas não pegou. Não vingou, porque eu acho que ficou uma coisa assim, muito forçada. O nosso não era forçado. Era uma coisa assim, muito tranquila. A gente via, dentro desse objetivo, o que a gente tinha. Era a mesma coisa da *Ponto de Encontro*. Hoje tem o Tinder né, que era o nosso *Ponto de Encontro* da época. Só que não tem milhões como tem hoje no processo. No *Ponto de Encontro* eu até tive dois convites para ser padrinho de casamento.

E você foi?

Não, não fui. Fui convidado para ser padrinho de casamento que se encontraram e se casaram por intermédio da revista. Muito maluco, era bem maluco.

Quando você vai ver outras revistas que debatem os mesmos temas, mas não da mesma forma, a *Peteca* se destaca por quebrar muitos preconceitos. Existia algum direcionamento nesse sentido?

Não, na verdade o que acontecia: o Nelson era um homossexual, o Nelson Faria, só que não podia assumir. Naquela época, não podia assumir. Então ele tinha muito daquele do “dentro do armário”. Não podia sair do armário como se faz hoje, estou falando de 40 anos atrás, imagine. Se hoje tem preconceito, imagine naquela época. E eu, particularmente, nunca fui preconceituoso. Eu sempre fui realmente muito aberto. Claro, cada um na sua etc. e tal, mas eu nunca tive isso daí. Então, por isso, eu nunca deixei que dentro da revista tivesse preconceito. E ele, automaticamente, como tinha esses problemas dele, ele procurava por intermédio da revista se expressar. Tanto é que nós lançamos a primeira revista gay do Brasil, e que na verdade não era para ser gay, era para atingir o público feminino e no fim a gente acertou em outro público. E pô, a primeira boate gay do Brasil eu fui convidado, fui eu, minha mulher, minha irmã, fomos convidados para o lançamento da boate que era uma maravilha, lá em São Paulo, do Curi, que escrevia para a gente etc. Ele é que

nos convidou. Foi a primeira boate gay do Brasil. Nós fomos convidados para a inauguração da boate, que era chiquérrima. Então, em função disto, a gente não tinha preconceito. Tudo o que vinha, a gente aceitava. Então não tinha aquele negócio de entrar lá, o cara é homo, é bi, não sei o que. Tá bom, legal.

Talvez se fosse uma pessoa preconceituosa...

la ter chances. Tanto é que nós tínhamos na Grafipar a gráfica e a editora. Aí foi crescendo e não tinha lugar para colocar a redação. Então eu comprei uma casa pré-fabricada de madeira e coloquei fora do local, porque a gente ia expandir etc. então era na entrada, num canto lá, a gente colocou uma casa de madeira, construiu uma casa de madeira e ficou lá todo o pessoal de redação, criação etc. Era tudo lá, separado da gráfica. Até porque, você imagina os choques entre aquilo que os caras faziam aqui e o que os caras faziam na gráfica. O pessoal de arte, criação, não tinha horário, o horário deles era flexível. Na gráfica não, o cara tinha que entrar às 7h, não sei o que, então a gente tinha um pouco desse conflito, então tinha que mais ou menos dizer, “ó, bicho, aqui é assim, e ali é assim”. E essa casa de madeira ficou apelidada como a “casa das bonecas”. Então era a casa das bonecas. Ali era uma zona organizada, nada de sacanagem e tal, e ali que ficava. E quando você tem um ambiente desse, as coisas fluem. Então uma coisa flui da outra. A equipe começou a crescer e a gente começou a conversar, então, criação, cada um dava palpite, etc. e tal, não era uma coisa rígida, tem que ser assim, não, vamos lá, vamos botar *brainstorm* aí e vamos ver o que dá para fazer. E assim que foi.

Era uma loucura. Você imagina: um cara cabeludo, outro sem cabelo, outro não sei o que, era a casa das bonecas que a gente chamava. Tinha de tudo. Feminista, masculinista, homossexualista, tudo o que você podia imaginar. Nós tínhamos uma diversidade muito grande. Hoje os caras têm que ter cota. Naquela época não tinha. Porque o meu conceito era assim: tem competência? É bom?

Chega aí.

Chega aí. Pronto, fica. Não tem que ter preconceito com relação a isso. O que eu sempre dizia era isso aí. Não me façam nada que vá ofender alguém, que vá tirar a

privacidade de alguém, que sacaneie alguém, nada. Quer dizer, o negócio aqui é realmente dentro do nosso conceito de fazer um produto que seja prazeroso para todo mundo e que contribua. Então não é uma coisa só "vamos faturar". Não, temos que contribuir. Acho que isso é o mais importante. A gente sempre teve essa visão. Eu sempre tive essa visão de fazer dessa forma.

Lendo os editoriais, tem um de 77 que dá a entender que a Peteca começou a circular em Portugal?

Sim.

Como assim?

Nós exportamos. Nesse período, a editora Abril fez um acordo com uma distribuidora em Portugal, e a gente conseguiu exportar o encalhe. Porque, assim, venda de banca você entrega: o que vendeu, ele te paga, o que não vendeu, você devolve. Então o que você ia fazer com essa devolução? Aí conseguiu essa possibilidade. O governo brasileiro permitiu que a gente exportasse também consignado. Ou seja, eu também podia exportar sem ser conta firme, porque a exportação você tem que dizer: eu vou mandar 100, você tem que me pagar 100. Então a gente conseguiu liberar que o governo permitisse que a gente exportasse o produto também consignado. Aí abriu essa porta de poder ir para Portugal. Então a gente mandou *Peteca*, história em quadrinhos, uma série de produtos a gente lançou em Portugal. E era dessa forma. Mesmo jeito: distribuía, o que vendia ele me pagava, o que não vendia ele devolvia.

E como foi?

Foi legal, até que vendeu bem etc. mas depois, até Portugal também começou a passar por uma das crises lá etc. e também depois a gente parou e acabou não dando continuidade. Mas tinha um mercado, a gente estava começando a abrir um mercado legal em Portugal.

Você sabe quanto tempo durou isso?

Foi bastante. Lançamos a *Peteca* em 76 e acho que Portugal foi até 77 ou 78. Foi uns 2 ou 3 anos, por aí. Porque acho que a gente conseguiu exportar em 77 ou 78.

E valia a pena? Fazer toda a exportação e ainda assim, dava retorno?

Dava. Porque na verdade, assim, era um produto que ou eu ia jogar fora ou eu mandava para lá. Como o importador é que pagava o frete, então eu não tinha o problema do frete.

Então não tinha muita despesa.

Exatamente. Foi interessante.

Agora vamos falar sobre o censor, esse moço José Augusto Costa. Vocês eram amigos?

Na verdade, assim, o censor foi um negócio muito interessante. Porque a gente lançou o produto sem censura. A primeira mandamos sem pacote, sem coisa nenhuma. Aí, acho que nós lançamos, na segunda já, a gente foi lançar a segunda, a gente recebeu uma notificação da Política Federal, que teria que passar pelo crivo da censura. Nesse meio tempo, quando eu fazia a *Passarola*, que era para a Varig, eu era muito amigo do gerente da Varig. Aí um dia ele me liga, diz: “Faruk, preciso que você resolva um problema aqui. Eu tô com um passageiro que veio da Bahia, a mala dele extraviou”. E o cara estava todo de branco, um frio filho da puta aqui em Curitiba, e o cara: “eu preciso que você acompanhe ele para fazer umas compras, e a Varig vai pagar as compras dele, não sei o que, você pode fazer isso para mim?”. Não, faço. Aí fui lá, chego lá, encontro o cara todo de branco. Tudo bem. Vamos. Levei ele na época ali na Avenida para ele poder comprar uma roupa até chegar a mala dele. E aí conversa vai, conversa vem, eu pô, o que você veio fazer em Curitiba e tal, ele disse, “não, não, eu sou da Polícia Federal”. Eu digo, “ah é? Ô legal, da Polícia Federal”. Aí o cara perguntou o que eu fazia, porque o cara falou que eu fazia revista, e ele que começou a se interessar. Ele disse “não, eu me formei em jornalismo etc. e tal, gosto dessa área”. “Você veio passear aqui em Curitiba?” “Não, não, eu vou assumir a superintendência aqui no Paraná, de Curitiba”. Superintendência do Paraná que a

sede é em Curitiba. Digo "ah, que legal", pá pá pá, tudo bem. Quando ele falou aquilo, eu tinha recebido a carta, foi uma semana antes, coisa parecida, e eu não sabia direito o que tinha que fazer. Daí eu disse "Puxa vida, será... Então, acho que eu tenho uma coisa aí para falar com vocês". Eu expliquei, lancei uma revista assim assim e recebi uma carta. Eu gostaria de, se for o caso, não sei o que você pode fazer etc. e tal. Tá bom. Aí ele virou para mim e disse: "tá bom. Então me faz um favor. Amanhã, sei lá, dia seguinte, vai até lá a Polícia e leve a carta." Tá bom. Aí peguei a correspondência e fui lá.

É muita coincidência!

Não, olha só, é um troço assim, maluco. Tá bom. Aí ele pegou e disse "olha, deixe aqui comigo e eu volto a falar com você". Daí eu disse: "faço alguma coisa?" "Não, não, não precisa". Porque não sabia se eu tinha que já mandar etc. e tal. Não, tudo bem, deixa comigo. Passou uma semana, ele me chama lá. Diz "olha, o diretor geral da Polícia Federal é muito meu amigo, e eu consegui uma coisa para você. Em vez de você mandar as revistas para Brasília", que o Brasil inteiro tinha que mandar para Brasília, ele permitiu que eu fizesse a censura aqui. Ah! Não me diga! Ipe, ipe, urra!

Então todas as outras editoras tinham que mandar todos os seus produtos para Brasília. Brasília censurava e devolvia. No meu caso não. Então a gente levou uma vantagem enorme, porque, por exemplo, a gente lançava a revista rapidinho. Os outros não conseguiam lançar.

Quanto tempo mais ou menos demorava para você lançar uma revista?

Para lançar? Tinha revista que lançava em 30 dias, 40 dias a gente tinha um produto novo. A gente chegou a ter 48 lançamentos no mês. Não eram 48 revistas, mas eram 48 lançamentos. Até porque a *Peteca* era quinzenal. Na verdade, só a *Peteca* era quinzenal, outras eram mensais. A gente tinha bimestral, bimensal, né. Então tinham diversos tipos. Agora, qual é a grande vantagem que tinha? Ele disse assim: "então vamos facilitar as coisas". Aí eu fiquei amigo dele. A gente ia jantar lá em casa, voltava etc. e tal. E ele gostava. Então o que eu fiz: eu fiz uma reunião com todo o pessoal meu, junto com ele, e ele deu toda uma orientação de como tinha que fazer. Então

veio aquele negócio de meia bunda, meio peito, não pode ter bico, tira o bico, bota o bico, aquela coisa. Então ele deu um roteiro que a gente tinha que seguir. E a gente seguia dentro desse roteiro. De vez em quando a gente dava uma avançadinha, para ver como é que ficava. Aí de vez em quando ele chamava, “porra, bicho”, porque aí os caras lá chamavam ele em Brasília e ele tinha que responder aqui etc. e tal. Então foi assim, foi um troço muito legal. A gente já saía com uma, entre aspas, censura prévia. Ou seja, em vez de você fazer e o cara censurar, então a gente fazia dentro do que era possível e aí, quando passava um pouco do limite, ele ia lá, dava uma chamada na gente, aí o pessoal de vez em quando dava uma escapadinha, e aí foi. Então ele era um cara muito legal.

E a edição número 15? É uma revista que é um número duplicado, então têm duas edições número 15. Em uma delas está escrito na capa “sem censura”, e dentro só poses ginecológicas como jamais vistas na *Peteca*. A outra 15 é bem recatada, estilo da *Peteca*, mulheres mais lânguidas, *Sexyterapia*... Aí fiquei pensando: isso foi proposital, ter dois números 15 e um ser bem escancarado e o outro...?

Na verdade, assim, eu não me recordo. Mas o que poderá ter acontecido é que, por exemplo, foi essa edição, aí os caras chiaram e nós tivemos que fazer uma outra, mais recatada. E algumas passaram desse jeito... E outras não. Porque assim, isso a gente teve muito. Então tinha que recolher e fazer uma nova, né, etc. e tal. Mas até recolher, quem comprou, comprou. Então, o que pode ter acontecido foi isso.

Vocês tiveram muitas que tiveram que recolher assim?

Tivemos, algumas foram recolhidas. Porque assim, cada juiz em um determinado local pedia a apreensão. Aí tinha que entrar com uma ação... Eu tive um advogado só para cuidar disso. Vira e mexe um juiz da comarca lá de não sei das quantas mandava apreender a revista. Aí você tinha que entrar com um “habeas corpus” da vida para o cara liberar, porque ele não tinha o direito. Porque se você estava dentro do padrão que era a revista dentro do saco plástico e não agressivas as capas etc. e tal, ele não tinha o que fazer. Depois de um tempo a coisa começou. Aquele negócio: você ia empurrando um pouquinho mais, ia passando do limite... Então de vez em quando um

juiz lá pegava o troço e embananava. Tinha esse negócio da censura etc. então dava essas diferenças aí. Então provavelmente deve ter sido algo nesse sentido.

E mesmo tendo esse trabalhão de ter um advogado só para essas coisas, ainda assim era um mercado que te dava retorno, tipo, valia a pena continuar.

Assim, o mercado, como a gente foi pioneiro, depois outras pessoas tentaram entrar no mercado. É claro que assim, a *Peteca* era um grande sucesso, depois eu tive muita coisa que não emplacou. A gente usou uma política que hoje eu não usaria, a gente tentou assim, tipo, vou ocupar mais espaço, vou lançar mais produtos, assim eu vou ter um espaço maior dentro da banca. Isso era uma política nossa, para tentar fazer. E aí saiu muito produto que não era legal, a gente lançou muita coisa que não era legal, e que dava prejuízo, porque não saia, retornava etc. E aí precisaria, a gente precisaria... Eu teria que cuidar um pouquinho mais. Assim, das 48 que eu lançava, de repente eu deveria ter reduzido e investido mais naquelas que dariam mais retorno etc. E isso não foi feito, então foi no bolão, nesse processo. E o mercado era um mercado que estava crescendo, um mercado que estava desenvolvendo né, tanto é que a gente chegou a 1 milhão e meio de tiragem por mês, o que era uma loucura. Feito aqui em Curitiba, era fora do eixo do Rio-São Paulo, ninguém tinha... Nós chegamos a ser a sexta maior editora do Brasil em volume de tiragem. E de uma certa maneira, a gente cresceu rápido demais, e aí eu tive um problema muito sério, que foi em relação à mão de obra. Porque assim, como não existia, nós éramos pioneiros, então na verdade a gente estava formando as pessoas. Tinha cara que era jornalista, naquela época não era comunicação, era jornalismo, eram caras que não tinham uma formação de publicação, de revista etc. Eles estavam aprendendo, e eu também estava aprendendo. Eu aprendia e passava para eles etc. e tal. Chegou num determinado momento que eu precisava ter mais profissionais da área. Foi quando eu fui contratar pessoas de São Paulo, que tinham mais experiência que podiam me ajudar.

Mas isso na área comercial?

Não, na área editorial. Área editorial. Esse era o problema. Porque eu tinha muito cara amador lá dentro. Assim, alguém tinha uma ideia: venha. Depois entrou o Seto que

era a parte de quadrinhos etc., que tinha uma experiência de revista. Mas eu não tinha muita, é... Por exemplo, fazer o fluxo normal até a produção. Essa organização editorial eu não tinha, porque não tinha ninguém aqui que sabia isso. Aí eu consegui contratar uma pessoa para essa área, que era a parte, vamos dizer, administrativa. Até aí tudo bem. Peguei ele da editora Abril, o cara veio para cá, mudou para Curitiba e ele começou a organizar o fluxo porque, pô, organizar 48 publicações...

Chegou no fervero já!

O negócio era um fervero né. Então eu contratei essa pessoa para fazer isso. Tá. Mas aí eu tinha um problema, que era da melhoria da minha qualidade editorial, nos produtos. Assim, como é que eu poderia ter pessoas que poderiam contribuir mais com isso? Aí eu contratei duas pessoas em São Paulo para vir para cá auxiliar junto com a minha equipe que tinha aqui. Aí os daqui trituraram os meninos. Um aguentou 15 dias, o outro aguentou 30 dias.

Sério? 15 dias? Mas o que eles fizeram?

A Grafipar era longe, ficava ali na estrada de Paranaguá, na frente da Coca-Cola. Ali quando você vai para Paranaguá, do lado direito tem a Coca-Cola, do lado esquerdo, ali embaixo, num terreno que tinha uma quadra inteira, era a Grafipar. Naquela época, não tinha ônibus. Os ônibus acho que eram a cada hora, sei lá o que, e esses caras de fora não tinham carro. Eles cansaram de todo mundo ir embora e largar os caras lá, coisas assim, de mal-educado mesmo. Os caras daqui trituraram. Isso me deixou muito chateado.

Você sabe em que ano foi isso?

80, 79, por aí.

Deu tempo de eles fazerem alguma coisa?

Nada! Porque os caras chegaram, eu falei, “puta que maravilha”. E os caras estavam muito entusiasmados, porque a gente tinha uma fama boa lá em São Paulo. Lógico,

no meio do mercado editorial, os caras sabiam. Então eu precisava ter outros editores de revista. Quer dizer, assim, como eu tinha dos quadrinhos o Seto, daí na área editorial da *Peteca*, *Confissões Íntimas*, eu tinha o Nelson, mas eu queria ter mais gente para, sabe, para ir contribuindo, até para ir profissionalizando mais. Porque o meu pessoal não era profissional, eles estavam se profissionalizando dentro da empresa. E não consegui. E isto foi ruim. Isso aí foi uma coisa que... Eu queria profissionalizar mais e não consegui. Os caras não.... Não...

Não toparam a ideia, né.

Não toparam a ideia, e foi muito ruim isso. E eu dizia assim, pô, você tem que aproveitar. Se você tá aqui e vem um cara de fora que tem conhecimento, pô, junte com ele. Eu sempre fui da teoria, isso meu pai sempre dizia, você tem que se dar com pessoas iguais ou melhores que você, sempre. Porque você vai conseguir melhorar a sua vida sempre. Se você se der com pessoas piores que você, sua tendência é ir para baixo, né. Então se dê com pessoas iguais ou melhores que você. E foi muito ruim, esse foi um dos problemas que eu tive em relação a terminar um projeto da Grafipar. Isso foi um deles.

Você tem alguma noção de quantas edições da *Peteca* foram publicadas?

Eu não tenho acervo nenhum, eu fiquei sem nada. Eu não sei até que número foi. Porque em 79, 79 para 80, o que aconteceu: começou o projeto de abertura da censura. Eu fui para Brasília, numa reunião que teve lá do pessoal etc. e tal, foi lá em Brasília, na Polícia Federal. E aí todo mundo imaginando que a abertura da censura seria a abertura da censura política, ou seja, aquilo que não podia dizer politicamente etc. e tal, eles iam permitir que falasse. Aí eu vi que não era isso só. No momento que a abertura da censura fosse geral, ia liberar geral. Eu vim de Brasília com a pulga atrás da orelha. Eu digo “putcha vida, isso vai ser um pepino”. Por quê? Porque o nosso grande forte era o eróticoeducativo. No momento em que você for abrir a censura, vai virar pornografia. Eu não tenho nada contra, mas aí não era mais o que eu gostaria de fazer. Eu acho assim, tudo bem, você podia ir dentro do erótico etc. agora, virar pornografia pura... Não é nem falta de pudor, mas não era algo que me agradava. O agradável e o bacana era você conseguir construir esse projeto etc. e tal.

Digo olha, putz, isso aí vai dar problema. Então cheguei, conversei com meu pai e meu irmão, principalmente o meu irmão... O meu pai era complicado, meu pai era muçulmano, imagine.... Ele entrava assim ó [mãos no rosto], não olhava as revistas. Então você imagina. Foi quando eu quis trazer a *Penthouse* para o Brasil. Foi em 79 isso. Porque em 73, quando eu fiz um curso nos Estados Unidos, na Universidade da Califórnia, eu estive em Nova Iorque com um amigo meu que era da Globo. A Globo tinha recém-aberto o escritório dela em Nova Iorque e a *Penthouse* era no mesmo prédio. E eu disse “pera aí, eu vou levar essa revista para o Brasil”. Em 79 eu quis trazer a *Penthouse* e meu irmão foi contra. Porque se você traz a *Penthouse*, você faz um upgrade. Você ia entrar para competir com *Playboy*, com *Status*, na época, *Ele Ela*, etc. e tal. Então você dava um upgrade, você não ia para a pornografia pura, você ia para um outro status. Você podia fazer fotos mais ousadas, etc., mas você ainda tinha um conteúdo, você podia desenvolver o trabalho nesse sentido. E eu tentei naquela época. Aí meu irmão, “porque não, porque não sei o que, pa pa pa”, e aí, ao invés disso, nós compramos o jornal *Correio de Notícias*, que era uma forma de você, porra, não vamos poder ficar dependendo só do projeto desse aí, porque pode complicar. Compramos o *Correio de Notícias*. Aí houve toda uma história de sacanagem que fizeram com a gente etc. e tal. Na época o Ney Braga era governador, achou que a gente ia ser oposição... Enfim, dá mais um livro. E aí que o problema aconteceu. A gente se embananou. A abertura da censura, aconteceu o que a gente imaginava. As nossas revistas despencaram, porque aí nós viramos arroz com feijão, viramos revista de neném, e os caras entraram com pornografia pura. E aí, putz, foi um desastre. Inclusive foi nesse período que eu resolvi com meu irmão, vamos mudar, eu fico com uma parte e você fica com outra. Aí eu fiquei e o meu irmão foi para outra atividade. Foi daí que eu fui atrás da *Penthouse*. E fui lançar a *Penthouse* em 82. De 80 até 82 que eu fiquei batalhando para tentar trazer a *Penthouse* para o Brasil. Mas foi esse o momento que ainda consegui ficar com a *Peteca* ainda algum tempo, que exatamente era onde eu ia poder... Se eu focasse, em vez de ter todos aqueles números, focasse em três ou quatro produtos mais rentáveis, que era minha ideia fazer isso, e aí em 78 surgiu uma oportunidade de produzir por terceiro, não era o nome de terceirização, e também meu irmão foi contra... “Não, então vamos comprar mais máquina, não sei o que, pa pa pa”... Então foi uma sucessão de problemas, que aí acabou tendo que parar tudo. Aí eu lancei a *Penthouse* em 82, parei em 83. Só fiquei um ano, e aí parei com tudo.

Outra coisa que eu estava vendo em uma reportagem do Aramis... Teve um momento em que você pensou em voltar com a *Peteca*?

Tive, mas aí senti que não tinha mais espaço. É aquele negócio: perdeu o *timing*, aí sabe, não dá mais. Até tentei, quando eu lancei a *Penthouse* eu ainda mantive a *Peteca*, mas aí foi uma sucessão de problemas, de problemas financeiros. Porque quando eu lancei a *Penthouse* teve duas maxivalorizações na época. Os preços explodiram, tudo era importado na época, papel era importado, chapa, filme, tudo importado. Então meus preços foram lá pra cima, meus custos foram lá pra cima. E aí, mesmo com a venda, *Penthouse* foi um sucesso, eu lancei 200 mil revistas, vendi 195 mil. Aí cutuquei a onça com vara curta. Editora Abril veio com tudo para cima de mim. E aí foi uma sucessão de problemas que eu tive que, pô, chegou uma hora ou pára ou eu me arrebento todo. Então dá um passo para trás, de monte para trás, para daí fazer. E pensei até em voltar com a *Peteca*, mas daí não, perdeu o *timing*, daí fica mais difícil.

O Nelson Faria ficou responsável pela redação até o final?

Até o final. Daí a *Penthouse* eu não fiz em Curitiba, eu fiz em São Paulo. Por quê? Porque eu precisava daqueles profissionais que realmente pudessem... Quando eu trouxe o pessoal de fora, o que eu queria: eu queria juntar a criatividade que a gente tinha com um pouco da teoria, da parte mais profissional deles, e não consegui isso. Curitiba sempre foi muito fechada né, hoje é mais aberta, não sei se você nasceu aqui ou não... Nasceu aqui, mas quem é de fora sente muito. Hoje não tanto, mas naquela época, bastante. Tanto é que o curitibano era muito fechado, então não dava espaço para ninguém. Hoje, com mais industrialização na região, começou a vir mais gente de fora. Mas naquela época era terrível, terrível, o cara era discriminado mesmo, e isso gerou um problema de profissionalização do meu projeto. Por isso, quando eu fiz a *Penthouse*, eu resolvi fazer em São Paulo, porque não dava para fazer aqui, não ia ter nesse processo.

Então a *Penthouse* não acabou porque ela em si não estava indo bem no mercado.

Sim. Porque o que aconteceu com a *Penthouse*: quando eu lancei em 82, eu queria lançar em 80. Se eu lanço em 80, era outro contexto. Com certeza eu ia me fixar. Mas 82 eu lancei no meio de uma recessão terrível que teve no Brasil, com duas maxivalorizações, aqueles planos malucos aqui no Brasil, e me pegou no meio do processo. Então, mesmo vendendo bem, eu parei. Só para você ter uma ideia, eu parei a *Penthouse* vendendo uns 50 mil exemplares, que não era ruim. A *Playboy* vendia 100 mil. Eu parei vendendo 50, minha última venda foi 50 e poucos mil exemplares, do meu último número. Aí o que aconteceu, quando lancei, a editora Abril quando viu o tamanho do estrago que eu fiz. Você imagina, ela vendeu 100 mil naquele mês e eu vendi 200 mil, o dobro, ela jamais ia imaginar, admitir isso, porque ela era a maior editora do Brasil. Aí eu fui boicotado na distribuição. Aí a *Playboy* liberou uma grana para o editorial da revista, o borderô da revista *Playboy* aumentou pra caramba. Aí os caras começaram a usar as modelos brasileiras famosas, as pessoas famosas, que recebiam cachê mais participação sobre venda.

Isso nunca aconteceu na *Penthouse*?

Não, porque, o que aconteceu, quando eu entrei com a *Penthouse*, eles fizeram isso. A *Penthouse* entrou só com modelos importadas, não tinha modelo nacional, e a *Playboy* começou a investir num modelo das mulheres bonitas daqui né, e começaram a pagar cachê mais participação sobre venda. As mulher ganharam uma grana aí por minha causa! As Galisteu da vida etc. que ganharam uma grana com a *Playboy*, foi por minha causa, porque a partir do que eu lancei, eles começaram a fazer isso. E isso atrapalhou. Tanto é que, até o sexto número, sexto, quinto, aí eu comecei a lançar a modelo nacional, brasileira, que é aquela a “*next door*”, quer dizer, seria aquela pessoa que não é famosa...

Tinha o concurso da *Peteca* também né.

Tinha, o concurso da *Peteca* eu tinha feito, mas aí eu fiz na *Penthouse* que era garota, vamos dizer, normal, que poderia aparecer. Aí fiz todo um lançamento etc. e tal, até num matsuri em São Paulo, fiz um lançamento desta nova fase, que daí eu ia fazer a “pet do ano”, como tinha na *Penthouse* dos Estados Unidos, a pet do ano. Mas aí,

putz, aí começou a embananar. Aí as vendas não aconteciam, eu vendia até bem a publicidade, mas também peguei uma fase complicada do mercado, o mercado mais retraído etc. e foi indo, foi indo. Aí, digo, bom, agora vamos parar, parar um pouco e ver o que eu vou fazer da minha vida. Aí você fica que nem cachorro que corre, que sai correndo atrás da roda né, quando o carro para, ele para, fica olhando assim: e agora? Que que eu vou fazer? E foi exatamente assim. Aí que eu parei de vez na área editorial nesse aspecto.

E a *Peteca* ela nunca teve publicidade?

Não, naquela época aquele tipo de publicação eles não iam, ninguém fazia publicidade.

Mas você tentou e não deu certo?

Tentei, mas o anunciante achava que era revista de segunda linha, então ele não anunciava por causa disso.

E isso era basicamente em todas as revistas da Grafipar?

Todas, todas, nenhuma eu consegui anunciante. Tanto é que daí eu comecei a, lancei uma época né, que era o “e-commerce” da época, é a mesma coisa, eu lancei a linha *Peteca*. Então foi camisa, camiseta, perfume, perfume foi o Boticário que fez, por sinal, perfume *Peteca*.

E deu boa?

Boa, até que vendeu, mas aí a mesma coisa: inflação. Você vendia pelo reembolso postal, demorava 90 dias para a pessoa receber, depois mais 120 para você receber o dinheiro... Uma loucura, uma loucura, coisas desse país aí. Então, assim, se eu tinha aquele potencial daquela época hoje, era outro mundo. Com internet, com e-commerce, com marca, com tudo o que tinha que fazer, a *Peteca*... E assim, eu tinha uma noção muito clara dessa abertura que tinha que fazer, né. Quando eu fiz esse curso lá nos Estados Unidos, foi em 73, e eu tive aula com o Peter Drucker, que na

época era o famoso administrador, até hoje né, já falecido, eu consegui abrir um pouco a cabeça com relação ao que a gente tinha. Naquela época você pensava, pô, eu tenho gráfica, gráfica é só pintar papel etc. Não. Eu tenho gráfica, eu tenho uma revista, não, eu tenho uma empresa de comunicação. Que na verdade é o conceito hoje. No momento em que eu tenho conteúdo, eu posso distribuir esse conteúdo de todas as formas possíveis. Só que hoje é fácil de entender isso, naquela época não. Como é que você vai entender esse tipo de coisa. Então tudo isso acumulou e eu fui obrigado a ter que parar.

E a revista *Atenção*, deu boa?

Atenção era assim, *Atenção* era uma revista muito bem elaborada, do mesmo jeito, porque na época o Fábio Campana que tava no desvio, ninguém... Ele era comunista albanês, ele era alijado das redações etc. e eu acabei trazendo ele para fazer a revista. O cara tem uma cabeça muito boa, redação etc. e tal. E aí o que que era a ideia da *Atenção*, como a Grafipar ficou assim... Nós tínhamos o lado editorial, que tinha *História do Paraná*, Santa Catarina, dicionários, *Civilização Árabe* etc., que acabou ficando escondido em função de que a Grafipar passou a ser uma “editora de revista de sacanagem”. A *Atenção* era uma maneira de dizer assim, porra bicho, ó, a gente faz coisa séria. *Atenção* foi muito mais por esse caminho, para fazer uma revista séria, para fazer uma revista tipo *Realidade*, quer dizer, uma revista com matérias bem posicionadas etc. etc. essa era a ideia da *Atenção*. Depois da *Atenção* que a gente foi para o jornal. Quando eu lancei o jornal eu parei com a *Atenção*. E justamente foi a revista *Atenção*, numa matéria que a gente fez sobre a volta do Ney Braga para o Paraná, é que deu esse problema, que o pessoal do Ney Braga achou que eu era contra ele. Não, era uma análise muito fria, muito clara do que tava acontecendo politicamente. O Ney Braga era a grande liderança que a gente tinha no Paraná, ele não conseguiu ser presidente da república, que é o que ele queria, nem vice como ele queria. Aí ele tinha duas opções: ou ia ser senador, biônico né, que era indicado, ou governador do estado. E eu, na matéria, a gente via que o seguinte: era muito melhor ele ser senador, porque daí as lideranças não seriam achatadas na época, do que ser governador de estado. Porque o governador, o Paraná ia perder o único cara que tava em nível nacional e ao mesmo tempo ia achatar as lideranças. E essa matéria os caras acharam que eu era contra o Ney Braga. Porra, sou amigo da família inteira, fui

padrinho de casamento da filha, padrinho de separação, fiz tudo, a gente tinha um relacionamento ótimo. E aí os caras, a turminha em volta, botaram na cabeça dele que eu era contra, e quando eu lancei o jornal, os caras vieram com tudo em cima de mim. E me sacanearam num financiamento que eu ia ter. Aí, quando eu perdi o financiamento, eu parei com o jornal. Aí putz, aí foi uma sucessão de pepinos.

Mas nem a *Atenção* tinha publicidade? Era também só venda em banca?

Não, tinha publicidade, mas praticamente não se pagava. Mas essa sim tinha publicidade etc. e tal, tava nesse processo. E nesse meio do caminho eu criei a Fama. A Fama junto com o Maurício [de Souza]. E quando eu desmontei o processo da editora, aí eu comecei de novo, comecei a investir mais na Fama com os personagens do Maurício etc. e tal, que lancei a linha de cruzadinhas.

Detalhes técnicos...Datas. A *Peteca* acabou em 82 ou 83 e a *Grafipar* em 83 ou 84?

Na verdade nós terminamos foi final de 83, eu parei.

Isso a *Peteca* e a *Grafipar*?

Tudo.

A *Peteca* ficou do começo ao fim?

A *Peteca* eu parei um pouquinho antes da... Quando eu lancei a *Penthouse* acho que eu lancei mais umas duas edições da *Peteca* só.

E quem que ficou mais tempo, a *Peteca* ou a *Quadrinhos Eróticos*?

A *Peteca*. A *Peteca* foi a primeira a entrar e a última a sair.

E sobre a *Personal*?

A ideia da *Personal* era que eu virasse uma *Penthouse* da vida. Eu mirava a *Playboy*, a *Status*, e tal, e então eu queria que a *Personal* tentasse ser uma revista mais elitizada etc. e tal, essa era a ideia. Mas aí eu tinha um problema. Você viu que o formato dela era maior, para tentar entrar nesse nicho. Mas aí a gente passou a ter um problema, que era um problema gráfico. Naquela época, para você importar equipamento gráfico era complicado. Porque tinha uma empresa aqui no Brasil que não deixava você importar produtos, maquinários intermediários. Você podia só importar rotativas grandes etc. e tal. Então o que aconteceu, a Grafipar foi crescendo como gráfica, mas a gente não tinha equipamentos para poder fazer uma revista tipo *Playboy* etc. e tal porque nosso equipamento não permitia isso. Foi quando eu quis começar a fazer em outra gráfica. E aí meu irmão, que cuidava da gráfica, “não, pô, a gente compra mais uma máquina”. Foi um problema sério nesse sentido. Então o que acontecia: eu era obrigado a fazer uma revista legal sob o ponto de vista editorial, mas sob o ponto de vista gráfico, eu tinha que me adaptar à Grafipar. A gente não tinha máquina colorida, a gente tinha uma máquina grande que era monocor. Quer dizer, para você fazer quatro cores, tem que parar, pintar quatro vezes, né. Então isso dificultava muito a qualidade do nosso produto. Então a gente cansou de lançar um produto legal, mas a qualidade ficou ruim, nosso concorrente pegou a ideia, lançou dentro de uma qualidade melhor etc. e tal. Então, por exemplo, a gente tinha que fazer coisas mais coloridas, mas a gente não podia fazer porque nosso equipamento era preto e branco. Então a própria *Peteca* tinha algumas páginas coloridas, o resto era preto e branco. Tudo isso começou a dificultar. Uma outra revista que depois entrou no mesmo vácuo da *Peteca*, ela era toda colorida, a *Peteca* não era. E isso começou a atrapalhar o desenvolvimento do projeto em função da gráfica. Isso é um problema de quando você tem gráfica e editora junto, né. Tanto é que quando eu fui para a Alemanha ver lá um grupo, eu vim louco aqui para separar: editora é editora, gráfica é gráfica. A editora vai comprar da gráfica como poderia comprar de outra gráfica, onde tivesse a melhor condição, e a gráfica ia vender para terceiros. E aí, por exemplo, a editora começou a consumir muito, eu tinha clientes que eu rodava para terceiros, que eu rodava para outras editoras, comecei a perder porque não tinha mais espaço na gráfica, sabe? Então foi um desastre. Foi um problema sério nesse sentido.

Entre os títulos eróticos da Grafipar, quais eram os carros-chefes?

O que era mais cobiçado era a *Passarola*, porque era um produto distribuído internacionalmente, pago e dava resultado. Mas o que a gente tinha mais cuidado era realmente com a *Peteca*, e depois, evidentemente, a linha de quadrinhos, quadrinhos eróticos, que ficou mais, que foi a primeira que a gente lançou. Depois a gente teve uma, que nós criamos a primeira fotonovela erótica, foi nossa, a *Carol Blue*.

Que eram as únicas fotos que não eram de agência.

Não, a *Carol Blue* era produzida para nós, especialmente. A *Carol Blue* foi feita pelo Iwersen, José Augusto Iwersen, que era meu amigo. Faleceu, por sinal, há 2 anos atrás. O Iwersen foi meu colega de escola, no Santa Maria, e a gente criou o primeiro cineclube aqui no Paraná, chamava Cineclube Pró-Arte, e ele era muito ligado nesse negócio de cinema, de produção. Aí a gente estava desenvolvendo e ele começou a fazer fotografias eróticas, porque assim, a grande maioria do nosso material, no começo o material era tudo importado. Todo mundo achava que ia chegar na redação da Grafipar e ver aquela mulherada tudo pelada, não sei o que, o cara imaginava. E era tudo em foto. Então não tinha nada, e até as produções, quando a gente ia fazer, eram feitas fora, só vinha a foto lá pra dentro. E aí veio a ideia, a gente ia fazer uma fotonovela, que seria né, para poder entrar no esquema, então vamos fazer uma fotonovela erótica. A gente fez uma, não me lembro aonde foi a primeira, acho que um cara de São Paulo até que fez, eu lancei. Daí o Iwersen veio, pô, que tal a gente lançar uma marca própria, que seria a *Carol Blue*, que era uma detetive que usava os atributos sexuais para conseguir desvendar os crimes etc. e tal. Então as histórias eram interessantes, e foi assim que aconteceu. A *Carol Blue* foi tão legal que ele acabou largando a mulher dele e ficou com a *Carol Blue*. Sério. Se separou da mulher e ficou com a *Carol Blue*. Aí eu tentei fazer uma fotonovela erótica com a Vera Fischer. Fui atrás dela lá no Rio de Janeiro. Quase consegui. O Aguinaldo Silva ia fazer o texto e ela seria a personagem, né. Mas aí não deu certo. Seria um sucesso.

Por que não deu certo?

Na época, como é que se diz, ela tava querendo, aquele esquema, não queria mais ser considerada como um símbolo sexual. Ela tava já tentando fazer novela, filme, até o marido dela, que era na época, até topou, achou legal a história etc. Era uma *Carol*

Blue diferenciada, né, a Carol Blue era uma pessoa desconhecida, eu ia fazer uma com a Vera Fischer que era uma pessoa conhecida né, era para ser um sucesso. Mas infelizmente não deu certo.

Não tentaram com outra atriz?

Não, aí não tentei, aí fiquei só com ela. Mas assim, a cada dia a gente tinha uma ideia nova, toda hora estava lançando produto novo com ideia nova.